

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

-----Mandato 2021-2025-----

----- **48ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.** -----

----- **ATA NÚMERO SETENTA E SEIS** -----

----- Ao vigésimo sétimo dia do mês de junho de dois mil e vinte e três, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência do Presidente, em exercício, Excelentíssimo Senhor Fernando Garcia Lopes Correia, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Mafalda Ascensão Cambeta e pela Excelentíssima Senhora Carla Cristina Ferreira Madeira, Primeira e Segunda Secretárias, ambas em exercício, respetivamente. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais.-----

-----Ana Sofia Ribeiro de Oliveira Dias da Silva Figueiredo, Angélique Inês Da Teresa, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, António Manuel Pimenta Prôa, António Morgado Valente, Bruno Seabra de Oliveira Mascarenhas Garcia, Carlos Francisco de Almeida Ardisson Domingos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Daniela Fernanda Cartaxo Serralha, Duarte Paulo Meneses Marçal, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno de Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Maria Rosa Fialho Camacho, Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes, Gonçalo Maria Pacheco da Câmara Pereira, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Isabel Cristina Rua Pires, Isabel Rendeiro Marques Mendes Lopes, João Vasco Cruzeiro Oliveira Barata, Jorge Nuno Fernandes Traila Monteiro de Sá, José do Carmo Ataíde da Câmara, José Inácio da Silva Ramos Antunes de Faria, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Amaral Lopes, José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão, Luís José Morales de Los Rios Coelho, Manuel Malheiro Portugal Nascimento Lage, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Margarida Maria da Silva Gonçalves Neto, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Isabel Gonçalves Dias, Maria Madalena Matambo Guerra Domingues Natividade, Maria Leonor Frazão Moniz Pereira da Silva, Maria Pinto de Carvalho Escaja Gonçalves, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Martim José Rosado Borges de Freitas, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Belo Marques, Miguel de Jesus Neves Ferreira da Silva, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Natacha Machado Amaro, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrícia Ana Pappamikail Branco de Almeida, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Miguel Tadeu Rocha Costa, Pedro Roque Domingues, Ricardo João de Oliveira Marques, Rodrigo Maria santos de Mello Gonçalves, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florência Lima de Jesus, Silvino Esteves Correia, Sofia Costa Escária, Sofia Margarida Vala Rocha, Vasco André Lopes Alves

Veiga Morgado, Diogo Manuel da Silva Malhado, Jorge Telmo Cabral Saraiva Chaves de Matos, Paula Cristina Pontes Pereira Rosa, Susana Maria Costa Guimarães, Graciela Lopes Valente Simões, Arnaldo Emanuel de Almeida da Silveira Costeira, Cristiana Lúcia Camilo Vieira, Gabriel Henrique Mateus de Albuquerque, Luís Almeida Mendes, Madalena Pestana de Vasconcelos, Nuno Jorge Ferreiro Pardal Ribeiro, Rosa Maria Carvalho da Silva e Tânia Pereira Dias.-----

----- Faltou à Reunião o Deputado Municipal Davide Miguel Santos Amado (PJF de Alcântara (PS). -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pela substituta legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Jorge Manuel Jacinto Marques (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Diogo Manuel da Silva Malhado.-----

----- Maria do Rosário Farmhouse Simões Alberto (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Jorge Telmo Cabral Saraiva Chaves de Matos.---

----- Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Estrela, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Luís Almeida Mendes.-----

----- Ricardo Filipe Barreiros Mexia Mexia (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pela substituta legal Deputada Municipal Madalena Pestana Vasconcelos.-----

----- Ana Maria de Campo Pedroso Mateus (PSD), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Arnaldo Silveira Costeira. -----

----- Carlos de Alpoim Viera Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Gabriel Henrique Mateus de Albuquerque. -----

----- Américo Manuel de Brito Vitorino (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Tânia Dias. -----

----- Carlos Manuel das Neves Reis dos Santos (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Cristiana Vieira. -----

----- Francisco Américo Maurício Domingues (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- Pedro Miguel Teixeira Frias (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Graciela Simões.-----

----- Leonor Samara Rosas (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Paula Pereira Rosa. -----

----- Pedro Manuel de Andrade Pessanha Fernandes (CHEGA), no período compreendido entre os dias 15 e 30 de junho, sendo substituído pelo Deputado Municipal Nuno Jorge Ferreiro Pardal Ribeiro. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice-Presidente Anacoreta Correia e pelos Senhores Vereadores: Filipa Roseta, Diogo Moura e Joana Almeida. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Inês Drummond, Cátia Rosas, Rui Tavares, Beatriz Gomes Dias, Floresbela Pinto e Pedro Anastácio. ---

----- Às quinze horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, o **Senhor Presidente em Exercício da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados queiram tomar os vossos lugares, vamos dar início aos Trabalhos, vamos começar pelo Período de Intervenção do Público. -----

----- Pedia à Senhora Ana Caeiro, que nos traz um problema de relacionado com habitação, que usasse da palavra. -----

----- Dona Ana faça favor.”-----

----- **A Muniçipe, Senhora Ana Caeiro**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:

----- “Excelentíssima Senhora Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados, Excelentíssimos convidados, boa-tarde. -----

----- Sei que está aqui a Vereadora da Habitação, a Doutora Filipa Roseta, mulher, talvez também mãe como eu, e espero que seja sensível há minha situação. -----

----- Chamo-me Ana Caeiro, sou ■■■ contratada há 9 anos num projeto de intervenção social através da música. Sou mãe ■■■ com um ■■■ Em ■■■ e dando continuidade à Lei comuniquei ao senhorio a necessidade de mudança de contrato para a habitação e a morada de família passar para o nome e, em consequência desta situação o senhorio manifestou a sua oposição à renovação de contrato a partir de 31 de agosto de 2023. -----

----- Nessa altura, portanto, em novembro de 2022 comecei uma procura ativa de habitação no mercado, ao qual infelizmente não consegui ainda resposta devido aos valores praticados no mercado e ao meu vencimento mensal. -----

----- Concorri aos programas do Programa Habitar Lisboa, nomeadamente ao Programa Renda Acessível, número ■■■, tive a sorte e digo a sorte porque candidatei-me a primeira vez e foi-me atribuída uma habitação, fui sorteada com uma habitação, com a candidatura ■■■ na Rua ■■■. -----

----- Apresentei toda a documentação que me foi solicitada e fui notificada de uma intenção de indeferimento, a que foi posteriormente dada um indeferimento total à candidatura. -----

----- Os motivos finais do indeferimento da candidatura foram que não era possível fazer o cálculo da renda mensal na medida em que eu me candidatei com os dados reais da minha situação, portanto, uma mãe ■■■ a cargo, que depende atualmente

apenas do meu rendimento para fazer face às despesas mensais e, portanto, disseram-me e pediram-me naquele concurso que eu entregasse o IRS de ■■■, no qual consta o meu ■■■ e os seus ■■■, claro que iria dar divergência visto que a minha situação em janeiro de ■■■ não é a mesma, nem ao nível do agregado e nem dos rendimentos mensais, igual àquela que era em ■■■. -----

----- Entreguei toda a documentação, expus telefonicamente e por *e-mail* tudo aquilo que me foi pedido e mais documentação que achei relevante para comprovar todos os factos e de que estava a prestar todas as declarações verdadeiras. -----

----- Não foi tida em consideração nenhuma a minha situação, entreguei inclusivamente a carta de oposição do senhorio à renovação de contrato, expliquei mais do que uma vez que a partir do dia 1 de setembro não tenho habitação para mim e para o meu ■■■, encontro-me neste momento em ■■■. -----

----- Desde março que contacto sucessivamente o Gabinete da Habitação, enviei vários *e-mails* para o Gabinete da Vereadora a solicitar uma reunião para ser ouvida presencialmente e foi-me sempre dada a recusa de audição presencial dizendo-me que não aceitavam reuniões com candidatos. -----

----- Perante esta recusa vi-me forçada a solicitar ser ouvida noutros âmbitos e aqui estou eu e, portanto, reforço que ■■■ não tenho lugar para viver com um filho ■■■ que me foi atribuída uma habitação num sorteio público e que me foi indeferida a habitação devido a incongruências do ■■■ que não reportam há minha situação atual. -

----- Muito obrigada. Eu vou entregar alguns documentos à Mesa. Muito obrigada.”-----

----- (A Muniçipe entregou documentação à Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Dona Ana Caeiro.” -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Antes de passar ao ponto seguinte, gostava de informar que o Senhor Deputado Luís Newton, líder da bancada do PSD, nesta sessão será substituído pelo Senhor Deputado Luís Almeida Mendes.” -----

----- **APRECIACÃO DO VOTO 076/03 (PS) – (SUBSCRITO PELOS GRUPOS MUNICIPAIS DO PS, PSD, CDS-PP, IL, PEV, PAN, MPT E LIVRE) – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE LUÍS ALELUIA;** -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos começar pelo período da ordem do dia, pedia à Senhora Segunda Secretária em Exercício, que lê-se o voto de pesar pelo falecimento de Luís Aleluia.”--

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra fez a seguinte leitura do Voto de Pesar:-----

----- “Faleceu no passado dia 23 de Junho de 2023, na cidade de Lisboa, aos 63 anos de idade, o ator Luís Aleluia. -----

----- Artista consagrado pelos portugueses ao longo de muitos anos, iniciou a sua carreira no mundo do Teatro ainda bastante jovem, com 10 anos de idade, onde pisa o palco pela primeira vez, integrado numa récita produzida pela Casa do Gaiato de Setúbal, instituição onde permaneceu até aos 16 anos.-----

----- Aos 17 anos, adere ao grupo de teatro amador "Presença" e enquanto estudante, participou como ator em vários trabalhos do grupo cénico da Escola Comercial de Setúbal, onde foi cofundador do GTL - Grupo Tempos Livres, uma organização estudantil virada para a ocupação dos tempos extracurriculares em atividades culturais, onde desenvolve intensa atividade criativa nas áreas da interpretação, dramaturgia e encenação teatral, utilizando como ferramentas do seu trabalho as matérias da disciplina de Teatro, que tomou como opção, no curso de Humanísticas.--

----- Luís Aleluia foi na sequência desses trabalhos convidado pelo ator Carlos César, então diretor do Teatro de Animação de Setúbal, a integrar o elenco da Companhia, onde se profissionalizou e obteve, após o estágio, a sua carteira profissional como ator de Teatro.-----

----- Em setembro de 1982 é convidado pelo empresário Vasco Morgado a participar na Revista à portuguesa "Há!... Mas são verdes", levada à cena no Teatro Variedades ao Parque Mayer, entre outros, onde foi bem referenciado pela crítica.-----

----- No mesmo ano, em Setembro passa a integrar o elenco artístico do Teatro Maria Vitória onde participa em mais duas revistas à portuguesa: "Quem me acaba o resto!" e "O Bem tramado!", tendo, nesta última, sido distinguido com o troféu da revista Nova Gente, atribuído na categoria de revelação de teatro musicado - 1984.---

----- Participa pela primeira vez num programa de televisivo, na qualidade de ator convidado, num dos episódios da série "Os Homens da Segurança", produzida pela Atlântida-Estúdios, e mais tarde para protagoniza uma série de 18 episódios intitulada "Sétimo Direito", com por Henrique Santana, Lia Gama e Cláudia Cadima.

----- Com Nicolau Breyner, participa em 1994 na telenovela "Na Paz dos Anjos", no papel de "Fernandinho", com Armando Cortez, Rui Mendes, Fernanda Borsatti, João Perry, Catarina Avelar, Sofia Sá da Bandeira, Helena Laureano, Diogo Infante e Sofia Alves, entre outros, no elenco.-----

----- Haveria de participar, mais tarde, em outra telenovela: "Filha do Mar", onde se destacou no papel de "Migalhas", emitida pela TVI em 2001.-----

----- Luís Aleluia conseguiu maior popularidade pelo seu desempenho na série "As Lições do Tonecas", cujo papel de protagonista desempenhou ao longo de quatro anos consecutivos (1996 - 2000), contracenando com o ator Morais e Castro, no papel de professor.-----

----- O sucesso do programa haveria de conduzir à produção de um programa infantil intitulado "O recreio do Tonecas", que ocupou durante algum tempo a grelha de programação das tardes da RTP.-----

----- A convite de Francisco Moita Flores, participou nas séries: "O Conde d'Abranhos", "Alves dos Reis" e "O Processo dos Távoras". Participou, durante cinco anos consecutivos, como ator residente e coautor dos textos humorísticos nos programas da RTP "Praça da Alegria" e "Portugal no Coração", encenando dezena e

meia de personagens, com relevo para o "Senhor engenheiro", as "Irmãos Capela", "Donatina" e "Meias Solas". -----

----- Em 2013 integra o elenco fixo da série "Bem-Vindos a Beirais", no papel de "Cabo Júlio", na qual contracena com outros nomes importantes da cena portuguesa. -----

----- Realce ainda, também na RTP1, para as séries televisivas "Crónica dos Bons Malandros" e para a novela "Pôr do Sol". -----

----- Em 2020/2021, regressa à televisão, agora na SIC, ao integrar o elenco da 2ª produção da série "Golpe de Sorte", interpretando o padre Alexandre Bento. -----

----- Encontrava-se atualmente a participar nas gravações de uma nova temporada da novela "Festa é Festa", uma produção para a TVI.-----

----- Muito recentemente teve em cena, até março, no Teatro da Trindade, a peça "Noite de Reis" e percorria atualmente o país com a peça "Bonito Serviço". -----

----- No cinema, está ainda por estrear o filme "Pôr do Sol: O Mistério do Colar de São Cajó".-----

----- Tinha fortes ligações à cidade de Lisboa e este ano, no âmbito das Festas da Cidade, foi padrinho da marcha popular do Bairro Alto, tendo desfilado com a mesma na Avenida da Liberdade nas exibições realizadas do passado dia 12. -----

----- Luís Aleluia, homem solidário, genuíno e de grande coração, foi ainda cooperador da Sociedade Portuguesa de Autores e foi membro efetivo da direção, durante três mandatos, da Casa do Artista. -----

----- Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão realizada no dia 27 de Junho de 2023, delibere: --

----- 1. Expressar a todos os seus familiares, em especial a sua mulher Zita Favretto, amigos e camaradas, votos de condolências e profundo pesar pelo falecimento de Luís Aleluia; -----

----- 2. Guardar um minuto de silêncio em memória de Luís Aleluia: -----

----- 3. Dar conhecimento deste voto ao Ministério da Cultura, Casa do Artista, RTP, SIC, TVI. -----

----- Lisboa, 24 junho de 2023"-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- "Portanto, vamos votar o Voto 076/03 do PS, "Voto de Pesar pelo Falecimento de Luís Aleluia", o PEV subscreve, o CDS, MPT, PAN, PSD, a Iniciativa Liberal e o LIVRE."-----

----- **O Voto 076/03 foi aprovado por unanimidade e aclamação.** -----

----- **(Ausência do Grupo Municipal ALIANÇA nesta votação)**-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- "Eu creio que é unânime e, portanto, a Mesa entendeu por primeiro a favor, creio que não há ninguém a votar contra e, portanto, foi mais uma forma de homenagearmos, justamente o Luís Aleluia, vamos fazer um minuto de silêncio. "-----

----- **(Neste momento fez-se um minuto de silêncio pelo voto de pesar)**-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O voto foi obviamente aprovado por unanimidade.” -----

----- **PONTO 2- APRECIACÃO DA PROPOSTA 329/CM/2023 - PRIMEIRA ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA APROVADO NOS TERMOS DA DELIBERAÇÃO N.º 399/AML/2022 (PROPOSTA N. 0 354/CM/2022) A CELEBRAR COM A GEBALIS, EM. SA; NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 32.º, ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 42.º, E N.º 1 E 5 DO ARTIGO 47.º DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NO N.º 1 DO ARTIGO 62.º DO DECRETO-LEI N.º 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO, APLICÁVEL POR FORÇA DO ARTIGO 4.º DO MESMO DIPLOMA, NA ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ARTIGO 23.º, ALÍNEA N) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO EM VIGOR, NOS ARTIGOS 65.º E 66.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS E NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 2.º E ALÍNEAS A) E B) DO ARTIGO 24.º DOS ESTATUTOS DA GEBALIS EM VIGOR, SOB CONDIÇÃO DE PRÉVIA EMISSÃO DE PARECER PELA 1.ª COMISSÃO PERMANENTE; GRELHA A – 60 MINUTOS; VOTAÇÃO;**-----

----- (A Proposta nº 329/CM/2023, fica anexada à presente Ata, como Anexo I e dela faz parte integrante) -----

----- **PARECER DA 1.ª E 5.ª COMISSÕES PERMANENTES;** -----

----- (O Parecer da 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes relativa à Proposta 329/CM/2023 fica anexado à presente Ata, como Anexo II e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar ao segundo ponto, da nossa ordem de trabalhos, “Apreciação da Proposta 329/CM/2023- Primeira Adenda ao Contrato-Programa a celebrar com a Gebalis, EM.SA;” -----

----- Há um Parecer da 1.ª Comissão e 5.ª Comissão Permanente.-----

----- A Senhora Deputada Carla Madeira dispensa apresentação do Parecer, a Câmara faça favor, boa tarde Senhora Vereadora Filipa Roseta.”-----

----- **A Senhora Vereadora Filipa Roseta**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Olá, boa tarde, a todos.-----

----- Começamos com uma boa notícia, com uma boa proposta, porque, no fundo, o que nós estamos aqui a propor à Assembleia é que antecipe as verbas que nós estamos a passar para a Gebalis, porque a execução está a ser boa, está a ser melhor do que estava esperado que o Primeiro Contrato de Programa de quarenta milhões que era para ser até 26, pode ser antecipado, podemos prever o fim para 24.-----

----- Este contrato de programa de quarenta milhões, relembra dezassete milhões para fações vazias e vinte e três milhões para diversas obras que já estão a acontecer nos bairros.-----

----- Portanto, isto é apenas uma boa notícia, eu quero sublinhar e agradecer o trabalho da Gebalis que tem conseguido, de facto, ter umas taxas de execução bastante boas, não só orçamentalmente, mas também no terreno fisicamente. Estamos a acompanhar as duas coisas, e é esta a linha, porque depois então virá o próximo contrato-programa que nós queremos fazer para reforçar a empresa, para conseguimos ter dignidade em todas as habitações municipais.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Vereadora. -----

----- Passo a palavra ao Deputado Bruno Mascarenhas do CHEGA.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Mascarenhas (CHEGA),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde a todos. -----

----- Cumprimento, o Senhor Presidente em Exercício, a Mesa, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados, e que é mais nos está a ouvir. -----

----- Senhora Vereadora, eu realmente por acaso podia ter feito a pergunta ali debaixo, são perguntas simples. Nós, na altura, votámos contra. Não sei se tem isso presente, votamos contra este plano, pela simples razão que nós temos dúvidas que mantemos quanto à questão dos orçamentos, dos custos dos materiais, do custo da mão-de-obra e, portanto, nós, neste caso, vamos abster, portanto, fica já dada a nota, no entanto, queríamos naturalmente perceber.-----

----- Ainda há pouco referiu que as taxas de execução são muito boas, eu acho que é, de facto, uma boa notícia. É uma boa notícia, antecipar obra, desde que isso depois não onere ainda mais aquilo que no futuro, portanto, em termos de gasto e de despesa pública. -----

----- De qualquer das formas de exatamente, consegue mais ou menos precisar qual é que a taxa de execução e depois nós iremos posteriormente, solicitar ao seu gabinete através, naturalmente, da Mesa que nos forneça um mapa relativamente não precisamos de todos, mas de alguns projetos, para podermos exatamente aferir disso mesmo. -----

----- Concretamente, e eu aqui tinha aqui um exemplo, quanto à antecipação de prazos, dou aqui um exemplo que são neste ponto seis, do condado, fase 4, que é um prazo de 18 meses, isto é em Marvila, são 113 frações, três edifícios, mais ou menos do que é que se consegue quanto a este assunto, precisar e dizermos, que é um exemplo de dezoito meses, quanto é que conseguiram antecipar, acho que era interessante para estarmos todos aqui, portanto, enquadrados.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Chamo o Deputado Francisco Camacho, do CDS.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Camacho (CDS-PP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente da Mesa em funções, -----

----- Senhores Vereadores,-----
----- Senhores Deputados Municipais, lisboetas que nos acompanham. -----
----- Gostaria de fazer, em nome do CDS, uma breve intervenção a propósito do tema que está circunscrito na ordem de trabalhos.-----
----- Em primeiro lugar, gostaríamos de felicitar a empresa municipal Gebalis, tanto os seus dirigentes como os seus trabalhadores.-----
----- Hoje temos na realidade, a adenda a este Contrato-Programa que fortalece a intervenção da Gebalis. Muitas vezes nesta casa, noutros plenários, criticámos a gestão da coisa pública das empresas municipais, pela sua falta de transparência, pela incapacidade na ação, pela inconsequência na projeção de uma cidade mais coesa e pronto a responder aos grandes desafios do território, felizmente não é o caso, bem pelo contrário. -----
----- Ao longo deste mandato na Gebalis, temos tido uma referência da capacidade de intervenção e da boa alocação de recursos públicos, como demonstra a sua taxa de execução de quase cem por cento e, sobretudo o cumprimento do seu desígnio. -----
----- A gestão eficaz dos bairros com forte perspetiva de desenvolvimento e integração sociais, base para a desejável mobilidade social, sem ignorar a imprescindível conservação do património, a integração da população que salvaguarda a qualidade de vida das populações residentes.-----
----- Assim é justo, em nome do CDS, afirmar que a Gebalis tem sido durante este mandato, um excelente exemplo do que uma entidade que consegue fazer quando funciona com uma equipa e quando tem boa coordenação técnica e política. -----
----- Pela técnica e pela coordenação dos serviços, uma palavra de felicitação ao Presidente do Conselho de Administração da Gebalis, Fernanda Angleu, pela visão, pela dimensão política, no sentido da orientação e da prossecução dos melhores propósitos para a habitação social na cidade, uma palavra justa à Senhora Vereadora Filipa Roseta.-----
----- Senhora Vereadora, que bom temos esta esperança na cidade, numa Lisboa que não tem zonas de primeira nem de segunda, numa Lisboa capaz de atrair talento e, em simultâneo, reter aqueles que mais precisam e devem viver na cidade. Numa Lisboa inovadora e solidária nas políticas de habitação, numa Lisboa que executa como a Gebalis, que consegue prosseguir os seus propósitos, concretizando quase a cem por cento os seus programas, ao contrário do que ocorreu no passado, em que a administração se ficava pelos setenta por cento na execução.-----
----- Sabemos o legado que este executivo tinha em mãos, há, por isso um virar de página e nesse virar de página contínuo que temos desde outubro de 2021, faz todo o sentido, obviamente, antecipar o financiamento.-----
----- Parabéns à Gebalis. Parabéns ao município, parabéns ao executivo. Esta é a política que vale a pena. -----
----- Muito obrigado.”-----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada, Senhor Deputado.-----

----- Chamo agora o Deputado Fernando Ribeiro Rosa do PSD.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Rosa (PSD),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente,-----

----- Senhores Secretários,-----

----- Senhores Vereadores,-----

----- Senhores Deputados, público em geral.-----

----- Estamos aqui perante uma proposta, que me diz especial apreço na medida em que se refere a um contrato-programa sobre habitação e, neste caso concreto, é muito importante e como a Senhora Vereadora Filipa Roseta referiu logo no início, estamos hoje aqui perante uma boa notícia, e isso acho que tem que se assinalado, porque demonstra que este executivo está a executar para além das expectativas.-----

----- E, por isso mesmo, temos de salientar, temos que salientar essa atitude e, por isso mesmo já tínhamos aqui o montante de cerca de quarenta milhões de euros que é muito significativo neste contrato e, neste momento, estamos a tentar fazer com que essas verbas sejam antecipadas, para que possamos continuar a fazer a obra, porque execução tem sido para além do que estava previsto, o que é raro no nosso país acontecer.-----

----- E, por isso mesmo de uma forma muito especial, quero felicitar, obviamente, administração da Gebalis, nomeadamente, o Senhor Presidente Fernando Angleu, mas, fundamentalmente, a Câmara Municipal de Lisboa e neste caso concreto, a Senhora Vereadora Filipa Roseta, que é muito importante e é algo que nos diz muito nas nossas políticas de cariz verdadeiramente social e, portanto, não queria deixar de passar esta oportunidade que acho que isto é pacífico de qualquer forma, mas salientar também o que é bom, não é sempre as coisas que são más, aquilo que é bom e muitos parabéns e muito obrigado em nome da cidade.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Chamo o Deputado José Inácio Faria do MPT.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Secretária,-----

----- Senhor Presidente em Exercício,-----

----- Senhores Vereadores,-----

----- Caros Colegas, público presente.-----

----- Irei fazer também uma breve intervenção sobre esta proposta para referir que apesar de reconhecer o aumento da taxa de execução dos Contratos-Programa celebrados com a Câmara Municipal de Lisboa e o conseqüente aumento do número de frações de património de habitação municipal reabilitadas, que aliás foi aqui referido pelo Senhor Deputado do CDS, não posso, no entanto, deixar de reiterar a minha convicção de que as empresas municipais devem complementar e não esvaziar as atribuições e competências dos diversos Pelouros do executivo municipal, neste caso concreto o da Habitação.-----

----- Esta é uma posição que o MPT sempre assumiu, ao longo dos mandatos, todos os mandatos camarários, e que não é só de agora.-----

----- Caros colegas e Senhora Vereadora, falamos concretamente de nada mais nada menos que um valor total que ascende a 40 milhões de euros durante três anos, valor que, seguramente, no nosso entender poderia ser melhor administrado pelos serviços camarários competentes, isto é a Direção Municipal de Habitação, sem ter necessidade de à terciarização de serviços. No MPT continuamos a entender que a CML tem equipas técnicas de excelência, com capacidade para proceder a todo o tipo de intervenções de reabilitação de frações para a habitação, razão pela qual o MPT se irá abster na votação da Proposta 329/CM/2023 - Primeira adenda ao Contrato-Programa a celebrar com a GEBALIS. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado, não temos mais inscrições.-----

----- Não sei se a Câmara, faça o favor Senhora Vereadora.” -----

----- **A Senhora Vereadora Filipa Roseta**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem, agradeço as vossas perguntas.-----

----- Começando ali pelo CHEGA, pelo Senhor Deputado relativamente à questão da execução, para já sobre a transparência, eu disse-lhe na altura e continuo a dizer, não sei se chegou a ir lá à Gebalis para ver tudo o que queira ver, mas de qualquer maneira os contratos são todas empreitadas públicas, portanto, todos no Portal base.gov, para ter uma ideia do que é que está a ser adjudicado, mas depois pode sempre... o conselho de administração, ofereceu-se para receber as pessoas para verem projeto a projeto, para verem quais são os materiais, para questionarem os valores, nós agradecemos o escrutínio de todos, por isso, o vosso também será bem-vindo.-----

----- Temos, de facto, um grande desafio de execução e qualquer escrutínio é bem-vindo, isto é feito com maior transparência e agradecemos que ele seja feito. -----

----- Relativamente às taxas de execução, só para dar assim uma noção, portanto, nós os quarenta milhões, volto a repetir, era dezassete milhões para fações vazias e vinte e três milhões para várias empreitadas. Estes vinte e três milhões, o que foi, foi antecipar a obra, portanto, ela no fundo ia começar mais tarde, antecipámos as obras todas para começarem mais cedo, porque os prazos das obras são os mesmos, e foi isso que se conseguiu fazer, porque conseguimos empreiteiros também para as fazer

dentro destes concursos que foram lançados e os procedimentos foram todos reduzidos ao mínimo para conseguir fazer isso tudo, portanto foi essa a questão.-----

----- Portanto, elas vão ser todas lançadas agora até ao fim do ano já começámos a lançar algumas e, portanto, a taxa de execução de obra física, não sei se me estava a perguntar a taxa física, estamos a lançá-las, agora vão ficar todas lançadas até ao final de 23, portanto, é esta a ideia.-----

----- Relativamente às frações, portanto, já executámos deste pacote, os dezassete milhões que era qualquer coisa como 740 frações, mais as outras dois milhões, que já tinha sido aprovada antes que era mais ou menos noventa, mas destas setecentas e quarenta estimamos qualquer coisa como quinhentas executadas e, portanto, agora até ao final do ano o objetivo é acabar com as outras todas até ao final deste ano, as frações acabam até ao final deste ano é este o nosso plano. Até ao final de 23 conseguimos fazer as oitocentas e trinta, se somarmos os outros dois milhões que já tinha vindo cá e que já está ele todo executado.-----

----- Portanto, é esse o plano e é por isso que nós já demos mil e cento e tal casas durante este mandato, muito destas são frações vazias, praticamente quinhentas são obras curtas que foi rápido de por cá fora são obras de quatro meses, cinco meses e podem ser atribuídas a seguir e justificam muito este grande número de entregas de chaves em menos de dois anos.-----

----- Portanto, eu acho que é clara a resposta para aquilo que perguntou, só falta a parte dos materiais, mas isso será bem-vindo à Gebalis no departamento de obra, para ver exatamente o que é que está a fazer e até agradecemos.-----

----- Relembramos sempre que todas estas obras, algumas vão ser apoiadas pelo PRR, não todas e aquelas que forem são aquelas que beneficiam de eficiência energética dos edifícios, nós não sublinhamos isto vezes suficiente. O PRR é um plano de eficiência energética, acima de tudo.-----

----- As obras que são PRR são obras que são obrigadas a melhorar muito a eficiência energética dos edifícios por definição, não é só obras de reabilitação, o que é bom até faz parte da onde de renovação do pacto ecológico europeu, portanto, que haver uma grande onda de renovação dos edifícios.-----

----- Relativamente aqui à questão de estar a partir de uma empresa que devia ser tudo feito na Câmara. Relembramos que o novo acordo que nós fizemos com o IHRU são um total de oitocentos milhões até 28, desde que nós cá estamos são mais 560 milhões até 28 e a Gebalis tem 140 milhões, portanto, obviamente que o grosso da fatia está na Câmara, que é um departamento de obras extraordinário, neste caso a habitação, liderado pelo Arquiteto Manuel Abílio, e vai fazer um esforço de construção de edifícios novos brutal, para conseguir acabar o realojamento dos bairros onde as pessoas ainda vivem em condições muito pouco dignas, nomeadamente, o Boavista e Padre Cruz, acabar com o realojamento das pessoas que ainda vivem em casas cheias de amianto, portanto, e de muito, muito, más condições e esse é o plano, portanto o grosso da fatia não está na Gebalis. A Gebalis tem a reabilitação e a conservação dos edifícios.-----

----- Os edifícios novos estão todos ou nas obras da Câmara ou na SRU.-----

----- Neste momento, na verdade, é muito bom, temos três frentes de obra, porque o desafio aqui é realmente capacidade de execução, portanto, é bom, neste momento, a Câmara ter estas três frentes, Gebalis, DMMC e SRU, para conseguir executar o máximo possível. -----

----- Ainda por cima são equipas especializadas, já a Gebalis está muito especializada para a conservação dos edifícios, portanto, é mais obras de conservação, reabilitação, não muda nada nos edifícios.-----

----- A SRU neste momento está a fazer os grandes edifícios de habitação e, obviamente, as obras da Câmara faz as duas coisas, faz tudo e mais alguma coisa, mais um par de botas, que é o Arquiteto Manuel Abílio, portanto, que tem uma ambição então e muito mais orçamento do que a Gebalis, portanto, é, de facto, um enorme reforço para a Gebalis, mas todo o nosso esforço e toda a nossa ambição vai muito além da Gebalis, lá está, como diz o Senhor Presidente, só este executivo comprometeu-se a fazer mais 560 milhões do aquilo que estava previsto, quando quando entramos. Agora, os da Gebalis são muito importantes, porque são os bairros que não podem ficar nessas condições, portanto, acho que toda a gente conhece e reconhece e acho que vai ser consensual e agradeço sempre o vosso apoio, que foi sempre bom em todas as propostas contrato-programa foi sempre unanimidade, quer dizer pelos vistos houve um que foi contra, já não me lembrava, mas foi assim por uma vasta maioria e agradeço sempre o vosso apoio nestas situações.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado, Senhora Vereadora.-----

----- Senhores Deputados, vamos passar à votação da Proposta 329/CM/2023.”-----

----- A **Proposta 329/CM/2023** foi aprovada por maioria com a seguinte votação: Favor: PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, IL, PEV, PAN, LIVRE, Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça - Abstenção: CHEGA, MPT, PPM.-----

----- (Ausência do Grupo Municipal ALIANÇA nesta votação)-----

----- **PONTO 3 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 288/CM/2023 – VERSÃO FINAL DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL RELATIVA A PARTE DO BAIRRO SÃO JOÃO DE BRITO, EM ALVALADE – (ADIADA)**.-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O terceiro ponto da ordem de trabalhos, apreciação da Proposta 288/CM/2023 “Versão final da proposta de Alteração do Plano Diretor Municipal relativo à parte do Bairro São João de Brito em Alvalade”, foi adiado por motivo não ter sido possível a emissão de Parecer pela 3ª Comissão Permanente.”-----

----- **PONTO 4 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 293/CM/2023 – DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL DE DUAS PARCELAS DE TERRENO RELATIVAS A DOIS ANTIGOS TROCOS DE VIA PÚBLICA, UM SITO À RUA ALMADA NEGREIROS, FREGUESIA DE SANTA MARIA DOS**

OLIVAIS, E O OUTRO SITO À AVENIDA DAS DESCOBERTAS, FREGUESIA DE AJUDA, POR NECESSÁRIAS À REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO CADASTRAL E REGISTRAL DE DOIS EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA O) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL, SOB CONDIÇÃO DE PRÉVIA EMISSÃO DE PARECER PELA 1ª COMISSÃO PERMANENTE; GRELHA A – 60 MINUTOS; VOTAÇÃO;

----- (A Proposta nº 293/CM/2023, fica anexada à presente Ata, como Anexo III e dela faz parte integrante)-----

----- **PARECER DA 1ª COMISSÃO PERMANENTE;**-----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente relativa à Proposta 293/CM/2023 fica anexado à presente Ata, como Anexo IV e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Portanto, passamos ao ponto 4. -----

----- Apreciação da Proposta 293/CM/2023 – “Desafetação do domínio público para integração no domínio privado municipal de duas parcelas de terreno relativas a dois antigos troços de via pública, um sítio à Rua Almada Negreiros, freguesia de Santa Maria dos Olivais e outro sítio à Avenida das Descobertas, freguesia de Ajuda”.-----

----- Há um parecer da 1ª Comissão, não sei se alguém quer se pronunciar sobre o Parecer, a Deputada Relatora Patrocínio César dispensa a apresentação do Parecer Senhora Deputada? Dispensa pelos vistos, a Câmara quer se pronunciar sobre esta proposta, faça favor.”-----

----- **O Senhor Vereador Diogo Moura,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, em Exercício. -----

----- Boa tarde, Senhores Deputados, a todos os funcionários, e todos os presentes aqui comunicação social. -----

----- De forma muito sucinta dizer que estamos agora a estabelecer o contrato para a exploração da zona do alto de Pedrouços, onde vamos fazer o projeto do Hub do Mar, que diz respeito ao programa do Hub Azul, no âmbito do PRR. Esta é uma área que já estava definida, não aviso/convite e, portanto, daí não foge muito. -----

----- Não, desculpe, eu pensei que era já a minha, então esta dispensamos a apresentação.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Já agora aproveito para acrescentar que na proposta há um erro material que já foi ratificado, onde consta, “dois antigos troços da Calçada da Laje e da Estrada do Forte”, deve constar, “dois antigos troços de via pública, um sítio à Rua Almada Negreiros, freguesia de Santa Maria do Olivais e outro sítio à Avenida das Descobertas, freguesia de Ajuda”, isto tem a ver que já percebi que o Senhor Presidente da Junta de Belém, quer esclarecer, isto tem a ver com registos antigos e,

portanto, talvez seja preferível, o Senhor Presidente da Junta, faça favor Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Rosa (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Eu por acaso até sou também Presidente da Junta de Freguesia de Belém e reparei que este território, a Avenidas das Descobertas é Belém e não a Ajuda, portanto, é um lapso, portanto, isso aí acho que não vale a pena mais nada, é um erro material, portanto, é que eu estou a dizer é um lapso é um erro material, portanto, é só para fazer ratificação e mais nada.-----

----- Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A informação que nós temos é que esta designação das freguesias é feita em conformidade com o que consta no Instituto de Registo e Notariado, que não tem as referências às freguesias atualizadas em relação o que resultou da última reforma administrativa de Lisboa.-----

----- Para efeitos do registo predial, os prédios estão ainda referenciados na antiga freguesia de Ajuda e de Santa Maria dos Olivais, pelo que foi esse o critério adotado para as referências feitas na proposta às freguesias, portanto, o território está garantido, Senhor Presidente é mesmo uma questão de não estar os registos atualizados.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Chamo a Deputada Isabel Mendes Lopes do LIVRE, estava no 4 era no ponto 5 era isso, ok.-----

----- Então passo a chamar a Deputada Sofia Vale Rocha do PSD, também é no ponto 5, então não temos inscrições para este ponto.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não havendo inscrições, creio que a Câmara também não tem mais nada a dizer sobre isto passamos à votação do ponto 4, Proposta 293/CM/2023.”-----

----- A **Proposta 293/CM/2023** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- **(Ausência do Grupo Municipal ALIANÇA nesta votação)**-----

----- **Com a necessária correção do erro material abaixo transcrito:**-----

----- **No assunto da proposta:**-----

----- **Onde consta:**-----

----- (...) “dois antigos troços da Calçada da Lage e da Estrada do Forte” (...)-----

----- **Deve constar:**-----

(...) “dois antigos troços de via pública, um sito à Rua Almada Negreiros, freguesia de Santa Maria dos Olivais, e o outro sito à Avenida das Descobertas, freguesia de Ajuda” (...)-----

----- **PONTO 5. APRECIACÃO DA PROPOSTA 294 /CM/ 2023 - CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO ENTRE A APL – ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A. E O MUNICÍPIO DE LISBOA, PARA O USO PRIVATIVO DE UMA PARCELA DE DOMÍNIO PÚBLICO SITA EM PEDROUCOS, DESTINADA À INSTALAÇÃO DO HUB DO MAR DE LISBOA – POLO DE EMPRESAS E SHARED OCEAN LAB (AVISO CONVITE N.º 01/C10-I01/2022) E RESPETIVOS ENCARGOS FINANCEIROS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA P) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NOS N.ºS 1 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, E NO ARTIGO 5.º E ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDACÇÃO ATUAL, SOB CONDIÇÃO DE PRÉVIA EMISSÃO DE PARECER PELA 1ª COMISSÃO PERMANENTE; GRELHA A – 60 MINUTOS; VOTAÇÃO;**-----

----- (A Proposta nº 294/CM/2023, fica anexada à presente Ata, como Anexo V e dela faz parte integrante)-----

----- **PARECER DA 1ª COMISSÃO PERMANENTE;**-----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente relativa à Proposta 294/CM/2023 fica anexado à presente Ata, como Anexo VI e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Passamos ao ponto 5 da nossa ordem de trabalhos, “Apreciação da Proposta 294/CM/2023, Celebração de contrato de concessão entre a APL- Administração do Porto de Lisboa S.A e o Município de Lisboa.”-----

----- Há um Parecer da 1ª Comissão, não sei se a câmara se quer pronunciar sobre isto, não?! Se o Senhor Deputado Relator Miguel Graça quer apresentar o Parecer? Prescinde. -----

----- Senhora Secretária temos inscritos para o ponto 5.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Temos inscritos, chamo o Deputado António Morgado Valente do PAN.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Valente (PAN),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde. -----

----- Senhor Presidente em Exercício, -----

----- Boa tarde Senhoras e Senhores Deputados, -----

----- Senhoras e Senhores Vereadores, e a todos os presentes. -----

----- Antes de votarmos, sobre esta proposta da Câmara, gostaríamos de ser esclarecidos sobre três questões.-----

----- Se está prevista a utilização do *Hub* do Mar uma componente de doca de pescas e lota? Com a eventual construção de camaras de frio?-----

----- Segunda questão.-----

----- Existe alguma área ou empresa que venha a deslocar-se para o local que tenha projetos relacionadas com a aquacultura?-----

----- Recordamos que no projeto de Economia Azul Tecatlantic foram feitas visitas a empresas de congelados como a Gelpeixe que vende pescado de pesca por arrasto ou espécies como a tintureira, que se encontram em via de extinção.-----

----- E por fim terceira pergunta.-----

----- Este *Hub* do Mar será efetivamente baseado na sustentabilidade ou é uma espécie de *blue washing* que vai permitir a instalação de empresas que, desde que usem energias limpas, podem pôr em causa as espécies dos nossos mares?-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Chamo o Deputado Bruno Mascarenhas do CHEGA.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Mascarenhas (CHEGA),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Mais uma vez muito boa tarde.-----

----- Senhor Presidente em Exercício, Caros Vereadores, Senhores Deputados, naturalmente, este é um tema importante, é uma proposta muito significativa para a Cidade de Lisboa e nós vamos começar por referir aqui alguns pontos que são apresentados na proposta.-----

----- Desde logo, eu vou referir-me aqui um estudo económico preliminar que foi anexado à proposta e que diz assim no ponto 1, “a construção do *Hub* do Mar, Polo de Empresas e Shared Ocean Lab, definido para a Doca de Pedrouços está orçamentado em mais 37 milhões de euros.”-----

----- Dois, os trabalhos urbanísticos que se projetam e que viram a desenvolver pelos diferentes *stakeholders* a atuar no território, tem apontado para um custo de cerca de 19 milhões de euros.-----

----- O modelo de negócio expectável, o que quer dizer que não está definido para um futuro, poderá vir a gerar receitas para a sua sustentabilidade, mas não se espera que o venha a fazer para ressarcir a cidade dos custos de reabilitação do edifício que, como antes referido, poderão ultrapassar os 37 milhões de euros ou contribuir para compensar os tais diferente *stakeholders* da requalificação do espaço público envolvente poderá envolver um investimento de 19 milhões de euros.-----

----- Ora bem, nós, evidentemente, concordamos com a requalificação desta zona da cidade e deste espaço em particular, como é óbvio, mas não podemos aceitar o quanto os lisboetas vão ter de pagar por algo que é somente teórico, em que não há nada definido, nem como vai ser explorado, nem quais os benefícios financeiros que a Câmara vai ter, apesar deste brutal investimento que se pretende fazer.-----

----- A única certeza, que temos é que quem vai pagar por esta ideia são os lisboetas e por muitos anos, estamos a falar de um contrato de 75 anos.-----

----- Para além do mais e do atraso enunciado, não nos podemos esquecer que, para além dos valores mencionados do investimento, ainda temos que mais cerca de 26 milhões de euros de rendas a pagar até 2098.-----

----- Requalificar e inovar, reabilitar sim, mas não desta forma e por esse motivo, não acompanhamos esta proposta.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Chamo a Deputada Isabel Mendes Lopes do LIVRE.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Mendes Lopes (LIVRE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde, e muito bem-vinda a esta nova Mesa.-----

----- O futuro da nossa vida neste planeta passa pelo mar, pelos oceanos e pelo respeito profundo, pelos seus ecossistemas intrinsecamente ligados a todos os ecossistemas terrestres.-----

----- As últimas notícias são alarmantes. As temperaturas dos oceanos atingem valores record, áreas enormes, onde não há oxigénio, onde não há vida, não temos ainda moratória sobre a mineração em mar profundo.-----

----- No entanto, a nível internacional tem-se chegado alguns acordos importantes, como cordos sobre a pesca sustentável, o objetivo de ter 30% das áreas terrestres, marítimas e costeiras protegidas, mas é preciso agora implementá-los e é preciso impedir retrocessos e bloqueios, como é que está a acontecer agora no Parlamento Europeu, onde os partidos de direita e de extrema-direita se opõem ao regulamento para restauro da natureza, que é essencial para o nosso futuro e, pasme-se, também para o futuro dos agricultores e dos pescadores.-----

----- Para respeitar os oceanos, é preciso conhecê-los e é preciso investir na investigação e Portugal com a sua área de mar, tem essa obrigação e, por isso, o “Hub do Mar” deve ter essa valência, aliando investigadores, empresas e também o conhecimento de quem vive do mar e com o mar, como são os pescadores.-----

----- O valor que se pode criar deste trabalho conjunto é enorme e não se compadece com o foco em crescer rapidamente, como acontece, por exemplo, com empresas que querem ser unicórnios, ou seja, este “Hub do Mar” em Lisboa tem de se focar no nosso mar, nos oceanos, nas suas criaturas reais. Não queremos que o “Hub do Mar” de Lisboa se transforme numa fábrica de sereias de Lisboa.-----

----- Acompanharemos de perto por isso, o desenvolvimento do “Hub do Mar”, que tem de ser um dos pilares para um novo modelo de desenvolvimento que Portugal tem de adotar para dar a volta e ser um país alicerçado no conhecimento e numa economia de alto valor acrescentado com respeito profundo pela natureza.-----

----- O “Hub do Mar”, não pode ser usado como um motor para a exploração insustentável ou gananciosa do oceano e como a justiça ambiental está sempre de mãos dadas com a justiça social, preocupa-nos a indefinição e a falta de informação que a Câmara nos transmitiu na audição em Comissão sobre o que vai acontecer com

os pescadores que hoje usam espaço que será cedido à Câmara Municipal para o “Hub do Mar”, é urgente que a Administração do Porto de Lisboa o esclareça. -----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada, chamo o Deputado Fábio Sousa do PCP.”---

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Sousa (PCP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente em Exercício, -----

----- Executivo, caro público que nos acompanha aqui e em casa e trabalhadores da Câmara Municipal, boa tarde.-----

----- O que sobressai na celebração do contrato de concessão entre a APL e o município é que o mesmo se trata de um acordo visivelmente desequilibrado para o lado do município, ambíguo quanto ao âmbito e raio de ação de cada um dos cooperantes, bem como incerto quanto às possíveis consequências que irão decorrer da implementação deste equipamento na Doca de Pedrouços, quer sejam consequências ambientais, urbanísticas e ou económicas.-----

----- O consórcio composto pela Universidade de Lisboa, IPMA, Docapesca e Fórum Oceano, teria inicialmente incluída a própria APL, mas esta decidiu não fazer parte do acordo por razões que ainda não elencou. O que isto demonstra é que a eventual colaboração com a APL na exploração de outras valências, está fora do plano e desliga-se daquilo que poderia ter sido um modelo de exploração mais completo e equilibrado em termos de responsabilidades.-----

----- Para além disso, o acesso autónomo ao mar por parte do município permanece negado devido a clara intenção de APL de não se envolver diretamente no projeto para este fim, APL manter-se-á como definidora das condições e da localização do acesso ao mar por parte do município, constituindo um desequilíbrio entre, por um lado, as responsabilidades assumidas pelo município e, por outro, aquilo a que tem direito, neste caso, o acesso ao mar. -----

----- Onde a APL não se distânciava é no recebimento de uma renda que o município estará obrigado a desembolsar durante o período de vigência do contrato, 4 euros por metro quadrado mês, 7.484 metros quadrados, isto é mais ou menos 30.000 euros por mês. -----

----- Ainda que esta taxa esteja sujeita a atualizações anuais. O pagamento desta taxa não dispensa o pagamento de outras eventuais taxas, impostos ou encargos. Existem ainda assim, dúvidas quanto à repartição de responsabilidades entre os cooperantes, o que o contrato estabelece é que todas as contingências recaem sobre a Câmara naquilo que diz respeito, sobretudo aos riscos ambientais, os mais onerosos, a descontaminação dos solos, a consequências ambientais decorrentes do plano de urbanização, entre muitos outros.-----

----- Outra preocupação reside na retirada da Doca pesqueira que se situava no espaço concessionado, a figurante sua realocação para outra parte da cidade, estando o assunto sob alçada da Administração do Porto de Lisboa.-----

----- Esta realocização não deixa de estar assombrada por um potencial desaparecimento definitivo desta Doca e caso não seja encontrada uma solução adequada, significará uma perda para a atividade pesqueira da cidade. -----

----- Naturalmente que a concessão em questão pelos objetivos de instalação de empresas ligadas ao mar implicará a extinção de instalações ainda residuais ligadas à pesca, como estipula o contrato de concessão por muitos predicados ambientais da economia circular do mar, economia azul, entre outros, a realidade é que o porto de pesca que ali poderia ter lugar e contribuir para o abastecimento quotidiano da população será erradicado, aliás, o espaço disponível na zona sob administração da APL comportaria as valências da pesca e outros domínios da atividade agora considerados como alternativa qualificadora. -----

----- Do ponto de vista financeiro, não se pode considerar que seja ruínosa a candidatura à concessão em questão, uma vez que o retorno poderá compensar financeiramente o investimento preconizado, atendendo à localização do edifício em questão e à acessibilidade privilegiada ao plano de água, bem como a toda a zona do estuário e à frente marítima atlântica. -----

----- No entanto, cabe questionar se deverá ser o município, só por si, a entidade promotora da criação das instalações previstas, quando faria todo o sentido que tal fosse partilhado em consórcio com o Estado central, e eventualmente através da APL e a sua tutela governamental, bem como as universidades. -----

----- Neste contrato de concessão, embora apenas respeitante ao edifício em questão apenas constam a APL na qualidade de concedente e o município, na qualidade de concessionária, como se tratasse de entidades vinculadas a objetivos alheios, quando nos pressupostos da intervenção sejam entendidos como entidade estritamente cooperantes, no objetivo de instalação no local da antiga Docapesca de um “Hub do Mar. -----

----- Aliás, para se entender o quanto a esta exploração da concessão agora proposta, importaria conhecer o designado anexo 6 ao contrato identificado como unidade de execução de “Hub do Mar”, para a zona em questão e a normativa vinculativa das partes intervenientes, o que até ao momento, ainda não nos foi disponibilizado. -----

----- Nestes termos, a proposta suscita-nos algumas preocupações, pelo que merece da parte do PCP, a abstenção por ser mais um passo nas erradas políticas de destruição da produção nacional, por ser altamente limitada do ponto de vista da interligação entre os objetivos anunciados que não deveriam ser alternativos, mas complementares, numa perspetiva mais adequada de gestão portuária. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado, chamo o Deputado Martim Freitas do CDS.”

----- **O Senhor Deputado Municipal Martim Freitas (CDS-PP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente em Exercício, -----

----- Senhores Membros da Mesa, -----

----- Senhoras e Senhores Vereadores,-----
----- Senhores Deputados Municipais,-----
----- Minhas Senhoras e meus Senhores.-----
----- Lisboa é cada vez mais uma capital da centralidade, dos congressos internacionais ao turismo, passando pela *Web Summit*.-----
----- A cidade foi-se afirmando como líder de várias fileiras. A fileira do mar pode muito bem vir a ser a próxima conquista, aliás, deve conseguir sê-lo. Lisboa é ponto de partida e de chegada de destinos de todo o mundo é assim a sua tradição histórica, é essa a sua vocação e será também esse o seu destino.-----
----- O rio Tejo, que a liga ao mar cria um elo e uma cumplicidade que oferece a Lisboa condições ímpares para estudar, desenvolver e promover a economia do mar. --
----- O “Hub do Mar” constitui, por isso mesmo, uma resposta de Lisboa à sua vocação, pretende ser o ponto de partida na construção de uma economia do mar mais competitiva, tecnológica, mais descarbonizada e sustentável, com maior capacidade para aproveitar todas as oportunidades decorrentes de uma abordagem mais racional, e inteligente dos oceanos. Desenvolver-se-á por articulação entre os vários pólos, formando um verdadeiro ecossistema de infraestruturas e competências para a economia do mar, dinamizar-se-á por investimentos em infraestruturas costeiras de fácil acesso à água, laboratórios e zonas de teste, locais para prototipagem *scale-up*, pré-industrial e industrial e espaço de incubação e alavancagem de empresas, criando uma plataforma física e virtual em rede para dinamizar a bio economia azul e outras áreas emergente da economia do mar em Portugal e na Europa.-----
----- O “Hub do Mar” será semente da verdadeira rede da economia do mar, com infraestruturas interligadas em terra e no mar, mas também com uma estreita ligação à academia, principalmente às escolas com formação superior direcionada para o mar e aos centros de formação profissional do mar.-----
----- Recordo, aliás, que o consórcio constituído é composto pelo IPMA, Instituto Português do Mar e da Atmosfera, pela Docapesca, pela Universidade de Lisboa e pelo Fórum Oceano, com quem a Câmara tem vindo a trabalhar o futuro modelo de negócio e de gestão.-----
----- Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,-----
----- No CDS, como no programa eleitoral dos Novos Tempos, sempre se entendeu o “Hub do Mar”, como um novo futuro que recupera uma tradição de séculos.-----
----- O objetivo é o de colocar Lisboa como pólo mundial de inovação da economia do mar, como um espaço de liderança na exploração sustentável dos oceanos, transformando a área da Doca de Pedrouços numa verdadeira cidade do mar e como capital mundial dos oceanos, criando condições para reunir e atrair empresas nas várias áreas da economia do mar, incluindo as que manufacturam e têm capacidade de investigação e desenvolvimento, em bio economia azul, para que se possa contribuir ativamente para a descarbonização dos oceanos e para uma economia mais sustentável do mar.-----
----- Com toda uma ideia de fundo, fazer a ligação da investigação fundamental, à investigação aplicada e, portanto, transformar em produtos o resultado da própria

investigação, colocando-os seguidamente no mercado e aqui se verá Lisboa como capital da inovação do mar. -----

----- É claro que o impacto económico da fileira do mar em toda a economia é difícil de medir, mas facilmente conseguimos identificar a sua horizontalidade, a forma como afeta positivamente múltiplos setores, desde a hotelaria à restauração, passando pela investigação tecnológica na sua mais ambiciosa dimensão pela informática, pela engenharia e tantos, tantos mais, de facto, a economia do mar é um mar de oportunidades.-----

----- Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, com este contexto e por todas estas razões e outras, a 2ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa, decidiu avançar por sua iniciativa para a elaboração de um relatório sobre o “Hub do Mar”.-----

----- Na senda do que tem acontecido relativamente a outros relatórios de sua iniciativa, como aquele que hoje aqui se discutirá sobre o Hub Criativo do Beato, o objetivo é, em primeiro lugar, o de fazer com que, pelo menos os deputados municipais da Assembleia ao abordarem o tema do “Hub do Mar” fiquem a saber com propriedade do que estão a falar. -----

----- A proposta que a Câmara Municipal de Lisboa, nos trouxe hoje para aprovar corresponde à celebração de um contrato de concessão com a Administração do Porto de Lisboa, de uma parcela do domínio público hídrico para instalação do projeto “Hub do Mar”, durante setenta e cinco anos. -----

----- Não será o passo mais importante para a criação efetiva de “Hub do Mar” em Lisboa, mas é seguramente um importante passo para o conseguir. -----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado, chamo a Deputada Sofia Vala Rocha.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Vala Rocha (PSD),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos.-----

----- Nós estamos aqui a analisar esta proposta do “*Hub* do Mar”, mas estava-me a ocorrer que hoje temos também agendada e daqui a pouco mais adiante da ordem de trabalhos, vamos também falar do *Hub* Criativo do Beato, sendo que o primeiro ponto da tarde foi o avanço das obras da execução, da nossa capacidade de execução deste executivo relativamente à habitação através da Gebalis.-----

----- Ocorreu-me agora que subia aqui para vos falar que ainda não decorreram dois anos desde que este executivo foi eleito e estamos aqui hoje para falar, eu creio que de três das principais promessas feitas por este executivo então apenas candidatos à liderança da cidade que se apresentaram a Lisboa aos lisboetas e ao país com um projeto que era simultaneamente social-democrata, se me permitem colocá-lo assim. Porque pensar nas necessidades das pessoas de habitação, com um reforço que era muito anunciado enquanto candidatura da habitação municipal, porque se percebia que era um anseio da população e, portanto, um grande reforço na questão da

habitação, mas, simultaneamente e aí eu creio que é um traço muito particular deste executivo e concretamente do seu Presidente, Engenheiro Carlos Moedas, na questão da inovação e foram estes dois “hub”, por assim dizer, que eram as peças centrais do programa de inovação com que venceu as eleições e se tornou executivo. -----

----- A saber o *Hub* Criativo do Beato que falaremos daqui a pouco e este de *Hub* Azul, este “*Hub* do Mar”.-----

----- Estes dois “hub”, para além da extraordinária capacidade inventiva de inovação e de criação que anunciavam, tinham também e têm uma particularidade é que ficam junto à água, ficam junto ao nosso rio que nos define. Eu acho que essas notas são extremamente características desta inovação que se quis fazer junto à água.-----

----- Nós sabemos que Lisboa tem muitas coisas ainda para fazer e para desenvolver, mas a nossa relação com o rio é uma relação, que precisa de ser trabalhada.-----

----- Nesses dois “hub” de criação, de inovação e por ser junto ao rio, nós temos de lidar com a APL e a relação com a APL, se me permitem que diga assim, é sempre uma relação de disputa de território, de competência e de poder, tem sido assim ao longo das décadas e sabemos disso.-----

----- E, portanto, eu penso que é altura de nos congratularmos, porque não só esta promessa está a ser cumprida, mas mais do que o papel da promessa é o papel que ela tem para a cidade em termos de inovação e em termos daquilo que se quer fazer do rio.-----

----- E por fazer parte da 2ª Comissão e ter tido a oportunidade de ouvir, não, só o Senhor Vereador, como as outras pessoas que de alguma forma participaram no processo, daquilo tudo que já foi dito até pelo Presidente da 2ª Comissão, irá ser produzido um relatório, mas aquele que vos queria chamar a atenção, penso que ainda não terá sido dito aqui é que, em grande medida, estamos a falar de verbas, é a utilização de verbas do PRR, ou seja, havia esta possibilidade e Lisboa andou depressa, este executivo andou bastante depressa, e quis aproveitar essa oportunidade dos fundos do PRR e, portanto, casando isto penso que é uma ideia muito feliz daquele que é um desígnio de inovação e o nosso desígnio do mar e, portanto, casa, isto de uma forma muito feliz. Penso que se conseguiu chegar a um bom acordo a uma boa situação e será um motivo de orgulho para todos. -----

----- Também uma outra nota. Inicialmente estava prevista a construção de um edifício novo e, mais uma vez se optou por reabilitar um edifício pré existente na Doca de Pedrouços, então até por esse prisma, estamos a falar da reabilitação urbana e de reabilitação daquela zona da cidade. -----

----- Eu estou absolutamente certa, não só de que vai ser um tremendo êxito, mas fará sentido em toda aquela frente ribeirinha, que nós estamos a conseguir desde os tempos da Expo 98, depois com o “*Hub* Criativo do Beato” que fica sensivelmente a meio, até à Doca de Pedrouços, e é assim, iremos todos, com certeza conseguir concretizar essa ambiciosa ligação da cidade ao rio. -----

----- Disse.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada, chamo o Deputado José Inácio Faria.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Mesa, Senhores Vereadores, Caros Colegas público presente. -----

----- Já por diversas vezes nesta Casa saudámos a concretização do *Hub* do Mar que, enquanto centro de incubação de negócios e de investigação científica, terá um enorme potencial para, de forma inovadora, conciliar a promoção da utilização sustentável dos recursos marítimos com áreas como a investigação e o desenvolvimento de produtos farmacêuticos e biotecnológicos ou de fontes de energias renováveis *offshore*, ao mesmo tempo que permitirá devolver este espaço aos lisboetas. -----

----- Contudo, não posso deixar de expressar aqui, tal como o fiz há cinco dias atrás em sede de 1.ª Comissão Permanente durante a audição do Sr. Vereador Diogo Moura e do Sr. Diretor Municipal Bernardo Alabaça, um conjunto de questões desta proposta que nos suscitam algumas dúvidas e que gostaríamos de ver esclarecidas: -----

----- A primeira e mais importante prende-se com o facto do edifício da antiga Doca Pesca estar situado em solo aluvionar, com elevada vulnerabilidade a inundações e a efeitos sísmicos e de maré, pelo que é absolutamente necessário que nesta reabilitação, além das questões urbanísticas, se tenha em consideração o tipo de solo e seja realmente feito um estudo prévio de avaliação estrutural. -----

----- Por outro lado, quando todos temos bem presente as cheias do final do ano passado, cujos efeitos foram particularmente graves nesta zona, e quando é inequívoco que o estado de emergência climática que vivemos tornará estes eventos extremos mais frequentes, parece-nos manifestamente desproporcional que, nos termos da alínea c) do n.º 4, da cláusula 19.ª do contrato de concessão entre a APL e a CML sobre a utilização privativa de parcela de domínio público, os riscos ambientais corram exclusivamente por conta e risco do Município de Lisboa. Considerando que se trata de duas entidades de direito público, não conseguimos entender esta imposição ao Município de Lisboa, não quero com isto dizer que estaremos perante um contrato totalmente lesivo para os interesses do município, mas que esta é uma cláusula leonina disso não tenho a menor dúvida! -----

----- Atento à matriz fortemente humanista do Partido da Terra, há uma outra questão que nos tem preocupado bastante e que não foi devidamente esclarecida nem pelo Senhor Vereador Diogo Moura nem pelo Engenheiro Bernardo Alabaça, refiro-me, em concreto, ao teor do n.º 3 da Cláusula Primeira sobre o “Objeto do Contrato”, que refere que, e passo a citar “*A parcela do domínio público encontra-se, nesta data, parcialmente ocupada por pescadores, comprometendo-se a Primeira Outorgante a ceder ao Segundo Outorgante, antes do início das obras, a parcela totalmente livre e desocupada de pessoas e bens móveis*”. Se por um lado é um facto que a preocupação da entrega da parcela devoluta à CML parece estar minimamente assegurada, no entanto e por outro lado, nada se sabe em relação ao destino destes pescadores nem se

a defesa dos seus legítimos interesses se encontra, de alguma forma, salvaguardada. E a pergunta permanece: para onde é que irão estes pescadores? -----

----- Outra questão, refere-se na página 5 do Anexo V do Anexo I - a propósito do Estudo Económico Preliminar - que “A zona do antigo porto de pesca de Pedrouços, (...) atualmente isolada da Cidade, possui as condições ideais para receber um projeto com dimensão e relevância para Lisboa, permitindo gerar uma nova centralidade, que deverá servir de catalisador para a regeneração urbana desta zona, tornando-a mais acessível para a mobilidade suave pedonal e ciclável e devolvendo o usufruto da margem à população”, fim de citação, e aqui uma vez que o anexo VI do contrato de concessão entre a APL e a CML sobre a “unidade de execução” está “em branco”, gostaríamos de saber em que consistirá este modelo de ocupação e como gerará esta tão desejada “nova centralidade”? -----

----- Para terminar, e ainda relativamente à dita “nova centralidade que deverá servir de catalisador para a regeneração urbana desta zona”, o Partido da Terra gostaria de perguntar ao executivo camarário se pondera “lançar procedimentos com vista à transformação da atual via ferroviária entre Algés e Cais do Sodré, para que esta deixe de ser uma barreira intransponível dividindo a cidade em duas”?, e se pensa “concretizar a LIOS OCIDENTAL, uma linha de metro ligeiro de superfície que ligará Algés ao Cais do Sodré”?, em consonância com o que é sugerido pela 2ª Comissão Permanente na Recomendação 76/01, relativamente ao HUB CRIATIVO do BEATO, mas desta feita para a zona oriental da cidade, Recomendação essa que iremos debater e votar no ponto 9 desta Ordem de Trabalhos? -----

----- Face a todas estas dúvidas por esclarecer, o MPT não pode acompanhar favoravelmente esta proposta, optando por se abster na votação. -----

----- Muito obrigado!”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.-----

----- Chamo o Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, da Iniciativa Liberal.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (IL)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente em Exercício, -----

----- Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, muito boa tarde a todos.-----

----- Relativamente a esta proposta de concessão com a ATL para “Hub do Mar”, a proposta tem aspetos positivos, dado que irá ajudar à recuperação e revitalização daquela zona da cidade, com recurso ao financiamento do PRR e à reabilitação do edificado.-----

----- O projeto do “Hub do Mar” é importante nas questões da economia azul, integrado no ecossistema do Hub azul nacional, o que não se percebe nesta proposta e não houve explicação e a própria Câmara não terá essa explicação é o facto da Administração do Porto de Lisboa ter optado por ficar de fora deste processo.-----

----- O Aviso Convite 01/C10-i01/2022 previa que o projeto e instalação do Polo de Empresas e Shared Ocean Lab em Lisboa, fosse da responsabilidade do município, referindo que eram elegíveis como parceiros beneficiários finais, a Universidade de Lisboa, a Administração do Porto de Lisboa e a Docapesca. A estes juntaram-se ainda o IPMA e o Fórum Oceano, mas a Administração do Porto de Lisboa decidiu posteriormente não integrar o consórcio, fica de fora, cede o espaço, cobrando por ele à Câmara, cerca de 360.000 euros por ano. Estamos a falar de 26 milhões de euros até 2098 mais respetivas atualizações. Qual a razão? Não sabemos, aliás, a Câmara também não sabe. A Administração do Porto de Lisboa, uma vez mais, fica fora da solução, mas ganha com a solução. Ao menos que façam bom uso desta receita para finalmente avançar com o processo de eletrificação do Porto de Lisboa. -----

----- Pelo exposto, a Iniciativa Liberal irá abster-se nesta votação.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado -----

----- Para terminar este ponto, chamo o Deputado Gonçalo da Câmara Pereira, do PPM.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo da Câmara Pereira (PPM)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssimo Presidente da Mesa em Exercício, Mesa, Vereadores, Caros Colegas, caro público em geral. -----

----- O Partido Popular Monárquico vai votar contra esta proposta, porque, realmente há muitos anos que o Partido Popular Monárquico, avoga que a APL devia ser extinta e entregue os terrenos à Câmara Municipal de Lisboa. Mas tem vindo ao longo dos anos, cada vez que se entrega uma faixa de terreno à Câmara Municipal de Lisboa esta urbaniza. -----

----- É isto, é o que vai acontecer. Eu acho que não se justifica um ninho de empresas do mar que não vai ter ligação nenhuma ao mar sem ser conversa fiada, portanto, eu acho que este ninho de empresas devia ser em Monsanto que tem uma vista muito mais bonita sobre o mar. -----

----- Portanto, nós vamos ver que daqui a uns anos vai lá estar um edifício tipo hotel do Manuel Salgado ou um Centro Champalimaud naquele sítio. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não sei se a Câmara quer responder, Senhor Vereador Diogo Moura tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Vereador Diogo Moura**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente em Exercício. -----

----- Quero agradecer as intervenções dos vários deputados municipais que intervieram neste ponto tentar responder a todas estas matérias, nomeadamente às questões da aquacultura e do respeito pelo mar e a questão das empresas limpas. -----

----- Dizer isso que isto está no Aviso-Convite e está também nos documentos que nós fizemos distribuir, que ele tem como base um modelo assente na economia azul e, portanto, não são descartadas nem empresas, nem *startapp*, nem investigadores que queiram explorar esta área de negócio na área da bio economia, aliás, e por isso é que vamos ter um espaço de laboratório.-----

----- E dizer e que este espaço não funciona e respondendo à Deputada Isabel Mendes Lopes que vai funcionar não se *onshore*, mas também *off-shore* e, portanto, já temos isso aferido com um dos nossos parceiros e podemos fazer também investigação no mar e não só e em terra. E, portanto, o que nós estamos aqui a desenvolver, eu acho que isso é claríssimo, não é só uma intenção da Câmara e do consórcio está no Aviso-Convite, portanto, e a ele não podemos fugir, em que vamos envolver uma economia azul de base descarbonizante e sustentável e, portanto, isso é a premissa essencial deste “Hub do Mar” e dos outros restantes, embora tenham todos especificidades muito específicas.-----

----- Falou-se aqui também na questão da opção da reabilitação por construção foi uma opção da Câmara, não havia obrigatoriedade. O que a Câmara tinha definido desde o início era fazer uma construção nova ao lado das duas naves que ali existem e tivemos aqui uma possibilidade com a desistência por parte da Fundação Calouste Gulbenkian de intervir e de criar um projeto, numa das naves, nós podemos ficar com esse espaço.-----

----- Fez-nos protelar alguns meses o processo, fez com que tivéssemos que alterar o programa funcional, mas eu acho que foi uma solução do ponto de vista sustentável e que deve ser uma das premissas também no desenvolvimento da cidade e no planeamento, nós optámos pela reabilitação do que propriamente por nova construção.

----- Depois, o Senhor Deputado Bruno Mascarenhas falava nos 37 milhões de euros, sim, este é o valor de trinta e um e meio de apoio de financiamento comunitário através do PRR e os restantes seis milhões são de dinheiro que a Câmara vai colocar nesta obra, caso seja necessário. E depois fala do modelo de negócio para não ressarcir a cidade exatamente, percebo muito bem o que é que o Senhor Deputado compreende por isto, porque os dezanove milhões que nos falam, para já, estes dezanove milhões vão ser de investimento na zona infraestruturas em espaço público, numa ciclovia em tudo aquilo que é necessário que a regenerar aquela zona da cidade, que vai dar um novo desenvolvimento aquela cidade, que vai acabar com barreiras entre a cidade e o rio e é isso que se pretende na zona ribeirinha. E mesmo quando se falava na questão dos riscos ambientais, eu acho que fui claro na reunião, os riscos ambientais estão definidos, é só ler Senhor Deputado estão inscritos naquilo que é o Aviso-Convite, que é que são riscos ambientais.-----

----- O Senhor Deputado fala de solos contaminados, como tem grande parte da zona ribeirinha que são aterros, obviamente que todos os trabalhos de remoção de terras são feitos com empresas licenciadas para esta matéria. Depois fala na alguma instabilidade que estes terrenos podem ter. Nós já temos estudos de sondagens estruturais que já tinham sido feitos para esta nave pela Fundação Calouste Gulbenkian e que nos cedeu e, portanto, para além daquilo que nós vamos fazer a

nível do nosso projeto de obra. Aquilo que já temos de trabalho feito pelas equipas da Fundação Calouste, que gentilmente nos cederam esses mesmos estudos, esta obra também vai ser em termos de solos, obviamente vai ser monitorizada, tendo em conta que estamos a falar em zonas de aterros e, como aqui bem salientou e que é uma preocupação. E estes riscos ambientais, são da Câmara Municipal de Lisboa, porque é a Câmara Municipal de Lisboa que recebe o financiamento é Câmara Municipal de Lisboa que dentro do consórcio é responsável por fazer a obra e, portanto, os riscos são do promotor da obra e que passarão para o empreiteiro da obra assim que ele começar a mesma obra. Ó Senhor Deputado, é ver a candidatura, é bem claro. -----

----- Depois relativamente à APL, eu acho que muitas das perguntas que foram aqui colocadas por um lado, aquilo que é a relação, e vários deputados fizeram essa menção ou aludiram a ela. Vamos lá ver a APL não quis entrar, nós também não sabemos. Foi uma decisão da administração que só nos foi comunicada na intenção de não integrar, para além de Câmara Municipal de Lisboa e, como disse bem no Aviso-Convite há aqui entidades elegíveis não são obrigatórias, constarem no acordo consórcio e APL entendeu não fazer parte dele, portanto, como também já referi na reunião de Comissão. Eu acho que é uma questão de chamarem cá APL também pela questão da pesca, porque o que já nos foi transmitido por parte da APL área do património municipal da Câmara é que já tem uma alternativa para os pescadores que a ali ainda residem, já tem essa alternativa. -----

----- Qual é a alternativa? -----

----- Nós também já questionámos a APL, temos à espera que nos digam, mas acho que era importante também ouvirem APL não só sobre aquilo que é a intervenção que eles têm nas zonas portuárias, mas não só da nossa zona ribeirinha, aquilo que é a ligação com esse projeto, mas devo-lhe dizer que, em particular, esta nova administração da APL tem sido totalmente colaborante com a Câmara Municipal de Lisboa em todos estes desígnios que lá está é um desígnio, como dizia aqui a Senhora Deputada Sofia Vala Rocha, que vinha no programa eleitoral dos Novos Tempos, que está nas grandes opções do plano do governo da cidade aqui aprovadas, por esta Assembleia Municipal, mas, acima de tudo é um desígnio nacional e é um desígnio europeu com projeção europeia este *Hub*, não só na ligação aos outros sete *Hub* nacionais do nosso país também a *Blue School*, mas que é um desígnio e que lhe devo dizer com maior *Hub* do Mar que vai haver nesta rede de sete será exatamente o de Lisboa, estando ali duzentos metros do novo *Hub*, mais virado para a área de oceanográfica que será instalado em Algés. -----

----- Em relação ao acesso à água, o acesso à água, está garantido pela APL, portanto, não é uma questão, aliás, estava definido que haveria isso, estava definido, que haveria um acesso à água por Algés, onde eu onde será o *Hub* Mar oceanográfico e o que acontece neste momento é que nós já conseguimos garantir que APL, dará um acesso a água às expensas do Porto Lisboa na Doca de Pedrouços e, portanto, isso já temos. -----

----- Depois foi aqui falado também sobre a questão, eu já não vou colocar a questão dos unicórnios, podíamos ter aqui uma longa discussão e acho que as pessoas têm um bocado um problema existencial com os unicórnios, coitados dos unicórnios.-----

----- Mas só dizer à senhora deputada que os unicórnios, os unicórnios, mas estes existem são empresas e só para vos dizer que em oito meses, só num dos programas de *scaling-up* da fábrica de unicórnios, eles já em rondas de investimento, dezasseis empresas já conseguiram fazer setenta e seis milhões de euros e criar duzentos e quarenta postos de trabalho, portanto, parece algo significativo quando falamos de unicórnios, estamos a falar de empresas, estamos a falar de pessoas, estamos a falar de empregos, portanto, não estamos a falar apenas os números e de algo idealizados. -----

----- Estamos a falar de números concretos e se a senhora deputada quiser, tararemos cá, nomeadamente o número de empresas que já existe em Lisboa na área biotécnica de biotecnologia azul, e que estão muito interessadas também fazer parte deste *Hub do Mar*. -----

----- Depois relativamente à renda. O modelo de negócio vai ser construído com base também na renda que nós temos que pagar à APL, como é óbvio, e será tida em conta no modelo de negócio. -----

----- E eu acho para sintetizar bem aquilo que é este projeto, eu acho que o Senhor Deputado Martim Borges de Freitas, foi aqui de uma forma sucinta, explicou bem o que é que é este projeto, a sua implicação e os seus benefícios para a cidade. -----

----- Devo dizer que esta estratégia, não é uma estratégia que seja discutida apenas dentro do consórcio, nós temos alargado a outras entidades desta área. Muito aqui se falou do conhecimento, temos falado com várias universidades, não apenas a Universidade de Lisboa que faz parte do consórcio, mas, por exemplo, com a Universidade Nova de Lisboa, com outras entidades que trabalham nesta área, na área do setor do mar e dos oceanos e, portanto, temos tido uma discussão bastante alargada para chegarmos àquilo que deve ser um modelo de negócio para este mesmo projeto. --

----- Depois linha de comboio, já lá vamos, Senhor Deputado, deixe-me lá ver se eu respondi a tudo, quero responder a tudo para não dizerem que eu não respondi, porque na Comissão disseram que eu tinha respondido a tudo. -----

----- Relativamente à questão dos pescadores, já respondi sobre a questão do planeamento urbano, e está aqui a Senhor Vereadora Joana Almeida, mas espero poder sintetizar o seguinte. -----

----- O que está definido em termos de planeamento urbano, até já está, em certa parte espelhado naquilo que é o estudo económico ou financeiro. -----

----- Depois dizer como também já foi dito na Comissão de que está elaborada uma unidade de execução para esta área.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Vereador tem que terminar.”-----

----- **O Senhor Vereador Diogo Moura,** no uso da palavra continuou a sua intervenção:-----

----- “Estou quase a terminar com esta questão do planeamento urbano, uma unidade de execução que está a ser trabalhada com a APL, que é detentora daqueles terrenos e que vai trazer uma grande requalificação de em particular do espaço público daquela zona. -----

----- Em relação à linha do comboio esta é uma matéria que está a ser falado entre o Senhor Vice-Presidente e o Governo não tenho mais informação aqui para lhe dar, mas espero que numa outra oportunidade nesta Assembleia Municipal, que teremos muitas, o Senhor Vice-Presidente possa dar uma nota mais atualizada sobre esta matéria. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Senhor Deputado Bruno Mascarenhas voltou a pedir para usar da palavra sobre esta matéria, creio eu.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Mascarenhas (CHEGA)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.”-----

----- Senhor Vereador, eu queria voltar aqui a fazer-lhe algumas questões em função também das suas respostas e, desde logo, fizemos assim uma conta por alto e o valor e ainda por cima, estamos a falar de uma reabilitação não estamos a falar de construção nova, estamos a falar de cerca de 5.000 euros por metro quadrado de obra, tendo em conta os valores que são apresentados. -----

----- Já agora, pergunto-lhe quem é que estimou por parte da Câmara ou quem é que basicamente, se alguma entidade, quem é que estimou este valor da obra?-----

----- Depois também referiu aqui que tem uma série de empresas ligadas à economia azul. Eu pergunto-lhe porque é que não fizeram primeiro todo um conjunto de contactos, para se perceber exatamente o que é que se pretendia que projetos, porque há pouco não me respondeu exatamente, porque uma coisa é falarmos do ponto de vista teórico, outra coisa é na prática, exatamente o que é que vai ali acontecer e isso não foi respondido. -----

----- E já agora também fazer-lhe a pergunta qual é que eu racional de fazermos um contrato de arrendamento 75 anos, julgo que daqui 75 anos, não estará cá nenhum de nós para este efeito e, sobretudo, sobretudo, se... -----

----- Deus queira que sim, Senhor Deputado, Deus queira que sim daqui a 75 anos esteja cá.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado já não tem tempo.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Mascarenhas (CHEGA)**, no uso da palavra continuou a sua intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, deixe-me só terminar por favor, fui aqui interrompido. -----

----- Mas realmente qual é que é o racional para esta negociação, sendo que ainda por cima que, pelos vistos, o PPR vai investir este valor, não havia tanta necessidade de esticar este prazo, nem que fosse para diluir o mesmo. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado, vamos ouvir a resposta do Senhor Vereador com o tempo cedido pelo PSD, agradecia que fosse conciso, Senhor Vereador Diogo Moura.” -----

----- **O Senhor Vereador Diogo Moura**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito rápido, Senhor Presidente em Exercício. -----

----- Em primeiro lugar, o valor por metro quadrado. Este concurso projeto foi feito com a Ordem dos Arquitetos e, portanto, não foi só daquilo que foi os valores de mercado que a Câmara procurou, mas foi também com a Ordem dos Arquitetos, que me parece que é uma entidade totalmente isenta nesta matéria. -----

----- Depois dizer-lhe o que é que vai ali acontecer. -----

----- Ó Senhor Deputado eu não posso estar sempre a dizer o mesmo, está no Aviso-Convite, o que vai ali acontecer em termos de projeto. Que empresas é que podem ir para ali e que tipo de valências é que vamos ter. Nós vamos ter um *Shared Ocean Lab*, que é um espaço para empreendedorismo, para empresas na área de biotecnologia azul e da bio economia azul e a área de investigação laboratorial, é isto que está definido no convite, é isso que nós respondemos, se não nem sequer a candidatura de Lisboa podia ter sido aceite. -----

----- Portanto, está muito conciso, não é aquilo que a Câmara quer fazer, depois dentro daquilo que é de economia azul as empresas, podem ali ter, isso vem no modelo de negócio, como é óbvio, é isso que estamos a trabalhar. -----

----- Agora para definir o que é que vão ser as valências do “Hub do Mar”, elas estão Aviso-Convite e, portanto, nós respondemos diretamente e de forma muito fiel àquilo que é um Aviso-Convite, porque, como lhe disse há mais seis *hub* nacionais e cada um tema especificidade e este tem esta especificidade de ter uma zona para empreendedorismo na área do setor do mar, do empreendedorismo da bio economia, da tecnologia azul e uma área de laboratórios também nesta área. O *hub* que está lá ao lado a trezentos metros é dedicado à área oceanográfica, portanto, cada um deles tem o seu propósito, e eles estão bem espelhados e bem definidos naquilo que é o Aviso-Convite. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador. -----

----- Vamos passar à votação da Proposta 294/CM/2023, “Celebração de contrato de concessão entre a APL e o Município de Lisboa” -----

----- A **Proposta 294/CM/2023** foi **aprovada por maioria** com a seguinte votação: Favor: PS, PSD, CDS-PP, ALIANÇA, LIVRE, Contra: BE, CHEGA, PPM,

abstenção: PCP, IL, PEV, PAN, MPT, Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça. -----

----- **O Grupo Municipal da Iniciativa Liberal**, apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “Proposta 294/23 – Celebração do Contrato de Concessão entre a APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A. e o Município de Lisboa, para o uso privativo de uma parcela de domínio público sita em Pedrouços, destinada à instalação do Hub do Mar de Lisboa. -----

----- A Proposta 294/CM/2023 visa autorizar a celebração de um contrato de concessão entre a Câmara Municipal e a Administração do Porto de Lisboa para instalação do futuro Hub do Mar. Este projecto permitirá reabilitar uma parcela em Pedrouços e devolver esta zona à cidade de Lisboa, no entanto, esta proposta traz um encargo financeiro a ser suportado pela autarquia. Encargo financeiro esse que existe única e exclusivamente pela saída da APL deste consórcio (ao qual pertencia) num processo dúbio que a própria CML remete para aquela entidade.-----

----- As dúvidas apresentadas pela Iniciativa Liberal, quer em sede de comissão, quer posteriormente aquando da discussão em plenário, não foram esclarecidas tendo o Sr. Vereador Diogo Moura remetido sempre os esclarecimentos deste processo para a própria APL. -----

----- Por estas razões, e ainda que estejamos de acordo com a reabilitação daquele território, mantemos as dúvidas levantadas no decurso destes trabalhos e por essa razão o Grupo Municipal da Iniciativa Liberal absteve-se na votação desta Proposta.-

----- Lisboa, 29/06/2023 -----

----- Os Deputados Municipais da Iniciativa Liberal,-----

----- Miguel Ferreira da Silva, Rodrigo Mello Gonçalves, Angélique Inês Da Teresa---

----- **PONTO 6 - APRECIACÃO DO PONTO 2 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 335/CM/2023 - ISENÇÃO DAS TAXAS DEVIDAS À CML PELA REALIZAÇÃO DO “LISBON” EM 2023, CONFORME ANEXO V DO PROTOCOLO REFERIDO EM 1., FICANDO A EVENTUAL ISENÇÃO PARA AS EDIÇÕES DE 2024 E 2025 CONDICIONADA A APROVAÇÃO SUBSEQUENTE EM FACE DE AVALIAÇÃO DO EVENTO NO RESPECTIVO ANO ANTERIOR, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ARTIGO 16º DO ANEXO I À LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NO ARTIGO 32º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ATUAL, E NO Nº 2 DO ARTIGO 11º DO REGULAMENTO GERAL DE TAXAS, PREÇOS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE LISBOA, SOB CONDIÇÃO DE PRÉVIA EMISSÃO DE PARECER PELA 1ª COMISSÃO PERMANENTE; GRELHA A; VOTAÇÕES;**-----

----- (A Proposta nº 335/CM/2023, fica anexada à presente Ata, como Anexo VII e dela faz parte integrante)-----

----- **PARECER DA 1ª COMISSÃO PERMANENTE**-----

----- (O Parecer da 1ª CP relativo à Proposta nº 335/CM/2023, fica anexado à presente Ata, como Anexo VIII e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Vamos passar ao ponto 6, “Apreciação do ponto 2 da parte deliberativa da Proposta 335/CM/2023 - Isenção de taxas devidas à Câmara Municipal de Lisboa pela realização da “LisbON” em 2023.-----
----- Há um Parecer da 1ª Comissão Permanente perguntar se a Câmara quer apresentar a proposta, não.-----
----- Senhor Deputado Francisco Camacho quer apresentar o Parecer, faça favor”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Camacho (CDS-PP)**, no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção:-----
----- “Senhor Presidente em Exercício,-----
----- Senhores Vereadores,-----
----- Senhores Deputados Municipais.-----
----- A propósito do Parecer da 1ª Comissão, queria dar aqui algum contexto. Como saberão, os Senhores Deputados Municipais, ontem foi aprovado por maioria em sede de 1ª Comissão Permanente, no essencial, o parecer quanto à proposta da Câmara Municipal para isentar o pagamento de taxas devidas à Câmara Municipal para a realização do evento do Festival “LisbON” em 2023 por parte da Produtora Jardim Sonora, Lda é favorável.-----
----- Resumidamente, após a aprovação do protocolo que visa definir os termos e condições da parceria entre o município e a empresa para a realização deste evento nos dias 30 de junho, 1 e de 2 de julho deste ano.-----
----- Importa obviamente ressaltar que a eventual isenção para as edições nos anos 2024 e 2025 fica condicionada à aprovação subsequente em face da avaliação no ano anterior.-----
----- Por outro lado, está definido na proposta os contornos, o espaço local, as circunstâncias temporais, os mecanismos de emergência e replaneamento do evento.---
----- Ainda a respeito da discussão que ontem foi tido na 1ª Comissão gostaria de prestar um esclarecimento, quanto a uma pergunta que foi endereçada pela Iniciativa Liberal, de facto, quanto a prazos e obrigações que tinha a Iniciativa Liberal tinha levantado essa questão. O que me parece relativamente claro é que o evento implicará o máximo de 14 dias para processo de montagem, o máximo de 7 dias para efeitos de desmontagem, totalizando assim a duração e a afetação do espaço para produção no máximo total de 21 dias.-----
----- O Parecer cumpre os formalismos necessários, designa-se também e identifica-se um conjunto de obrigações adicionais de colaboração futura entre as partes, para a promoção da sustentabilidade na cidade.-----
----- São identificados na proposta aos montantes de isenção de taxas. E aqui refiro, em particular, porque são montantes de grande importância. Em 2023 uma estimativa de quinhentos e sessenta e três mil duzentos e cinquenta euros, em 2024 e em 2025, sob condição de 619.565 euros e de 675.000 e 900 euros, respetivamente mais apoios devidamente inscritos.-----

----- Finalmente, gostaria de agradecer às três forças políticas que deram sugestões que foram devidamente integradas neste Parecer, em particular ao Partido da Terra, à Iniciativa Liberal e ao Partido CHEGA.-----

----- Em resumo, a Proposta encontra-se em plenas condições formais e materiais de ser discutida e aprovada nesta Câmara.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado, passo a palavra, ao Deputado José Sobreda Antunes do PEV.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde Senhor Presidente, restantes Membros da Mesa, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público, Jornalistas Funcionárias.-----

----- Com a presente proposta o executivo volta a propor a isenção das taxas devidas à CML pela realização do “Lisb-ON - Jardim Sonoro”, agora para 2023, e a eventual isenção para os anos seguintes de 2024 e 2025. Evento cuja página de divulgação na Internet nem sequer se apresenta em língua portuguesa.-----

----- As edições deste festival de música electrónica, que ocorre desde 2014, já tiveram lugar no Parque Eduardo VII, quase sempre nos primeiros dias de Setembro. Agora, de acordo com o Protocolo celebrado com o Município, passa para entre os dias 30 de Junho a 2 de Julho de 2023, em áreas adjacentes ao Jardim Keil do Amaral e, de acordo com cláusula V, eventualmente no Parque Urbano do Vale do Silêncio ou no Parque Eduardo VII, Tratando-se de uma localização reconhecidamente complicada, não apenas para a fauna local, como tendo em conta as previsíveis temperaturas superiores a 30º e o eventual risco de incêndio.-----

----- Em 2019, o passe de ingresso para os três dias custava 45 €, mas a edição deste ano triplica para os 129,60 €, para além do custo dos produtos alimentares à venda no recinto, para dentro do qual não é permitido o seu transporte.-----

----- O executivo, que ou não é célere ou nem sempre viabiliza a isenção de eventos associativos e populares de cariz social cultural não lucrativos, apesar dos expectáveis rendimentos da empresa promotora, volta a insistir na dispensa das taxas a um rentável evento privado.-----

----- Em 2022 o executivo propôs pela ‘Ocupação Temporária de Espaço Público’, ‘Recinto Improvisado’, ‘Ocupação de Espaço Verde’ e ‘Licença Especial de Ruído’ uma isenção de 186.318,59 €. Para este ano, esse valor ascende a uns astronómicos 683.250 €, a que acresce para 2024 e 2025, respetivamente, 751.575 € e 829.900 €.-----

----- Em complemento aos apoios concedidos por outros promotores comerciais, a CML ainda garante uma série de meios logísticos para a realização do evento, incluindo equipamentos e recursos humanos, como previsto na Cláusula Quarta, para além de alguns serviços policiais, bombeiros e de higiene urbana e, muito previsivelmente, a posterior reabilitação ambiental daquela estrutura verde.-----

----- O PEV gostava também de saber se o promotor já divulgou o indispensável inventário das incidências ambientais do evento, como previsto na Cláusula Quinta, bem como se a CML se dispõe a divulgar o relatório de avaliação dos impactes ocorridos na edição do ano anterior. -----

----- Em suma, a imagem que sobressai do executivo com a apresentação de propostas com este teor é a de uma pouco equilibrada ou mesmo reduzida ótica social e ambiental a aplicar na taxação devida por estes eventos, perante a qual, em conclusão, o GM de Os Verdes não está disponível para subscrever. -----

----- Muito obrigada, Senhor Presidente, em Exercício” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, tem a palavra o Senhor Deputado Bruno Mascarenhas do CHEGA” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Mascarenhas (CHEGA),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Mais uma vez boa tarde. -----

----- Concretamente, esta proposta e nós, obviamente, somos completamente a favor da iniciativa privada e que se façam iniciativas e ações na cidade de Lisboa, agora não conseguimos nem podemos concordar com esta proposta por uma questão de princípio de justiça e de equidade. -----

----- Para sermos justos, então deveríamos caminhar no sentido de isentar de taxas todos os negócios que, de alguma forma, contribuem positivamente para a vida económica e social da cidade de Lisboa como por exemplo, toda a área da restauração que criam emprego permanente e são fundamentais para o nosso turismo, onde a mínima ajuda significaria muito para os seus proprietários e gerentes.-----

----- Não podemos concordar isentar grandes festivais em valores superiores a meio de milhão de euros, quando os valores e agora quero-vos dar nota disto. Os bilhetes são seguintes: o valor do bilhete diário são 55 euros, um passo de dois dias é 89 euros, um passe de três dias de 120 euros. -----

----- Nesta proposta, falta indicarem qual o cálculo feito para apurarem o valor das taxas que vão isentar não é suficiente apenas dizer lá o valor, são 560.000 euros, é preciso discriminar o porquê desses 560.000 euros. -----

----- Também não nos podemos esquecer o que aconteceu o ano passado com a proposta apresentada para a isenção de taxas do Festival Kalorama. -----

----- Na proposta falam de criação de emprego, contudo, o emprego que estes de festivais queriam é temporário, logo não tem nenhum reflexo na vida económica da cidade. -----

----- Também aqui no ponto 6 da cláusula 4), compromissos do primeiro outorgante da minuta do protocolo entre a Câmara e a Jardim Sonoro refere o seguinte, “divulgar o evento através de meios de comunicação dos serviços municipais competentes e mediante disponibilidade dos mesmos, nomeadamente da rede de *mupis* e a página da internet da Câmara durante o mês de junho”, portanto, para além de isenção de taxas,

está a ser solicitada à Câmara, vão também ficar com parte dos custos inerentes à publicidade. -----

----- Surge assim a questão qual é, afinal, o real valor do apoio que a Câmara pretende dar ao Jardim Sonoro? -----

----- Todos os apoios mesmos os não financeiros representam um custo para a Câmara ou proveitos que vão deixar de ter por essa razão, nós não vamos acompanhar esta proposta. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Chamo o Deputado Fábio Sousa, do PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Sousa (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente da Assembleia em Exercício, Executivo, Caro público que nos acompanha aqui e em casa, trabalhadores da Câmara Municipal. -----

----- A proposta apresentada propõe isenção de taxas ao Festival “LisbON” Jardim Sonoro é dada a possibilidade à organização do Festival de escolher entre três espaços: Monsanto, Parque Eduardo VII ou Vale do Silêncio, ficando a escolha do mesmo não definida dando campo a incertezas quanto à organização do evento. -----

----- É uma posição de princípio o PCP não acompanha as propostas que versam isenção de dinheiros públicos a empresas organizadoras de eventos, como já aconteceu no passado. -----

----- O PCP não se opõe a realização deste tipo de eventos na cidade, mas não pode acompanhar uma proposta na qual o município abdica de receita própria para que o festival possa ter ainda mais lucro. -----

----- A exemplo daquilo que já acontecia com o Rock in Rio ou o Kalorama, vemos novamente o executivo camarário a defender a isenção de taxas a eventos altamente lucrativos de circuitos internacionais de empresas, que tem uma panóplia de possibilidades de tornar o seu evento lucrativo, caso contrário, não o realizariam. Inclusivamente a título de exemplo, o “Magusto dos Vizinhos”, realizado nas Escadinhas de Manchester, veio a uma reunião de câmara descentralizada salientar precisamente este ponto, existem múltiplos eventos de cariz social não lucrativo, eventos de coletividades e associações que fazem parte da estrutura cultural da cidade e do movimento associativo popular que, neste momento, pagam taxas, se querem dinamizar uma festa, se querem ocupar determinado espaço, terão de proceder ao pagamento de taxas. -----

----- A este facto somam-se justificações para a isenção, justificações estas que são nitidamente desligadas da realidade, como a dinamização cultural, a valorização do espaço público e a interação de povos e culturas. No entanto, para que esta dinamização interação cultural se concretize, os lisboetas terão de pagar por um bilhete diário entre 48,60€ a 59,40€ ou entre 96,12€, 129,60€ por dois ou três dias do festival. -----

----- Para além dos eventuais consumos dentro do festival, por exemplo, 4 euros por um copo reutilizável não reembolsável que, por si só, já acompanha o aumento generalizado dos preços dos bens e produtos. -----

----- Este modelo que se insiste prosseguir, distancia-se de uma estratégia de garantir o acesso generalizado da cultura às pessoas. Aliado a esta lógica junta-se toda uma conceção de evento sustentável ligado às causas ambientais, causas estas que serão asseguradas pelo serviço de limpeza e higiene urbana do município.-----

----- No entanto, cada um dos espaços possui características específicas quanto à constituição da estrutura arbórea e envolvente verde, que coloca sérias preocupações sobre o real impacto deste evento na manutenção e preservação da estrutura verde e respetivo impacto ambiental ademais uma vez escolhido o espaço público, este ficará interdito à população, pelo que o PCP votará contra esta proposta de isenção de taxas. -

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Chamo o Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, da Iniciativa Liberal, prepara a Deputada Isabel Mendes Lopes.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (IL)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente em Exercício, -----

----- Senhores Vereadores, Senhores Deputados, boa tarde novamente. -----

----- Relativamente a esta proposta, começar por lamentar que, mais uma vez, a Assembleia Municipal tenha sido confrontada com a questão das urgências, estamos hoje a votar isenções para um festival que vai ocorrer daqui a dias e que já estava programado e que já saberia que iria ocorrer há muito tempo.-----

----- A proposta de isenção e de apoios que a Câmara nos traz hoje totaliza 683.250 euros, entre isenção de taxas e apoios com meios da Câmara, como espaços verdes, Proteção Civil ou a Polícia Municipal. -----

----- Se compararmos com os valores do ano passado as isenções e apoios do ano passado, totalizaram duzentos e sessenta e um mil cento e quarenta e um euros. Estamos a falar este ano de mais do dobro. -----

----- Acresce que não há qualquer justificação para os valores apresentados e depois da confusão que houve à volta das isenções do Festival Kalorama o ano passado de uma isenção inicial de mais de dois milhões de euros, chegou-se à conclusão que, afinal, seriam trezentos e tal mil era obrigação da Câmara Municipal apresentar os cálculos e justificar os montantes para os quais pedem isenção, mas tal não foi feito.---

----- Os apoios da Câmara, aliás, aumentam e prevê-se que aumentem mais nos próximos anos, mas a contrapartida é exatamente a mesma da que vem do ano anterior aumentasse o apoio, mas não se mexe nas contrapartidas. -----

----- Aliás, também não sabemos se em 2022 a contrapartida foi cumprida ou não e qual o valor final em que ela se fixou. -----

----- Por último, mas não menos relevante, estamos a falar de apoios na casa dos 700.000 euros, isto representa metade do valor cobrado em 2022 em taxas de atividades económicas, como taxas de ocupação de mercados, feiras e quiosques. -----

----- A Iniciativa Liberal reafirma o que já dissemos neste tipo de propostas, noutras discussões, redução e isenção de taxas e taxinhas, com prioridade aos comerciantes de Lisboa e às associações da cidade. -----

----- A Iniciativa Liberal irá votar contra esta proposta. Não somos contra estas iniciativas privadas, bem pelo contrário, todas elas são bem-vindas à cidade, mas existem outras prioridades naquilo que diz respeito ao apoio e ao dinheiro dos contribuintes em matéria de isenções. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Chamo a Deputada Isabel Mendes Lopes prepara o Deputado José Inácio Faria.”

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Mendes Lopes (LIVRE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde. -----

----- Voltamos a falar de isenção de taxas a festivais de música nesta Assembleia Municipal. O “LisbON” é um festival consideravelmente mais pequeno do que o Kalorma até que o Rock in Rio que recebem muitos milhares de pessoas e com uma receita de bilheteira muito elevada. -----

----- Como nós já dissemos aqui, a isenção de taxas, faz sentido quando a comunidade ganha claramente com a realização dos eventos. -----

----- No caso “LisbON” já deveria ter sido feito aquilo que é prometido para o futuro nesta proposta que hoje aqui trazida, que é uma avaliação da edição anterior e há várias questões que nos levantam dúvidas neste contrato entre o Município e LisbON, como é que é feito o cálculo de taxas e é estranho valor ser igual, quer ele se realize no que no Keil do Amaral ou nos planos B e C, como lhe chamou o Vereador Ângelo Pereira ou no Parque Eduardo VII ou no Vale do silêncio, porque para cada local, a área ocupada de espaços verdes é diferente. O impacto na cidade é diferente. A perturbação que o ruído trará é diferente, tanto para pessoas como para animais, em Monsanto, no Vale do Silêncio ou no Parque Eduardo VII e, por isso, como é que o valor é igual para todas. -----

----- Ainda por cima, o valor da isenção das taxas é um valor alto e a Câmara abdica desse valor num festival de valores de bilheteira que são também eles demasiado altos. -----

----- E depois, além disso, também nos preocupa o número de dias, quase um mês inteiro em que o anfiteatro Keil do Amaral, se se mantiver o plano A, estará condicionado e com acesso vedado ao usufruto das pessoas. Esta área de Monsanto é

muito usada para lazer por pessoas, por famílias e agora até por muitas crianças que começam as atividades de férias que vão agora começar com final do ano letivo. -----

----- Apesar destas dúvidas, e por ser a segunda edição do festival no pós pandemia deste festival que acaba por ser mais pequeno quando comparado com outros grandes festivais, nós vamos abster nesta votação, mas para o próximo ano será essencial conhecermos com tempo e não em cima do festival a avaliação desta edição do festival que vai acontecer este ano dos seus impactos, das suas mais-valias para discutir qualquer isenção das taxas em 2024.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Passo a palavra, o Deputado José Inácio Faria e prepara o Deputado Gonçalo da Câmara Pereira.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente Exercício, Mesa, Senhores Vereadores, Caros Colegas público presente. -----

----- O MPT irá abster-se na votação do ponto n.º 2 da parte deliberativa da Proposta 335/CM/2023, relativa à “Isenção das taxas devidas à CML pela realização do “LisbON” em 2023 e para as edições de 2024 e 2025”, porque, em primeiro lugar entende o MPT não ser seguro autorizar a realização de eventos desta natureza no parque florestal de Monsanto numa altura do ano em que há um maior risco de incêndios, recorde-se que este evento musical terá lugar durante os dias 30 de Junho, 1 e 2 de Julho de 2023.-----

----- Depois, porque considera o MPT que, apesar da importância destas iniciativas para a cidade, as contrapartidas para o município, seja em bens no valor de 7.500 euros anuais ou de 1% da bilheteira quando os bilhetes variam de preço entre os 50 e 60 euros para os bilhetes diários, ou 130 euros para os passes de 3 dias, são contrapartidas irrisórias quando comparadas com o valor das taxas e licenças a isentar, ou seja para 2023 o montante de taxas e licenças a isentar ascende ao montante de 563.250,00 €, para 2024 ascenderá ao montante de 619.575,00 € e para 2025 o valor da isenção será de uns módicos 675.900,00, o que perfaz, exatamente, a astronómica quantia de 1,858,725 euros, aliás como foi aqui bem referido pelo meu colega que me antecedeu daquele lado!-----

----- Como sempre o dissemos, seja ao longo deste mandato como de mandatos anteriores, o Partido da Terra não vê, como nunca viu, com bons olhos estas isenções de taxas ou de licenças uma vez que consideramos que serão receitas do Município que deixarão de ser recebidas em prejuízo dos lisboetas. -----

----- Antes de terminar, cumpre agradecer ao Senhor Deputado Francisco Camacho a excelência do parecer que produziu em relação a esta proposta. -----

----- Por último, entende o MPT que é impreterível que seja assegurada a transparência nestes procedimentos de isenção de taxas e apoio logístico por parte do Município e que seja devidamente fiscalizado o cumprimento das contrapartidas da responsabilidade dos promotores, fazendo notar que em relação a anteriores edições deste tipo de eventos ainda não foram apresentados os relatórios de monitorização ou concretização das contrapartidas devidas ao Município pelos respetivos promotores. ---

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Chamo o Deputado Gonçalo da Câmara Pereira prepara o Deputado Vasco Morgado. “-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo da Câmara Pereira (PPM)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Realmente hoje devo ter acordado muito mal disposto, porque vou novamente dizer que vou votar contra esta proposta da Câmara, porque realmente eu para ir trabalhar, pago o meu carro para ir trabalhar, pago taxas, eu para beber um copo de água porque tenho sede pago taxa da água, pago a taxa da luz, e depois os meninos vêm se divertir, outros vêm ganhar dinheiro e não querem pagar taxas, portanto, peço imensa desculpa, mas quem quiser baile e festa não é a minha custa. -----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Chamo o Deputado Vasco Morgado.”-----

----- **O Senhor Deputada Municipal Vasco Morgado (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente na sua pessoa, cumprimento toda a sala, Senhores e Senhoras do público. -----

----- Eu já aqui estou há anos suficientes para perceber que há sempre alguns temas que causam alguma celeuma mais no lado do que noutros e este ano parece que são as taxas. As isenções das taxas, porque parece que nunca houve isenção de taxas na Câmara Municipal de Lisboa, festivais! Há festivais privados, porque aumentam de preço, porque parece que nunca houve! Mas houve, houve e com valores bem mais altos do que estes que estamos aqui a falar.-----

----- Falou aqui o Senhor Deputado que há um aumento do preço do ano passado para este, mas, por exemplo, em outros festivais, não só em Lisboa como a Festa do Avante era vinte e três, passou a vinte e nove também aumentou. Também houve isenções para os *Coldplay* em Coimbra, no *Sumol Summer Fest*, mas isso como são outras gestões se calhar, não interessa tanto. -----

----- Bem Meus Senhores, em relação aos ganhos e proveitos da Câmara Municipal de Lisboa, este festival não é propriamente um *Rock in Rio* é um festival que traz cerca

de 8.000 participantes ao Vale do Silêncio ou Parque Eduardo VII, onde tiver que ser, porque ele também já teve aqui uma isenção, aliás, de anos anteriores, ninguém pagou nada, mas pronto, vocês agora estão assim, não há nada a fazer. -----

----- As contrapartidas são, ó, meus senhores, possam posso acabar?! -----

----- Eu estive calado ali sentado, muito obrigada.-----

----- Eu sei que chateia quando a gente toca na ferida, mas, pronto, acontece. -----

----- As taxas, eu percebo também para mim também me chateia a mim as taxas, porque elas não são dinâmicas, são estáticas é o Regulamento Municipal de Taxas que assim o diz, não se consegue fazer taxas dinâmicas, portanto, a isenção de taxas é o valor da taxa contas para o que é, e pela primeira vez, não há um regulamento dinâmico, é um regulamento fixo.-----

----- Agora vamos só aqui pela primeira vez, vamos ter a isenção de taxas do ano que vem se este aqui passar, agora, não é, com a aprovação de um relatório anterior, portanto, há uma diferença entre estas isenções e outras, vamos ter que esperar pelo relatório deste ano para aprovar a próxima.-----

----- Meus Senhores, eu sei que todos nós queríamos mais para Lisboa e esta Lisboa que eu amo, merece mais e melhor, mas também merece ajuda de todos, parece que não acontece, parece que nós, quando ganham uns somos contra tudo, quando ganham outros somos a favor e eu não vos vi ter estas posições nos outros anos anteriores, do outro executivo nas isenções todas foram para aqui dadas, portanto, meus senhores, haja coerência, e pronto, vamos à votação.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Chamo o Deputado António Morgado Valente prepara o Deputado Hugo Gaspar.” -----

----- **O Senhor Deputada Municipal António Valente (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde a todos. -----

----- Só para falar de um dos locais escolhidos, que é Monsanto, que é uma área protegida sensível e, portanto, este tipo de eventos, como milhares de pessoas deverá ser evitado. E é por esse motivo que o PAN votará contra esta proposta, até porque há pouco estavam a falar da questão da alteração de local, onde tempo muitas vezes, o que acontece quando se pretende atrair um evento para Lisboa. Pode haver muito numa fase inicial, essa isenção, atualmente não se justifica esta isenção, até porque o impacto é grande, tanto na biodiversidade dos locais. O que temos assistido e que a recuperação dos locais não é efetuada devidamente e, portanto, estas taxas servem exatamente para suprir essa necessidade. -----

----- Por outro lado também os residentes ficam privados do acesso estas zonas durante bastante tempo, portanto, não concordamos com isenção de taxas para festivais desta envergadura e, portanto, votaremos contra. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Passo a palavra então ao Deputado Hugo Gaspar e fechamos as inscrições para este ponto.” -----

----- **O Senhor Deputada Municipal Hugo Gaspar (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, Senhor Presidente Exercício e restante Mesa, Caros Vereadores, Caros Colegas Deputados Municipais. -----

----- O Partido Socialista decidiu intervir neste ponto para apresentar aqui alguns esclarecimentos em relação aqui o Festival “LisbON” entre e aquilo que são as contrapartidas atuais e aquilo que eram as contrapartidas, quando este festival foi organizado pela primeira vez. -----

----- Dizer-lhes que o Festival “LisbON” tinha como causa social da Casa dos Animais de Lisboa. -----

----- Nas primeiras edições e uma das contrapartidas foi o pagamento de uma campanha de adoção, recorrendo a figuras públicas que teve um especial impacto, toda a alimentação e medicação da Casa dos Animais de Lisboa pelo Festival LisbON, o que do nosso ponto de vista, era bastante meritório. -----

----- Não existia pagamentos em dinheiro neste festival, portanto os festivaleiros tinham que fazer o pagamento através do carregamento de pulseiras e assim usufruíam de bebidas e de comida e o remanescente dessas pulseiras, que não era solicitado era também entregue a Casa dos Animais de Lisboa e ainda uma percentagem do valor da bilheteira era entregue à Casa dos Animais de Lisboa, portanto, havia do nosso ponto de vista e uma relação equilibrada entre aquilo que era as isenções e as contrapartidas que os organizadores do festival davam. -----

----- Ora, convinha saber e nós defendemos isto, convinha saber quais são as contrapartidas atuais, porque a redação do protocolo está e desculpem, a franqueza, está um conceito muito redondo em relação a estas contrapartidas. -----

----- Mais nós, apesar de não ter sido votado, porque a Câmara Municipal retirou essa proposta quando foi o debate que foi feito e sede da 6ª Comissão, relação ao Festival Kalorama houve obviamente posições antagónicas em relação aos partidos políticos, mas a nós Partido Socialista, uma das propostas da Vereadora Joana Almeida pareceu-nos muito correta, quer a apresentação do manual de procedimentos que serviria para fazer a avaliação do cumprimento ou não das contrapartidas de todos os eventos. -----

----- Ora, a Senhora Vereadora disse isto e na 6ª Comissão, no dia 22 de outubro de 2022 e a nós parecia-nos lógico que hoje, quando fosse votada a segunda edição do Festival “LisbON” já realizada em parceria com este executivo que fosse apresentado esta avaliação, de acordo com este manual de procedimentos, portanto, causa-nos alguma estranheza não ter sido, certamente terá sido por lapso, não ter sido anexa essa

avaliação, porque acho todos os deputados aqui e todos os partidos ficam na sua posse com mais elementos para tomar uma decisão mais consubstanciada em dados de cumprimento ou não dessas contrapartidas.-----

----- Por fim, dizer-lhes que eu tive presente em todas as edições do “LisbON” no Parque Eduardo VII e no Keil do Amaral. O Keil do Amaral é da responsabilidade deste executivo, pareceu-me efetivamente um festival muito bem organizado, obviamente, que faço a mesma salvaguarda que o deputado municipal do PAN, eu não tenho conhecimentos técnicos para avaliar os impactos existentes ou não que a fauna de no Monsanto, sofre. Parece-me é que três dias de música eletrónica, não será muito condizente com o interesse de fauna local.-----

----- Por fim, termino com isto é referido aqui o Vale do Silêncio como hipotético local para realizar o Festival “LisbON”, eu não sei se a Junta de Freguesia dos Olivais foi escutada nisto, mas colocar um festival de música de dança num parque está rodeado de prédios, não parece que seja o mesmo colocar um festival de música de dança no sítio antigo do Parque Eduardo VII ou no anfiteatro Keil do Amaral. ----- Disse.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Creio que a Câmara terá alguma coisa a dizer, Senhor Vereador Diogo Moura.”---

----- **O Senhor Vereador Diogo Moura**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, em Exercício.-----

----- Na ausência do Senhor Vereador Ângelo Pereira tentar dar aqui alguns esclarecimentos sobre as intervenções dos senhores deputados.-----

----- Sobre a questão das incidências ambientais já desde o ano passado que foi motorizada, aquilo que foi um impacto do evento e, portanto, foi motorizado e foram criadas algumas regras, regras que tem vindo a ser mais intensivas ou menos intensivas consoante essa análise, é isso que se está a fazer também na monitorização na edição deste ano. Mas devo-lhe também dizer que, de acordo com a alínea c) da cláusula quinta do protocolo estabelecido com a entidade, que está previsto na base dos anexos, como falou e muito bem, estão definidos 5 anexos que esta entidade tem de corresponder naquilo que são as exigências também a nível ambiental deste espaço em particular no Keil Amaral, que é o da edição deste ano. -----

----- No final, haverá também em conjunto com a entidade, uma avaliação exatamente daquilo que correu bem daquilo que correu menos bem, para depois poder acertar. -----

----- Relativamente ao relatório anterior ele está praticamente finalizado e será distribuído aos senhores vereadores e aos senhores deputados municipais.-----

----- Depois sobre a discriminação do valor da isenção. Ele está até previsto no quadro que foi incluído no Parecer da Comissão, ou seja, está aqui descrito por áreas, aquilo que foram os valores, isso são os valores que foram tabelados na tabela de taxas no que diz respeito a estes serviços que estão aqui adstritos, este estão adstritos àquilo que é o Keil do Amaral, que é a hipótese “A” dos três locais, temos aqui três

hipóteses. Para os anos seguintes também está estimado o valor também para a hipótese “A”, portanto, a Alameda Keil do Amaral, mas com uma incidência de um aumento de um acréscimo de 10 a 20%.-----

----- Depois relativamente à questão da preocupação com a estrutura verde, como lhe disse, todas as regras para a realização de eventos e intervenção nesta zona, estão todos definidos nos anexos desta proposta, são regras do da própria Direção Municipal de Ambiente de Espaços Verdes e Estrutura Verde da Câmara Municipal de Lisboa e que estão a ser cumpridos pela entidade e que há uma monitorização diária por parte dos serviços da Câmara Municipal.-----

----- Depois dizer em relação à questão de o apoio do ano passado ter sido menor.-----

----- No ano passado o evento realizava-se num espaço com menor dimensão. Este ano ocupa mais espaço e, portanto, com aumentos dos metros quadrados, aumentam também as taxas e, por isso é que há aqui um aumento das taxas a isentar que são basicamente as mesmas do ano passado e apenas divergem naquilo que são os metros quadrados. Para além disso, há mais dias de montagem, houve aqui mais dias de montagem, isso também acresce aos dias de ocupação e, portanto, diretamente com as taxas.-----

----- Depois dizer a nível de medidas de mitigação, elas estão a ser implementadas, como disse vão ser acompanhadas DMAEV, indica medidas específicas, tem que ser realizadas durante a montagem, durante o a realização do evento e na desmontagem e que são monitorizadas pelos serviços e este é um trabalho contínuo.-----

----- Se durante estes três processos, houver alguém que os serviços entendem que deve ser intensificada uma medida ela intensificada, é isso que acontece com trabalho contínuo entre a organização e entre a Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Depois estamos aqui a falar sobre o promotor e trazer grandes eventos internacionais e grandes grupos internacionais, vamos lá ver este grupo em particular, não sei se deram ao trabalho de ir ver, mas é uma empresa portuguesa, de Lisboa que tem negócios em Lisboa, é pequena, estamos a falar de ter por dia três mil pessoas e, portanto, não estamos a falar de um grande grupo internacional que faz circuitos internacionais de eventos, estamos a falar de uma entidade de uma empresa portuguesa que faz este evento, aliás, já há sete edições na cidade de Lisboa, se bem com outro nome, mas que já faz este trabalho.-----

----- Depois falava também o Senhor Deputado Hugo Gaspar daquilo que eram as contrapartidas e as medidas que eram tomadas também noutras edições.-----

----- No ano passado, dizer que do valor que estava estipulado recolheu-se para a Casa dos Animais de Lisboa, o valor de cerca de 11.700 euros, o que está definido neste ano, para além do valor, isto era o correspondente a 1% da receita de bilheteira este ano, para além do 1% da receita de bilheteira já está definido que a Casa dos Animais vai receber diretamente logo 7.500 euros já garantidos.-----

----- Para além disso, houve campanhas também para pagamento à alimentação dos animais que estão na Casa dos Animais de Lisboa. A questão das pulseiras e aquilo que é o valor remanescente que fica nas pulseiras após o evento também continua a reverter para a Casa dos Animais e, portanto, a nível de contrapartidas, dizer também

que este valor não vai ser só afeto à Casa dos Animais e ao bem-estar animal a medidas de promoção do bem-estar animal, mas também ao reforço da estrutura verde e de serviços ambientais que estão associados à estrutura verde.-----

----- Relativamente à questão de a transparência dizer que, do ponto de vista interno foram clarificados àquilo que são os procedimentos e nomeadamente hoje, quando vem um pedido de apoio por parte de uma unidade orgânica, ele vem detalhado, especificado, qual é o tipo de apoio, quais são as contrapartidas e análise é feita com base já nesses dados. -----

----- Antigamente dependia muito da unidade orgânica, não é, portanto, neste momento, está definido um documento, um formulário e todas as unidades orgânicas que querem propor têm que o propor, o vereador dar e concorda ou não concorda e depois é enviado a mim enquanto vereador de espaço público para ver da disponibilidade do espaço e depois aferir se efetivamente estão cumpridos todos aqueles requisitos para se propor ou não a isenção ou a mera realização do evento em determinado espaço da cidade e espero ter respondido a todas as questões. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador. -----

----- Temos dois pedidos de esclarecimento. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Gaspar (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Presidente, não é um pedido de esclarecimento é uma intervenção. -----

----- Senhor Vereador Diogo Moura, agradeço todos os esclarecimentos que deu as contrapartidas, como eu disse, podiam estar efetivamente discriminadas, que me tinha de poupado algum latim e toda a assembleia ficava a ganhar, ora há aqui uma questão, agora permita-me Senhor Vereador, eu se calhar não lhe fiz a pergunta de uma forma tão direta, faço agora. -----

----- No dia 22 de outubro, falou do manual de procedimentos que este executivo iria apresentar para a realização destes eventos, não obstante, essa recomendação não tem sido votada, porque o executivo da Câmara retirou a proposta do Kalorama, a verdade é que em sede de Comissão a Senhora Vereadora, afirmou que iria apresentar este manual de procedimentos, aquilo que o Partido Socialista, neste momento, gostaria de saber é quando é que está apresentado e quando é que podemos dar contributos para o mesmo. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Deputado Bruno Mascarenhas pretende utilizar o tempo que lhe sobra, certo? É isso?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Mascarenhas (CHEGA)**, no uso da palavra fez o seguinte pedido de esclarecimento: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----
----- Nem é por isso, realmente é um esclarecimento, porque eu tenho aqui, sim é um pedido de esclarecimento, relativamente aqui ao Senhor Vereador, remeteu a sua resposta para o relatório da Comissão e o relatório da Comissão reflete precisamente a proposta e o que é certo, e é isso é que nós levantámos a questão, é que a ocupação do espaço verde aparece aqui numa rubrica 560.000 mil euros só! E nós gostávamos exatamente, era que houvesse a discriminação para como é que se chegou a este valor e é isso é que não aparece, e era exatamente isso que eu queria, se tem possibilidade de esclarecer ou não ou se tem esse mapa que nós não temos.-----
----- Muito obrigado.”-----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Senhor Vereador Diogo Moura, quer responder às questões que foram colocadas?”-----
----- **O Senhor Vereador Diogo Moura**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----
----- “Sim, em primeiro tem a ver com os metros quadrados, mas se houver necessidade eu acho que numa próxima proposta com tempo na Comissão, pode-se fazer essa clarificação sobre uma proposta específica que vá à Comissão e pode fazer esse esse trabalho, mas também a tabela de taxas é pública, mas nós podemos fazer esse trabalho, sei que depois é também mais difícil para Senhores Deputados.-----
----- Relativamente à questão do manual de procedimentos, na prática, não é o manual, mas era clarificar aquilo que são procedimentos internos, isso já está feito, mas podemos aqui também trazer e apresentar na Comissão, onde a Senhora Vereadora na área da transparência falou sobre essa matéria, mas na prática chama-se manual, mas não é um manual que nós já temos um Regulamento, que está previsto aquilo que são as intervenções em espaço público, aquilo que a ocupação de espaço público e de forma é que ele é calculado, o que acho que era preciso aclarar, digamos assim, eram os procedimentos internos isso já foi feito não terei qualquer problema ir à Comissão também poder apresenta-lo.-----
----- Só dizer-lhe que eu acho que não ficou claro, eu quando falei das projeções para os próximos anos, dizer que esta proposta foi alterada em reunião de Câmara, nós só vamos isentar para 2023 e o que ficou definido é que há um compromisso de haver um apoio para 2024 e 2025, mas vai depender muito daquilo que é o relatório de 2023 e da análise da realização do evento deste ano e, portanto, haverá uma proposta de 2024 uma proposta para 2025, passará pelos órgãos competentes, neste caso, a Câmara e a Assembleia Municipal.-----
----- Muito obrigado.”-----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Muito obrigado, Senhor Vereador, creio que estamos em condições de passar à votação.-----

----- Portanto, vamos votar o ponto 2, sim, sim, eu ia referir a escusa do Senhor Deputado Nuno Pardal não vota neste ponto. Votação do ponto 2 da parte deliberativa da Proposta 335/CM/2023. -----

----- A **Proposta 335/CM/2023** foi **aprovada por maioria** com a seguinte votação: Favor: PSD, CDS-PP, ALIANÇA, contra: PCP, BE, IL, CHEGA, PEV, PAN, PPM, abstenção: PS, MPT, LIVRE, Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça. -----

----- **7. APRECIACÃO CONJUNTA DAS SEGUINTE PROPOSTAS DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS; GRELHA A – 60 MINUTOS:**-----

----- **7.1. PROPOSTA 316/CM/2023 - AUTORIZAÇÃO PARA A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2023, 2024 E 2025, NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO DE AQUISIÇÃO DE UMA PLATAFORMA DE GESTÃO MUNICIPAL DE REFEIÇÕES ESCOLARES (SIGA) E IMPLEMENTAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE LISBOA, E AUTORIZAÇÃO PARA QUE, SEM ULTRAPASSAR O MONTANTE GLOBAL INDICADO, NEM O ANO DO TERMO DO CONTRATO, SE POSSAM FAZER AJUSTAMENTOS AOS VALORES ANUAIS PREVISTOS EM FUNÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 24.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NOS N.ºS 1 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, NA ALÍNEA B) DO ARTIGO 3.º E ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º, DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDAÇÃO ATUAL; VOTAÇÃO;**-----

----- (A Proposta nº 316/CM/2023, fica anexada à presente Ata, como Anexo IX e dela faz parte integrante)-----

----- **7.2. PROPOSTA 340/CM/2023 - ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL PARA OS ANOS DE 2023 A 2025, NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO PARA A “AQUISIÇÃO DE CONSUMÍVEIS DE HIGIENE E DISPENSADORES EM REGIME DE COMODATO, PARA OS SERVIÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA” - PROCESSO N.º 56/CPI/DA/DCP/2023, E AUTORIZAÇÃO PARA QUE, SEM ULTRAPASSAR O MONTANTE GLOBAL INDICADO, SE POSSAM FAZER AJUSTAMENTOS AOS VALORES ANUAIS PREVISTOS EM FUNÇÃO DOS CONSUMOS QUE EFETIVAMENTE OCORRAM, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, E NO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 JUNHO, NA REDAÇÃO ATUAL; SOB CONDIÇÃO DE PRÉVIA APROVAÇÃO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA; VOTAÇÃO;**-----

----- (A Proposta nº 340/CM/2023, fica anexada à presente Ata, como Anexo X e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Passamos ao ponto 7, “Apreciação conjunta das seguintes propostas de assunção de compromissos plurianuais”, a Proposta 316/CM/2023, “Autorização para a repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais para aquisição de uma plataforma para gestão municipal de refeições escolares e implementação nas escolas públicas no município de Lisboa.”-----

----- E a Proposta 340/CM/2023, Assunção de compromisso plurianual para aquisição de consumíveis de higiene e dispensadores em regime de comodato para os serviços da Câmara Municipal de Lisboa.”-----

----- Não sei se a Câmara quer apresentar as propostas? Não.-----

----- Não há inscrições, assim sendo, passamos à votação das propostas.-----

----- Vamos votar em primeiro lugar a Proposta 316/CM/ 2023.-----

----- A **Proposta 316/CM/2023** foi **aprovada por maioria** com a seguinte votação: favor: PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, CHEGA, PEV, PAN, MPT, PPM, ALIANÇA Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça, abstenção: IL, LIVRE.-----

----- **O Grupo Municipal do Iniciativa Liberal**, apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “*Proposta 316/23 – Autorização para a repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais para os anos económicos de 2023, 2024 e 2025, no âmbito do procedimento de Aquisição de uma plataforma de gestão Municipal de Refeições Escolares (SIGA) e implementação nas escolas públicas do Município de Lisboa, e autorização para que, sem ultrapassar o montante global indicado, nem o ano do termo do contrato, se possam fazer ajustamentos aos valores anuais previstos em função dos serviços prestados.*-----

----- *A Proposta 316/CM/2023, apreciada e deliberada na 76ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa, propôs a autorização da repartição de encargos nos anos 2023, 2024 2025, para a aquisição e implementação de uma plataforma de gestão Municipal de refeições escolares nas escolas públicas do Município.*-----

----- *O Grupo Municipal da Iniciativa Liberal não se opõe à autorização da repartição de encargos na aquisição e implementação desta plataforma de gestão.*-----

----- *Contudo, e cientes de que a proposta dirigida à Assembleia Municipal diz unicamente respeito à repartição de encargos - não incluindo o procedimento administrativo - o Grupo Municipal da Iniciativa Liberal decidiu abster-se nesta deliberação por ter reservas quanto à justificação apresentada pelo Executivo Municipal para optar pela adjudicação direta em detrimento de outro tipo de procedimento, uma vez que duvida da inexistência de outras empresas capazes de corresponder à mesma solicitação.”-----*

----- A **Proposta 340/CM/2023** foi aprovada por **unanimidade**.-----

----- **8. APRECIACÃO DA PETIÇÃO 4/2022 – CONTRA ATRIBUIÇÃO DE FUNDO PÚBLICO DE 320 MIL EUROS SEM CONSULTA OU HASTA PÚBLICA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 85º DO REGIMENTO;**

GRELHA A - 60 MINUTOS, A QUE ACRESCEM 10 MINUTOS PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES OU QUEM ESTES VENHAM A DESIGNAR DE ENTRE OS PETICIONÁRIOS;-----

----- (A **Petição 4/2022**, fica anexada à presente Ata, como **Anexo XI** e dela faz parte integrante)-----

RELATÓRIO DA 6ª COMISSÃO PERMANENTE;-----

----- (O **Relatório 6ª CP**, fica anexada à presente Ata, como **Anexo XII** e dela faz parte integrante)-----

RECOMENDAÇÃO 076/03 (6ª CP); VOTACÃO;-----

----- (O **Recomendação 076/03 (6ªCP)**, fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Passamos ao ponto 8 apreciação da Petição 4/2022 – “Contra a atribuição de fundo público de 320 mil euros sem consulta ou hasta pública.”-----

----- Há uma Recomendação da 6ª Comissão a Recomendação n.º 076/03.-----

----- Não sei se a Senhora Deputada Sofia Escária quer apresentar a recomendação, faça favor, desculpe primeiro, eu vou chamar os Senhores Peticionários, eu peço desculpa.-----

----- Senhores Peticionários, tem aqui o Senhor Ângelo Neto da Associação Ukrainian Refugees faça favor pode fazer apresentação, como já deve saber tem um período de intervenção de dez minutos.”-----

----- **O Peticionário, Senhor Ângelo Neto em nome da Associação Ukrainian Refugees**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todos, aos Senhores Deputados, Vereadores, à Presidência em Exercício e todos que estão presentes.-----

----- Eu vou tentar ser rápido.-----

----- Os pontos que nós gostaríamos de ter maiores esclarecimentos em questão do relatório feito pela 6ª Comissão, ao qual eu felicito e agradeço de terem dado continuidade à investigação, se assim podemos chamar da Petição que fizemos. São muito importantes os apoios financeiros e sociais para vulneráveis, mas é tão importante quanto zelar pelo bom uso do dinheiro público e que seja cumprido os requisitos destes apoios públicos, direcionados aos refugiados que tanto vem sofrendo com esta guerra na Ucrânia.-----

----- Um dos pontos do relatório, cita, que nós tivemos duas reuniões com a Vereadora na altura, Laurinda Alves uma em abril e outra em julho.-----

----- Em abril, realmente nós tivemos. A vereadora e a equipa visitaram a nossa sede nas Olaias, para conhecer todo o trabalho que a associação realiza e realizava na altura, nós estamos a falar da nossa associação, já é uma IPSS de utilidade pública, foi dado prontamente para vereadora todo o trabalho e, como nós estruturamos uma associação que nasceu em menos de um mês quando a guerra iniciou e que em seis meses virou uma utilidade pública face ao trabalho demonstrado. E tivemos outra em julho, que a vereadora nos chamou para dizer que o apoio público do todos aqui seria

feito com uma associação já existente e que já tinha colaborado com a Câmara de Lisboa, que era a Associação dos Ucrrianos em Portugal. -----

----- Pois bem, nessa reunião foi-nos solicitado que se enviasse um projeto ou alguma necessidade que a associação teria, que possivelmente eles veriam como nos apoiar e nos ajudar, mas até então, nós já tínhamos enviado tudo o que era informação, para a Vereadora na reunião de abril. -----

----- Nós tivemos de seguida realmente mais uma reunião em janeiro com a nova Vereadora da pasta, que é a Vereadora Sofia, que nos queria conhecer, saber qual era o trabalho da associação e não passou disso. -----

----- Então, eu acho que nós temos de ter alguns pontos importantes sobre esse apoio sobre esse protocolo que foi firmado com a Associação dos Ucrrianos em Portugal. É uma associação que confirmado pelo Alto Comissariado das Migrações teve apoio, teve dinheiro público não executado, ou seja, não executou e não prestou contas, digamos, que tinha um apontamento sobre trabalhos realizados e não execução do previsto sobre apoios públicos. -----

----- Outra questão importante, é que ao consultar os estatutos da Associação, ela foi criada em 2003 e desde então, ela foi reconhecida pelo Alto Comissariado das Migrações, que é um processo muito simples, mais não existe uma fiscalização se a associação vem cumprindo os requisitos e as boas práticas ou não. Então o que assegurou a atribuição de um fundo de trezentos e vinte mil euros a uma associação, foi exatamente ela ter sido criada em 2003, e isso é do conhecimento da Câmara de Lisboa. -----

----- Inclusive atualmente com o corpo diretivo da associação, que assinou o devido protocolo com a Câmara de Lisboa não está registado em nenhum órgão público, não tem escritura feita sobre os membros da direção, não tem informação de quem tem os poderes legais para assinar pela associação, sendo que é pública da legislação portuguesa determina que toda associação ao proceder a alteração do corpo diretivo é obrigado a fazer uma escritura pública e o registo ou na REN dos atos das atas de alteração de morada ou de estatuto ou de direção. -----

----- Ou seja nós desconhecemos o poder legal da atual direção para assinar qualquer protocolo com a Câmara de Lisboa, inclusive a morada da associação, é uma morada que consta no *site* e oficialmente a morada desde a sua fundação, não teve a alteração da morada, então são coisas que é de se estranhar, que eram simples diligências. Como é que a Câmara não verificou esse ponto sobre a idoneidade de uma associação, sendo que existem inúmeras associações em Lisboa, que desempenham um excelente papel e precisaria muito desse apoio para conseguir atender os refugiados que estão em Portugal. -----

----- O próprio protocolo cita que a associação deveria receber 320.000 mil euros, sendo duzentos mil euros destinado a ajuda direta a refugiados com o apoio financeiro e 120.000 euros para a estrutura interna da associação, o que nos causa também alguma dúvida. Porque, dizem que foi transferido oitenta e sete mil euros só para a associação e esse valor que foi dado como apoio financeiro para os refugiados, e, de repente, no relatório aparece um documento que foi transferido 260.000 mil euros. ----

----- Nós gostaríamos que tivessem um relatório, porque depois de um ano de projeto de todos aqui, não tem um relatório de atividades oficial, não se sabe para quem foi destinado o dinheiro de apoio que seria aos refugiados, como foi destinado, enfim, há muitas coisas a que carecem de explicação. E nós estamos a falar no próprio relatório que todos aqui atendeu mil e seiscentos refugiados, em um ano e isso dá seis atendimentos por dia.-----

----- Só para deixar uma comparação, a nossa associação em 2022, sem qualquer apoio público, só com a iniciativa privada e se falou muito aqui da iniciativa privada, atendeu mais de 30.000 mil refugiados, mais de 50% do fluxo migratório de refugiados que veio para Portugal.-----

----- São pontos que nós gostaríamos de ver esclarecido e alguns outros pontos, de legislação e burocracia.-----

----- Agora eu passo a palavra ao Presidente da Associação Roman Kurtusc que vai pedir também alguns esclarecimentos e tecer algumas considerações sobre o caso.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Peticionário, Roman Kurtush, Presidente da Associação Ukrainian Refugees**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todos.-----

----- Obrigado pela possibilidade a vós dada para nós para defender a transparência, a democracia e liberdade de palavra.-----

----- Num dos pontos, que estão a falar sobre dois locais, que foram propostos para a nossa associação.-----

----- O primeiro espaço era um espaço, no centro de Lisboa, que era um espaço privado totalmente destruído, sem qualquer infraestrutura, que nos obrigavam a fazer uma obra com um investimento, pelo menos de oitenta mil euros e a obra demoraria dois meses pelo menos e depois com a obrigação de libertar espaço e entregar o espaço no final. Nós negamos esta proposta.-----

----- A proposta seguinte era um espaço de *coworking* que nós deveríamos, diríamos pagar a renda. Nós dissemos que não estávamos interessados e não o fomos ver, nem fomos ver aquele local e naquela altura, eu decidi de não vender o escritório que nós temos e manter o nosso escritório e manter a nossa operação.-----

----- Sobre a associação em questão.-----

----- Até o dia que eles receberam o apoio financeiro e espaço, um imóvel, eles rigorosamente não fizeram nada, zero! A única coisa que foi feito é o resgate de uma família responsável daquela associação. É isto para nós levantou também um protesto, que uma associação que foi criada há muito tempo não fez nada, até maio, e para eles foram entregues apoios e espaço.-----

----- Outro assunto que quero aqui tocar é no Boletim Municipal da Câmara Municipal que foi publicado no dia 12 de maio, não está publicado o contrato. Está publicada a minuta de contrato, sim, dados de responsável desta associação, sim, dados de representante desta associação, sem assinatura sem nada, ou seja, minuta de contrato.--

----- Após um ano não existe nenhum relatório...”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Peticionário, tenho que pedir que tente sintetizar o tempo já está a passar, agradeço que tente sintetizar ao máximo.”-----

----- **O Peticionário, Roman Kurtush, Presidente da Associação Ukrainian Refugees**, no uso da palavra continuou a sua intervenção: -----

----- “E só por último, chegou a nova embaixada, eu conheço muito bem, porque nós vamos a arrumar a nossa casa e vamos defender a liberdade, democracia, transparência, estes valores europeus que a Ucrânia agora luta. -----

----- Obrigado pela atenção.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhores Peticionários, chamava agora para apresentar o relatório da 6ª Comissão, a Senhora Deputada Relatora Sónia Escária.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Escária (PS)**, no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhor Presidente, -----

----- Senhores Vereadores, -----

----- Senhores Deputados, -----

----- Caros Municípios, -----

----- Senhores Peticionários, antes de mais queria-me dirigir, neste caso às vossas pessoas, enquanto representantes dos vários signatários desta Petição e pedir desculpa a título pessoal, mas também representação de toda a Comissão, como dizemos no próprio relatório, porque passado um ano, só um ano, estarmos aqui a dar resposta e, neste caso, por escrito e também através do debate, de seguida, certamente surgirá relativamente à vossa petição. -----

----- Certo se recordarão que tivemos a nossa audição e podemos conhecer-vos, em 20 de junho de 2022 e debruçámos sobre as várias questões que nos colocaram à data e, portanto, por vários motivos, também foram pouco alheias à Comissão, nomeadamente há alterações também da estrutura e da vereação e dos vossos representantes que nela estavam presentes, infelizmente, vimos protelar e demorar mesmo muito tempo ter algum tipo de resposta e lamentamos mesmo por isso, neste caso, eu lamento a título pessoal, pela demora e, neste caso, na resposta às questões que nos colocaram e que tomámos boa nota. -----

----- Consideramos mesmo muito pertinentes e, naturalmente, também gostaríamos de vos a resposta mais adequada possível. -----

----- Portanto, no relatório, nós começamos precisamente por fazer uma nota introdutória à Petição. Apresentamos alguns considerandos relativamente ao texto e às várias questões que foram colocadas, mencionamos as diligências efetuadas neste a audição realizada com os Senhores Peticionários, com a Senhora Vereadora Sofia Athayde. -----

----- Portanto, esta audição, infelizmente, só se realizou em janeiro deste ano, fruto lá está destas alterações em termos de orgânica, que fizeram com que se atrasasse bastante e depois desta audição surgiam algumas questões, precisamente nós verificámos que isto tinha alguma contradição entre aquilo que nos contavam os Senhores Peticionários e aquela que era a informação de que a Senhora Vereadora dispunha, sabendo que não era ela a responsável pelo pelouro à data do sucedido a quando nos apresentaram a Petição. -----

----- Portanto, estando sensíveis a essas questões colocámos várias algumas das lacunas apresentámo-las por escrito e solicitámos informação para complementar essa informação demorou bastante tempo a chegar. No início, foram enviados outros dados que não aqueles que nós queríamos, como podem perceber pela análise de todo o documento não foram enviadas em concreto todas em pleno, portanto, nós continuamos a ter lacunas e não vos conseguimos, infelizmente, dar respostas a tudo, nem nós possuímos essas respostas, portanto, a informação que nos ultrapassa, que nós não conhecemos, mas, de qualquer forma, gostaríamos neste caso proceder a algum tipo de conclusões no próprio relatório. -----

----- Antes das conclusões, nós procedemos a análise do protocolo que foi estabelecido com a Associação dos Ucrrianos em Portugal, portanto, que neste caso é a questão não é, do cumprimento do protocolo e da verba que foi transferida no âmbito do mesmo e, portanto, procedemos a uma breve análise e colocámos algumas questões relativamente a isso mesmo. -----

----- Portanto, há os dados legais que nos tinham solicitado relativamente à outra entidade outorgante, dados também relativamente à concretização da Constituição da Comissão de acompanhamento e auditoria realizada pelo departamento que deveria, portanto, proceder senão questões passadas, pelo menos à fiscalização da concretização desta verba. Infelizmente, não nos foi a dada informação sobre essa matéria e questões também relativamente à confirmação da referenciação do Alto Comissariado das Migrações, como referiu e bem na sua intervenção e nós também temos em anexo ao relatório, foi efetivamente apresentado uma lista com muitas entidades diferentes, nas quais consta também a Associação de Ucrrianos em Portugal, mas, de facto, foi aquando da oficialização e, portanto, de facto, não houve depois, pelo menos não aparenta ter havido nenhuma, neste caso interação posterior ou confirmação posterior e, portanto, vamos também ao encontro daquilo que referem. -----

----- Relativamente à questão da verba transferida, portanto, não nos concretizaram, portanto, porque é que inicialmente tinham sido transferidos os oitenta e sete mil euros, apresentaram-nos só o tal documento com e, neste caso, o comprovativo da transferência dos 260.000 mil efetuados no verão passado e, portanto, também não temos muita informação. -----

----- Relativamente, em termos de conclusões propriamente ditas e como posso até a título pessoal, enquanto, Relatora, na opinião começo precisamente por lamentar esta demora existente e, de facto, alertar para o facto de estas lacunas e estas contradições. -

----- Portanto, continua a faltar informação. Alguma da informação que existe, não responde de todo, há claramente aqui uma divergência que importa sanar, que era importante clarificar e lamento que a Senhora Vereadora também não possa estar presente hoje, tendo em conta a relevância da questão e precisamente, que nós estamos necessariamente dependentes daquela que é a informação que ele nos transmite.-----

----- Em termos de conclusões, dizer apenas que, de facto, aquela que é a Recomendação da Comissão como um todo, é precisamente pedir, que atendendo ao documento contabilístico relativa ao pagamento efetuado em maio de 2022, basicamente, que a Câmara, pelo menos nos apresente anualmente o tal relatório que os Senhores também solicitam, tem de ser necessariamente apresentado relativamente à execução da verba e o relatório atividades da mesma.-----

----- Portanto, para que é que foi alocado e canalizado cada parte do montante e de facto, qual é que foi o efeito prático e o apoio que foi concedido.-----

----- A título de Comissão, é isto que poderemos transmitir-vos, lamentando novamente pela demora, infelizmente, a informação que dispomos é mesmo só esta e creio que tiveram acesso ao relatório, mas qualquer dúvida ou qualquer questão que surja estou inteiramente disponível para esclarecer.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito, obrigado, Senhora Deputada Relatora.-----

----- Dava a palavra, é o único inscrito até agora, o Senhor Deputado José Sobreda Antunes.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Ora muito boa tarde, de novo.-----

----- Em 18 de maio do ano passado deu entrada nesta Assembleia uma petição subscrita por 8 associações da comunidade ucraniana em Portugal colocando dúvidas sobre os critérios seguidos pela Câmara na atribuição de um fundo público, sem consulta ou hasta pública, a uma outra organização.-----

----- Nela estava em causa, para além da denúncia de várias outras irregularidades, um protocolo que a Câmara celebraria, com essa outra Associação, onde se previa a atribuição de 260 mil € até 2023, mas que afinal poderia ascender a 320 mil €.-----

----- Argumentavam que, apesar de a UAPT ser reconhecida pelo Alto Comissariado para as Migrações, nenhuma das restantes associações de apoio a imigrantes haviam tido conhecimento do projeto desenvolvido pela Câmara, nem haviam sido contactadas para também serem protocoladas com eventuais auxílios, facto para o qual requeriam a total transparência do processo.-----

----- Questionando qual havia sido o critério de elegibilidade para escolher uma associação sem experiência ou provas dadas no acolhimento e integração de refugiados, propunham, em contrapartida, que aquele apoio unilateral fosse anulado e,

em seu lugar, aberta uma consulta pública, requerendo ainda que essa organização tornasse públicos os seus financiamentos e a aplicação das verbas recebidas. -----

----- Para a então vereadora, tratava-se de um ‘não caso’, pois seria apenas uma mera ‘guerra fratricida’, estou a citar. Também quanto à cedência de espaços não terá havido consenso, devido à localização e condições do edificado a ceder que, para a UAPT, era propriedade privada que necessitaria de obras profundas de remodelação a seu cargo, que durariam pelo menos 90 dias, e cujo usufruto seria somente por seis meses, com posterior devolução ao proprietário, pelo que precisariam de um mecenas que lhes pagasse a renda. -----

----- Como o PEV já antes expôs em sede de audições, de acordo com o código de contratos públicos e informação do portal base, o tipo de verbas e valor máximo a ser atribuído, bem como os critérios para a adoção do ajuste direto impossibilitariam, inclusive, a sua aplicação neste caso. -----

----- Também de acordo com o Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa, a apresentação de pedidos deve ser feita até 31 de Julho do ano anterior ao da execução do plano ou atividade, devendo ser exibido o respetivo relatório, após a conclusão do projeto em causa. -----

----- Perante este contexto, os deputados da 6ª CP concluíram ser também óbvia a necessidade de a Câmara apresentar periodicamente um relatório de atividades dos programas de ajuda a refugiados, bem como um balanço de prestação de contas com a aplicação e execução das verbas concedidas. -----

----- Com efeito, enquanto o executivo não os exhibir, persistirá nesta Assembleia e para os Peticionários uma ruidosa opacidade sobre os critérios seguidos neste tipo de protocolos. -----

----- Obrigado, Senhor Presidente, em Exercício.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Não temos mais inscrições, não sei se a Câmara quer dizer alguma coisa mais sobre isto, Senhor Vereador Diogo Moura tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Vereador Diogo Moura**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente em Exercício. -----

----- Não estando presente, a Senhora Vereadora Sofia Ataíde, por um imprevisto dar nota da nota, passando a redundância que me fez chegar, dizendo que foram prestados os esclarecimentos solicitados em sede de audição na 6ª Comissão em janeiro, e posteriormente também reforçado através de um ofício, em maio passado. -----

----- Dizer ainda que, findo o período de vigência do protocolo e tendo sido entregue pela entidade o relatório de execução física e financeira que é necessário depois para avaliação do cumprimento do mesmo Departamento, para os Direitos Sociais está neste exato momento a analisar o mesmo, a que se seguirá audiência dos interessados, após o que a Câmara Municipal de Lisboa avaliará a execução deste protocolo, assim como a necessidade continuada da resposta que tem vindo a ser assegurada. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador, vamos passar à votação.”-----

----- A **Recomendação 076/03 (6ªCP)** foi **aprovada por maioria** com a seguinte votação: Favor: PS, CDS-PP, PCP, BE, IL, CHEGA, PEV, PAN, MPT, PPM, ALIANÇA, LIVRE, Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça, abstenção: PSD.-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Recomendação 76/03 da 6ª Comissão foi aprovada com declaração de voto escrita do Iniciativa Liberal, o PCP também fará uma declaração de voto escrita.”-----

----- **O Grupo Municipal da Iniciativa Liberal** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “A *Recomendação 076/03, aprovada por unanimidade em sede da 6ª Comissão Permanente e apresentada na 76ª Reunião da assembleia Municipal, recomenda à Câmara Municipal de Lisboa a apresentação anual do relatório de atividades e execução de verba transferida ao abrigo do Protocolo de Colaboração celebrado a 6 de maio de 2022 entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Associação de Ucrânios em Portugal.*-----

----- *A Iniciativa Liberal votou favoravelmente esta proposta de recomendação da 6ª Comissão por considerar da maior importância a demonstração de transparência por parte do Executivo Municipal no que respeita à apresentação do relatório de atividades e execução de verba, especialmente tendo em conta o processo de atribuição em causa.*-----

----- *O Grupo Municipal da Iniciativa Liberal salienta ainda o facto de a análise a quaisquer questões judiciais potencialmente decorrentes da matéria analisada não caberem a esta Assembleia Municipal, mas aos órgãos competentes.”*-----

----- **O Grupo Municipal do PCP** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “*O Grupo Municipal do PCP votou a favor da recomendação emanada do relatório da 6ª Comissão Permanente: “Face ao exposto, a 6ª Comissão Permanente considera fundamental, para a cidade e os seus munícipes, atendendo ao documento contabilístico nº 3022009826 relativo ao pagamento efetuado a 18 de maio de 2022, de 260 mil euros, a Câmara Municipal apresentar anualmente o relatório de atividades e execução de verba transferida”, na 76ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Lisboa realizada no dia 27 de Junho de 2023.*-----

----- *Atendendo à natureza e pertinência da petição, o PCP entendeu apresentar a seguinte Declaração de Voto.*-----

----- *O PCP empenha-se, desde a primeira hora, na elaboração de uma resposta por parte do Município de Lisboa às necessidades dos refugiados da guerra da Ucrânia que chegam ao nosso país e, mais concretamente, à cidade de Lisboa;*-----

----- Não ignorando o que de essencial cabe ao Governo no domínio da resposta às necessidades de acolhimento e integração de refugiados, defendemos a necessidade de uma articulação entre o Município e as medidas definidas ao nível do Estado Centra, de forma a complementá-las, onde e quando possível, e a aumentar a sua eficácia; -----

----- Consideramos que a Câmara Municipal deve assegurar esta resposta através de meios próprios, reforçados para o efeito e em articulação com entidades da Rede Social da cidade, tendo em conta a experiência de intervenção e a inserção no terreno já existentes, incomparavelmente superiores às de qualquer outra entidade em particular (que não tem, até à data, nem os meios, nem uma estrutura capaz de responder às exigências associadas ao tipo de resposta pretendida); -----

----- Considerando a natureza dos apoios a prestar, em grande medida similar aos previstos no âmbito do Fundo de Emergência Social – vertente de “Apoio às famílias”, que vem sendo desde há anos executados pelas Juntas de Freguesia; considerando a experiência até agora adquirida pelas Juntas de Freguesia da cidade no apoio aos refugiados da guerra da Ucrânia e a avaliação positiva dessa experiência; considerando ainda a maior proximidade e ligação ao território por parte das vinte e quatro Juntas de Freguesia da cidade, critério importante na promoção da integração, em alternativa à existência de um balcão de atendimento único, centralizado, para toda a cidade, é de nosso entendimento que a Câmara Municipal deveria atribuir esta resposta às Juntas de Freguesia ou, pelo menos, a envolvê-las; -----

----- Sendo entendimento da Câmara Municipal o de não assegurar diretamente esta resposta, nem que as Juntas de Freguesia devam ser envolvidas na solução, optando-se antes pela entrega desta responsabilidade a uma entidade externa, não se percebe a razão de não ser apresentada às entidades integrantes da Rede Social da cidade – como, de resto, sucedeu no caso do Protocolo estabelecido com a Associação “Caminhos de Infância”; -----

----- Importa sublinhar que entre os milhares de vítimas da guerra na Ucrânia que chegam a Lisboa estarão seguramente refugiados com origem, convicções, posicionamentos, raízes culturais e linguísticas diversas – diversidade que, aliás, espelha a própria diversidade existente no seu país de origem. A prestação de auxílio o Grupo Municipal do PCP a estes refugiados e a atribuição de apoios financeiros às respetivas famílias deve ser pautada por critérios, já mencionados, de equidade, imparcialidade, rigor e não discriminação; -----

----- Acresce mencionar que a Associação de Ucrânios em Portugal não é a única associação de imigrantes ucranianos com intervenção no concelho de Lisboa, existindo outras associações de imigrantes ucranianos com intervenção na cidade de Lisboa, além de associações de imigrantes de âmbito mais geral, com intervenção reconhecida junto dos imigrantes ucranianos, em ambos os casos reconhecidas pelo Alto Comissariado para as Migrações (ACM) e que o favorecimento a uma ou outra associação coloca situações como a que se verificou com a petição nº 04/2022.-----

----- Assembleia Municipal de Lisboa, 28 de Junho de 2023.” -----

----- **O Grupo Municipal do MPT** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “*Declaração de Voto à Recomendação 076/03 relativa à Petição 4/2022 (“Contra Atribuição de fundo público de 320 mil euros sem consulta ou hasta pública)*-----

----- (Ponto 8 OT)-----

----- *Na 76ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa de 27 de Junho de 2023 (48ª Sessão Extraordinária) votei favoravelmente a Recomendação 076/03 da 6ª Comissão Permanente relativa à Petição 4/2022 (“Contra Atribuição de fundo público de 320 mil euros sem consulta ou hasta pública”) porque considero que, independentemente da argumentação dos peticionários neste caso concreto, o respeito pelo princípio da transparência na gestão dos dinheiros públicos exige não só a apresentação anual de relatórios de actividade e de execução das verbas transferidas por parte dos respectivos beneficiários, como (e a priori) obriga a que os critérios de distribuição destas verbas sejam públicos e escrutináveis”* -----

----- (O Grupo Municipal do PSD não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto)-----

----- **9. APRECIACÃO DA RECOMENDAÇÃO 076/01 (2ª CP) - RESULTANTE DO RELATÓRIO DA 2ª COMISSÃO PERMANENTE SOBRE O HUB CRIATIVO DO BEATO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15º DO REGIMENTO; GRELHA A – 60 MINUTOS; VOTAÇÃO;** -----

----- (O **Recomendação 076/01 (2ªCP)**, fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar ao ponto seguinte o ponto 9, “Apreciação da Recomendação 076/01 da 2ª Comissão sobre HUB Criativo do Beato.” -----

----- Senhor Deputado Relator Pedro Roque Domingues apresenta o relatório. A Senhora Deputada Simonetta Luz Afonso, também, faça favor.-----

----- Foi comunicado à Mesa, a intenção e utilização de suporte audiovisual na apresentação da recomendação.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)**, no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente,-----

----- Excelentíssima Mesa,-----

----- Senhores Vereadores,-----

----- Senhores Deputados, público presente.-----

----- Quero em primeiro lugar agradecer a excelente colaboração do Senhor Vereador Diogo Moura e de todos os responsáveis pelo projeto do HUB Criativo do Beato, que nos proporcionaram uma visita muito elucidativa, bem como do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Beato, Doutor Silvino Correia e do Senhor Presidente da 2ª Comissão e dos colegas deputados e, principalmente do Deputado Pedro Roque Domingues que partilhou comigo este relatório de acompanhamento e a quem

passarei a palavra no fim da minha intervenção e que se debruçará mais detalhadamente na envolvente do HUB do Beato, que consideramos que não pode ser tratada independentemente do próprio HUB, mas antes em simultâneo, pois HUB trará consequências sobre esta zona e a não resolução de alguns problemas antigos poderá prejudicar o desenvolvimento do próprio HUB. -----

----- Será, pois, necessário elaborar um plano para a freguesia do Beato destinada a resolver problemas antigos, designadamente e problemas que nasceram depois de que o Beato deixou de ser aquela zona industrial da cidade que chegava a albergar três mil operários. -----

----- Portanto, os principais problemas são a falta de habitação e as más condições do edificado, a falta de transportes públicos, a falta de estacionamento, a falta de fluidez na circulação interna da própria freguesia, interrompida pela linha do comboio e pela ETAR, a má qualidade das infraestruturas fundamentais, como o quartel dos bombeiros ou a Junta de Freguesia e excetuando, agora a recém-criada ao abrigo da “Praça em cada Bairro”, falta de infraestruturas sociais para os residentes e impossibilidade de acesso ao rio. -----

----- O conceito do HUB, assenta na ideia de, e cito, “criar um ecossistema de empreendedorismo na cidade e começa a ser pensado em 2012, mas só em 2016 foi encontrada a localização da antiga Manutenção Militar, conjunto industrial e de arqueologia industrial de dezoito edifícios, inicialmente destinados ao fabrico dos mantimentos para as Forças Armadas.” -----

----- O modelo de desenvolvimento, na lógica da antecipação de renda entre a Câmara HUB e as Forças Armadas, permitirá um desenvolvimento sustentado, tendo já a Câmara Municipal de Lisboa investido 26,2 milhões de euros. -----

----- O espaço agora em utilização, tem trinta e cinco mil metros quadrados, podendo expandir-se até aos sessenta mil e albergar três mil trabalhadores digitais. -----

----- Na visita realizada, percebemos que existe respeito pela história do local, interesse em promovê-lo, bem como o projeto de reabilitar o complexo, não desvirtuando o seu caráter de arqueologia industrial, rara, neste momento, em Portugal. -----

----- Á data da visita estavam já em funcionamento os seguintes projetos: o “*Interactive Technologies Institute*”, o “*Bauhaus do Mar*”, o “*DCitizens*” e o “*Egames Lab*”. A fábrica de unicórnios a instalação e em pleno funcionamento está já a *Factory Lisboa* com doze mil metros quadrados e na antiga central elétrica vai ser implantada pela *Super Bock*, uma fábrica de cerveja artesanal e um espaço cultural. -----

----- A estratégia de desenvolvimento do HUB tem sido cumprida e já permite antever um ecossistema de empreendedorismo em Lisboa e os níveis de ocupação estão dentro do expectável. -----

----- Com o aumento da ocupação, vão agravar-se alguns problemas da freguesia que terão reflexos graves no desenvolvimento do HUB e do seu sucesso, designadamente os transportes públicos, o estacionamento e a habitação. -----

----- Novos habitantes com novas necessidades e exigências poderão rejuvenescer a freguesia ou provocar a sua gentrificação. Tudo depende de um bom planeamento que antecipe os problemas. -----

----- Não queremos, nós somos a 2ª Comissão, portanto, de Economia e Turismo, não queremos de forma nenhuma meter foice em seara alheia, só que não podemos fazer determinados trabalhos com umas palas nos olhos. -----

----- Na verdade, é impossível olhar para o HUB e pensar o HUB sem pensar na envolvente e todos os problemas que a envolvente tem de ver resolvidos, e que podem recair e danificar o próprio sucesso do HUB, portanto, eu penso que uma coisa e outra têm de ser pensadas em conjunto. -----

----- Gostaríamos de continuar a seguir a evolução do projeto e de ter um ponto da situação dentro de digamos de seis meses passado, talvez o verão, gostaríamos de voltar a conversar com o Senhor Vereador e de seguirmos, porque o projeto parece-nos muito bem encaminhado, mas gostaríamos de perceber como é que evoluem, por exemplo, agora acabei de ler num jornal que os nómadas digitais, andam a dizer que, afinal, é melhor não virem para Lisboa, porque Lisboa é muito cara e não tem casas e não sei quê, não sei que mais. Não sei se isto pode ter alguma influência no desenvolvimento deste projeto. -----

----- Eu quero ainda lembrar que este relatório de que o meu colega, apresentará a segunda parte, precisamente sobre a envolvente foi votado por unanimidade dos deputados presentes. -----

----- Quero ainda acrescentar que há um erro material no texto onde se lê “*arqueologia*” deve ler-se “*arqueologia industrial*”, obviamente. -----

----- Passo agora a palavra ao meu colega Pedro Roque Domingues, com quem foi um prazer trabalhar que vos trará o retrato da freguesia e a importância de agarrar este território como um todo e repensá-lo, antecipando novos desafios. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Roque Domingues (PS)**, no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada Simonetta Luz Afonso, eu retribuo o cumprimento, foi um gosto trabalhar consigo e estendo esse cumprimento a todos os senhores deputados da 2ª Comissão, que foram incedíveis em todo este processo e agradeço-lhes pelos muitos contributos que nos fizeram chegar ao longo dos últimos meses e sem os quais este documento não seria o mesmo. -----

----- Como disse e muito bem, a Senhora Deputada Simonetta Luz Afonso, as nossas competências na 2ª Comissão, são de Economia, Inovação e Turismo. No entanto, a 2ª Comissão entendeu unanimemente, aliás, fazer uma avaliação mais abrangente do HUB Criativo do Beato, tendo em conta que percebemos ao fim de algum tempo que este projeto é indissociável do território da freguesia e do seu tecido urbano e, portanto, sem pôr a foi foice em seara alheia, temos aqui duas ou três considerações que não que que não poderíamos deixar de vos comunicar. -----

----- Não seria, aliás, sério da nossa parte fazê-lo e é só por essa razão que aqui vimos que mencionar duas ou três pontos. -----

----- Gostaria também de agradecer ao senhor presidente da Junta de Freguesia do Beato por todos os seus contributos, pela sua disponibilidade, pela sua receção e por todas as conversas que fomos tendo para perceber, depois de entender aquilo que é a realidade patrimonial e económica deste equipamento, existe uma realidade humana muito grande. -----

----- Hoje e existe uma potencial nova realidade e é sobre isso que vimos aqui falar. ---

----- Nós estamos a falar de uma pequena Autoeuropa, se quisermos aqui uma comparação fácil, quando chegarmos a plena capacidade do atual projeto, que pode eventualmente até duplicar e, portanto, é um equipamento muito grande que terá um impacto, esperemos muito positivo na cidade, salvaguardando e entendendo duas ou três questões sobre as quais vos vimos por falar. -----

----- A implementação do Hub Criativo do Beato, que veem aqui marcado a vermelho trará uma série de coisas, nomeadamente, na pressão de estacionamento, embora exista já uma estratégia em curso que que limitem entrada de novos carros, nesta zona da freguesia. Trará também o aumento do nível de ocupação dos transportes públicos é inevitável, trará também uma grande regeneração, esperemos nós do muito património devoluto que existe na nossa cidade e nesta freguesia em particular, com uma consequência positiva de termos potenciais novos habitantes, com novas necessidades quotidianas e, por conseguinte o surgimento ou, o ressurgimento de uma série de coisas já desaparecidas, nomeadamente, de um comércio de proximidade que há cerca de vinte anos foi desaparecendo.-----

----- A freguesia é importante perceber que está partida em três, estes limites são muito claros e está partida em três, sobretudo pelos limites das linhas de caminho-de-ferro que criam barreiras que são absolutamente inultrapassáveis.-----

----- A solidez destas barreiras é um desafio à regeneração da freguesia e deverá ser alvo de uma estratégia específica. Nós temos, por exemplo, a impossibilidade do atravessamento automóvel destas linhas de caminho-de-ferro, aliás, consequência de uma diretiva europeia que impede passagens de nível dentro de territórios consolidados e, portanto, e estamos a falar aqui de uma intervenção com alguma dimensão. -----

----- Temos também a localização da ETAR do Beato, que contribui para este estrangulamento da freguesia e lembremos que ainda estamos a falar do HUB Criativo do Beato e da forma como lá chegámos e como de lá saímos, esta ETAR veio fechar um dos essenciais acessos a zona ribeirinha da freguesia, que é a Rua do Sol a Chelas, e é um projeto que já tem alguns anos e é importante que avance, sobretudo num cenário em que nós temos o Hub Criativo do Beato a funcionar.-----

----- Além disto, nós temos além deste projeto da ETAR, temos também uma longa espera sobre uma eventual decisão sobre a terceira travessia do Tejo e todas estas dúvidas que persistem sobre o território atrasam naturalmente o investimento que poderia acontecer e, portanto, entendemos nós e entendeu a 2ª Comissão, que é fundamental criar clareza sobre o futuro deste território, para garantir o crescimento económico da freguesia, a sua regeneração e permitir que a freguesia seja positivamente contagiada por este grande equipamento, que queremos aproveitar. -----

----- Temos também uma outra oportunidade que é o futuro do antigo Casal do Pinto e este futuro ou futuro deste território pode ser muito importante no desenvolvimento também do HUB Criativo do Beato, nomeadamente, como já falámos através da reposição de acessos rodoviários e pedonais, como lá está, já falámos da Rua do Sol a Chelas ou alternativas e também a criação de novos equipamentos de apoio a uma eventual expansão do HUB Criativo do Beato, que podem estar contemplados no eventual plano, não diria necessariamente um plano de pormenor, nem uma operação de reabilitação, mas não programa, numa ideia que se cria para este território que espera há muito a nossa intervenção. -----

----- Por fim, temos a ligação ao rio que ainda é inexistente e deverá, naturalmente, ser contemplado em articulação com a Administração do Porto de Lisboa, permitindo eventualmente quem sabe, um novo centro da economia do mar, já temos um em desenvolvimento, mas quem sabe se o HUB do Beato poderá também ter estas valências. -----

----- Em relação aos transportes, nós já temos uma oferta renegociada com a Carris, o que não temos ainda é concretização de projetos importantes, como é o caso do Lios Oriental e de uma rede de *chatelles* entre o HUB Criativo do Beato e Santa Apolónia e o Parque das Nações. -----

----- Por fim, ainda na questão dos transportes, temos a importante reativação do apeadeiro de Chelas, que será também um ponto muito importante nesta freguesia no acesso a este equipamento. -----

----- Comecei por dizer que não é intenção da 2ª Comissão sobrepor-se às competências de outras comissões, repito, se lerem, como acredito que tenham feito este documento com atenção, verão que esta segunda parte das recomendações é feita de uma forma muito superficial e nós a nossa intenção é, no fundo, desafiar quem efetivamente tem essas competências, seja no executivo da Câmara Municipal e temos aqui dois vereadores absolutamente fundamentais para esse caminho, como a própria Assembleia Municipal e as suas Comissões Permanentes que terão aqui, acredito eu, uma boa base de trabalho, um bom início para o desenvolvimento de uma estratégia concertada em relação àquilo que nós acreditamos, que poderá ser um dos verdadeiros equipamentos transformadores da cidade de Lisboa. -----

----- Senhora Deputada Simonetta Luz Afonso, foi um enorme prazer trabalhar consigo e pronto, e daí ficamos à disposição para quaisquer questões que os senhores deputados têm. -----

----- Muito obrigado. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores relatores, muito obrigado pela extensa, mas interessante exposição que fizeram, eu como faço parte da 2ª Comissão, sou suspeito e, portanto, passava a palavra aos inscritos, Senhora Segunda Secretária.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Chamo o Deputado Nuno Pardal do CHEGA e prepara a Deputada Natacha Amaro.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Pardal (CHEGA)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em Exercício, -----

----- Senhores e Senhoras vereadoras, -----

----- Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Também eu sou suspeito em falar desta recomendação por também fazer parte da 2ª Comissão. -----

----- Começo exatamente por aí saudar a apresentação desta recomendação pela 2ª Comissão Permanente. Entre as propostas apresentadas, realçamos a ambição de encarar o HUB Criativo do Beato, como uma oportunidade para contaminar positivamente a freguesia em que se insere. -----

----- Tal como o Partido CHEGA já teve oportunidade de referir nesta assembleia, esta freguesia tem sido muito negligenciada nos diversos domínios. -----

----- Tem o quartel de bombeiros em piores condições da cidade, possivelmente do país a necessitar de ser urgentemente substituído, tem duas das escolas em piores condições, a Luís Verney e as Olaias, que aguardam há décadas a sua reabilitação, tem o pior edificado sede entre as 24 freguesias de Lisboa. -----

----- Um edificado habitacional muito degradado que inclui vários dos últimos pátios e vilas operárias de cidade, a acessibilidade viária e a rede de transportes públicos é claramente insuficiente e tem constituído um estrangulamento para o desenvolvimento da freguesia. -----

----- Desde logo a conclusão da primeira circular prevista desde o plano “De Groes”, há mais de 75 anos, mas nunca foi executada. -----

----- Este eixo viário é fundamental para ligar Olaias a Xabregas, possibilitando a reanimação da zona oriental da cidade, do Museu do Azulejo até ao Poço do Bispo. -----

----- A recomendação aqui já apresentada pelo Partido CHEGA e que foi chumbada, sendo HUB Criativo do Beato, a estrutura com maior dimensão da freguesia, quer em termos do número de postes de trabalhos envolvidos, quer na capacidade de gerar dinâmicas positivas na área envolvente, consideramos que faz todo o sentido recomendar que esta estrutura seja encarada de forma abrangente como pólo dinamizador para o conjunto da freguesia. -----

----- Disse. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Deputada Natacha Amaro prepara o Deputado Miguel Ferreira da Silva.” -----

----- **A Senhora Deputado Municipal Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, -----

----- Senhoras Secretárias, -----
----- Senhores Vereadores, -----
----- Caros Deputados, Caro Público. -----
----- O relatório hoje em discussão aborda diversas dimensões presentes no território da freguesia: a cultura, o emprego, a habitação, a ação social e a mobilidade, sendo o ponto unificador, o HUB Criativo do Beato. -----
----- É o culminar de um extenso trabalho desenvolvido pela 2ª Comissão da Assembleia Municipal que valorizamos, iremos votar favoravelmente as recomendações nele constante, no entanto, gostaríamos de deixar algumas notas sobre questões que nos parecem pertinentes neste processo. -----
----- Uma delas tem a ver com o entendimento do nosso ponto de vista, demasiado otimista relativamente ao papel que HUB será na resolução de muitos dos problemas da freguesia. Sabemos que a economia é volátil, feita de ciclos e o investimento e valorização do tecido económico e social da cidade, em especial da freguesia do Beato não se pode sustentar unicamente num projeto, neste projeto. -----
----- Defendemos uma estratégia económica para a freguesia e mesmo para a cidade que não assente apenas num projeto ou equipamento, que depende sempre de uma conjuntura económica, como todos sabemos é dinâmica. -----
----- Outra questão está relacionada com os riscos que o próprio relatório refere de forma breve de gentrificação e acentuada especulação imobiliária, numa zona pós-industrial que, com este nível de investimentos se está a tornar bastante apetecível. -----
----- O investimento público é fundamental, concretamente em reabilitação e preservação de edificado. Mesmo a questão do Plano de Pormenor do Casal do Pinto, que o PCP já trouxe várias vezes esta assembleia e a última até foi recentemente e que foi abordada no âmbito deste trabalho da 2ª Comissão, é muito importante que avance. -----
----- Gostaríamos ainda de dar nota sobre as questões de transportes e acessibilidades, um problema de fundo da cidade e muito sentido na sua zona oriental, não só as respostas dadas pela Carris, as existentes agora e outras que ainda se venham equacionar como a implementação urgente do LIOS, trazendo um novo meio de transporte público coletivo àquela zona da cidade. -----
----- Também a resposta em termos de transporte público, ferroviário é importante e deve ser usada, retomada e valorizada as preocupações com a devolução do rio à freguesia e a barreira que a linha férrea pode constituir hoje, não podem reduzir ainda mais a resposta deste tipo de transporte. Devem ser encontradas as melhores opções, como aliás, até foi referido na apresentação do relatório. -----
----- Todas estas notas de preocupação podem ser minimizadas ou mesmo algumas delas obviadas, com um conjunto de estratégias, planos e estudos que avaliem ponderem e apresentem soluções, como, aliás, muitas das recomendações preconizam para que o HUB Criativo do Beato seja, de facto, um catalisador de transformação positiva e progresso para um território onde tantos problemas há muito aguardam resposta. -----
----- Obrigada” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
-----” Muito obrigado, Senhora Deputada.” -----
----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----
----- “Chamo o Deputado Miguel Ferreira da Silva, prepara a Deputada Sofia Vala Rocha.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Ferreira da Silva (IL)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Senhor Presidente, -----
----- Senhores Vereadores, caros todos. -----
----- Sendo eu membro da 2ª Comissão, representando o Grupo Municipal da Iniciativa Liberal, não posso deixar de me congratular em primeiro com o pluralismo e a democracia com que geramos consensos. Este é um bom exemplo de como diferentes forças políticas, com diferentes ideias até sobre a cidade, conseguem reunir-se e trabalhar sobre factos e sobre esses factos, serem capazes de fazer análises e, portanto, muito obrigado, Senhor Presidente da 2ª Comissão, Deputado Martim Borges de Freitas. -----
----- Muito obrigado, Senhores Deputados Relatores Simonetta Luz Afonso e Pedro Roque Domingues e a todos os que participam na 2ª Comissão. -----
----- Dito isto, o Grupo Municipal da Iniciativa Liberal gostava de salientar que da longa lista de recomendações, há uma diferença assinalável entre aquelas que vão até a alínea t) e aquelas que começa na alínea u), porque como bem ficou demonstrado desta apresentação, uma coisa são as recomendações específicas sobre o HUB Criativo do Beato e sobre as competências da 2ª Comissão. -----
----- Outra coisa foi o nosso entendimento, no qual me incluo, de que o impacto do HUB naquela freguesia em particular, não podia deixar de ser visto e, portanto, temos sugestões e não aquilo que eu chamaria recomendações, mas sugestões, desafios, quer ao executivo, quer às restantes comissões, essas sim com competências nas respetivas áreas. Mas a verdade é que na proposta que aqui está, mesmo nesse parágrafo está a palavra, “recomenda-se”, o que para nós Grupo Municipal da Iniciativa Liberal, queremos deixar claro que entendemos esta palavra, “recomenda-se”, no parágrafo que separa a alínea t) d alínea u) como uma mera sugestão e não recomendação no sentido formal e técnico da Assembleia Municipal. -----
----- Dito isto, percebemos que sim, que devemos ter uma visão integrada dos vários setores de vivência do HUB e da freguesia, mas há no nosso entendimento limites. -----
----- Não é possível ter uma coisa e o seu contrário e sobre isso exemplifico com uma coisa que consta das recomendações em que dizemos, dizemos nós, 2ª Comissão. -----
----- O HUB Criativo do Beato trará como consequência direta da sua implantação, novos habitantes, com novas necessidades quotidianas, que contribuam para reabilitar lugar e trazer de volta o pequeno comércio. -----
----- Também dizemos que é expectável que se verifique o aumento da procura de habitação na freguesia, valorizando o património imobiliário. Não é possível

conciliarmos totalmente, isto com uma preocupação sobre gentrificação que mais adiante se diz que é uma probabilidade de acontecer. -----

----- No nosso entendimento, uma coisa não implica a outra, pelo contrário, honrando o trabalho que todos juntos fizemos na 2ª Comissão, devemos é sublinhar a necessidade do tal pensamento estratégico, que consta das primeiras recomendações, de pensamento estratégico sobre a intervenção de políticas públicas no setor da economia que nós Iniciativa Liberal, apoiamos, se forem incentivos ao desenvolvimento da iniciativa privada e não uma intervenção direta, obviamente, mas depois temos obviamente que aceitar as consequências desse desenvolvimento integrado. Por este motivo, congratulámos genericamente com as recomendações, mas nem que seja pelo exemplo, em relação a duas das recomendações, vamos votar contra só para assinalar que a questão das rendas acessíveis ou da gentrificação, não tem uma ligação direta com o HUB Criativo do Beato, quanto ao restante, muito obrigado a todos pela colaboração e pelo brilhante trabalho. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----” Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Deputada Sofia Vala Rocha do PSD prepara o Deputado José Inácio Faria.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Vala Rocha (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos novamente. -----

----- É difícil não ir ao Beato e não sairmos de lá como embaixadores do Beato. -----

----- O Beato é uma freguesia espantosa. Eu confesso que pertenço à 2ª Comissão e, por causa disso, nós começámos a debruçar sobre este tema, estudar o HUB Criativo do Beato e depois surgiu a ideia de conhecermos mais a freguesia, porque todos nós ainda que isso não tivesse sido dito explicitamente, tivemos a ideia de que está ali a fazer qualquer coisa de muito novo e impactante. E como nós, a maioria de nós tem a experiência de cada vez que começa a fazer um bocado da cidade as implicações que tem, nomeadamente, quase todos nós somos velhos o suficiente para ter acompanhado o que foi a expansão da Expo, da freguesia do Parque das Nações, e quando olhamos para o Beato sentimos exatamente a mesma coisa. -----

----- Estamos a fazer cidade nova e quando olhámos para o HUB Criativo, fomos lá, começámos a ver e sobre isso também podem ver as nossas conclusões, grande parte das quais eu subscrevo diretamente, começámos a ampliar o objeto do nosso estudo e a pensar assim, vamos conhecer o Beato e foi isso que fizemos. Resolvemos entre todos, começar a conhecer o Beato, e o Beato como eu estava a dizer, é uma freguesia espantosa, porque tem um acervo histórico de construções históricas na parte de baixo da freguesia, junto ao rio de enorme valor histórico e patrimonial e depois subimos e fomos conhecer a parte norte da freguesia. E há problemas no Beato a que qualquer

lisboeta não pode ficar indiferente e a nós que representamos o povo e as pessoas e as populações e que procuramos dar soluções aos maiores anseios, não podemos ficar cegos, surdos e mudos. Como disse a poetisa vimos, ouvimos não podemos ignorar. ---

----- E não se pode ignorar os problemas do Beato. -----

----- O Beato é uma freguesia partida ao meio com as linhas férreas, com problemas de circulação. A parte norte é uma realidade, a parte sul é outra. Nós para irmos à parte norte, tivemos de dar a volta de entrar pela Picheleira e dar a volta toda, porque a volta, o atravessamento, como aqui já foi dito, está impedido, não faz sentido. -----

----- A freguesia tem vivências completamente diferentes e poderão acusar-nos de não nos cingirmos ao HUB Criativo do Beato, mas a verdade é que o HUB não pode ser um OVNI plantado no meio da freguesia, portanto, olhamos para a freguesia como uma tremenda oportunidade de crescimento, que esperamos que seja, esperamos e temos razões para esperar pelo seguinte. -----

----- Já foi aqui dito, falou-se duas vezes os apresentadores e a Deputada Natasha Amaro, salvo erro da questão do Casal do Pinto. Pois bem, o Casal do Pinto é um sítio acima da linha férrea, onde se acede pela Picheleira foi aqui mencionado, não foi dito, mas já é do conhecimento, já foi discutida aqui do tremendo forte empenho deste executivo em fazer do Casal do Pinto uma zona de habitação a preços acessíveis e de muita habitação. -----

----- Sabem todos que já foram reservados no orçamento cerca de dez milhões de euros para fazer do Casal do Pinto um sítio de habitação e para resolver um problema que se arrasta há demasiado tempo, ou seja, nós olhámos com uma perspetiva muito integrada e é por isso que nós falamos aqui de uma série de coisas que dizem respeito à habitação, à mobilidade, etc, porque nós achamos, achamos isso, na 2ª Comissão, achamos que o HUB do Beato pode ser, deve ser o catalisador de uma regeneração urbana do Beato. Conforme eu disse é impossível visitar o Beato e não ficar apaixonado pela freguesia, que é uma belíssima freguesia, mas a quem reconhecemos e com alguma estupefação, porque não se percebe. Nós sabemos que as freguesias têm às vezes dualidades muito difíceis e crescimento a par de zonas mais pobres, etc, mas o Beato merece mesmo uma atenção muito especial. -----

----- Estivemos todos também na última assembleia descentralizada, em que a Vereadora Filipa Roseta, disse que Marvila seria a freguesia com maior investimento. Percebe-se porquê, para tentar resgatar um esquecimento de décadas e décadas. Eu atrevo-me a sugerir que se olhe também para o Beato com esse olhar e com essa preocupação, custa-me ver que há lá questões que já deviam poderiam e deveriam ter sido resolvidas. Mas, enfim, vamos sempre a tempo de fazer o bem e, portanto, foi um gosto imenso de participar nisso e vamos estar aqui atentos e muito reivindicativos face ao HUB Criativo do Beato e à freguesia do Beato. -----

----- Disse!” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Passo a palavra ao Deputado José Inácio Faria e prepara o Deputado Martim Borges de Freitas.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Mesa, Senhores Vereadores, Caros Colegas e público presente. -----

----- Uma breve nota para agradecer à Senhora Deputada Simoneta Luz Afonso e ao Senhor Deputado Pedro Roque Domingues pela excelência deste Relatório e desta Recomendação e da extensa lista de sugestões aqui apresentadas e recomendadas à Câmara Municipal, fazendo votos para que as soluções que a Câmara venha a adotar para esta zona da cidade, possam vir a ser replicadas na zona ocidental de Lisboa. -----

----- Refiro-me, em particular, ao lançamento de procedimentos com vista à transformação da atual via ferroviária para que esta deixe de ser uma barreira intransponível dividindo a freguesia em dois, como se refere na vossa documentação e à concretização do LIOS Oriental, uma linha de metro ligeiro de superfície que ligará o Beato a Santa Apolónia e ao Parque das Nações, também que seja replicada do outro lado da cidade, que é bem necessária, aliás como penso foi uma das promessas do atual executivo durante a campanha eleitoral. -----

----- Termino agradecendo, uma vez mais, aos dois senhores deputados relatores a excelência do trabalho e as soluções encontradas para esta zona da cidade, e uma palavra de elogio ao Senhor Presidente da 2ª Comissão Permanente, o Deputado Martin Borges de Freitas, por ter tomado a iniciativa de promover este importantíssimo trabalho em prol da nossa cidade, e gostaria de referir, que é este tipo, aliás a Senhora Deputada Simoneta Luz Afonso, quando passou por ali disse, e eu replico as palavras delas, que é este tipo de iniciativas que nos temos que estar disponíveis a promover na nossa cidade e para a qual devemos de trabalhar. -----

----- E digo isto, estou à vontade para dizer, porque não faço parte da 2ª Comissão e, portanto, as minhas palavras são ditas com total imparcialidade e independência. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----” Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Dou a palavra ao Deputado Martim Borges de Freitas.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Martim Borges de Freitas (CDS-PP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, em Exercício,-----

----- Senhoras Membros da Mesa,-----

----- Senhoras e Senhores Vereadores,-----

----- Senhoras e Senhores Deputados Municipais,-----

----- Minhas Senhoras e meus Senhores, -----
----- Eu queria em primeiro lugar agradecer ao Senhor Vereador Diogo Moura pela disponibilidade que teve em poder mostrar à 2ª Comissão o HUB Criativo do Beato, as instalações, o que estava a ser feito o que já tinha sido feito e o que se prevê fazer futuramente e, portanto, queria agradecer muito, porque permitiu-nos ter um conhecimento automático, digamos assim, do que ali se estava a construir e do qual era o projeto a desenvolver e queria dizer isso.-----
----- Depois falarei também de outras questões, porque uma das razões pelas quais esta Comissão entendeu fazer este relatório, como outros, tem justamente a ver com a circunstância de nós, enquanto deputados municipais, podermos falar das coisas com conhecimento de causa e com propriedade e, portanto, muito obrigado, Senhor Vereador por essa a visita inicial. -----
----- Em segundo lugar, uma palavra também de agradecimento e de agradecimento grande ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Beato, que nos permitiu conhecer também àqueles que ainda não conheciam a realidade daquela freguesia, que é uma realidade que eu recomendaria a todos quantos aqui estão e a outros que nos estejam a ouvir que um dia visitem para perceber exatamente o que é aquela freguesia e, portanto, muito obrigado, Senhor Presidente da Junta Doutor Silvino Correia, por aquela visita que nos proporcionou.-----
----- Em terceiro lugar o justo reconhecido agradecimento aos dois Relatores deste relatório, à Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso, que aliás já foi Presidente desta casa e que conhece muito bem a Lisboa e ao Senhor Relator Pedro Roque Domingues, que também teve um papel determinante neste relatório e que nos permitiu chegar aqui hoje com um documento, mais um daqueles documentos que nós podemos oferecer ao executivo, para que o executivo possa tirar o maior partido possível dele e possa assim trabalhar em nome de Lisboa e para os lisboetas que é, no fundo, aquilo que andamos aqui a fazer. Muito obrigado, Senhores Relatores por este relatório.-----
----- E queria também agora é a minha vez de agradecer as referências que aqui me foram feitas enquanto Presidente desta Comissão, eu aliás, quero dizer que estou aqui a falar justamente enquanto Presidente desta Comissão e usando embora o tempo do CDS, mas posso usá-lo por direito próprio, de acordo com o Regimento, se quiserem ao abrigo do artigo 65º, mas para dizer que estou aqui apenas a falar em nome dessa Comissão, Comissão, essa a quem eu também devo agradecer a todos os deputados individualmente, porque este é o segundo relatório de iniciativa que produz e é um segundo relatório de iniciativa que produz justamente, para poder mostrar e para poder consolidar aquela que é a nossa participação enquanto deputados municipais em benefício de Lisboa, através do executivo de Lisboa. -----
----- Ao longo deste debate que fomos tendo nesta Comissão, nós partimos do Hub Criativo do Beato, para perceber o que era, para perceber o que é que se tenta alcançar e a dado passo, confrontamo-nos com a situação de que o Hub Criativo do Beato, podia também ser um catalisador para aquela freguesia e foi por essa razão, mesmo que nós tivemos a oportunidade de fazer a visita à freguesia, mas foi por essa razão

que tivemos oportunidade de discutir a freguesia no quadro do Hub Criativo ou se quiserem, o Hub Criativo do Beato, no quadro da freguesia. -----

----- Para quê? Para podermos justamente alertar-se se podermos dizer assim, alertar o Executivo, a Câmara, os Senhores Vereadores, o Senhor Presidente de Câmara, para que, quando pensarem ou repensarem o Hub Criativo do Beato nos moldes em que ele está a ser executado, o façam também à luz da freguesia, onde aliás ele está instalado. -

----- E, portanto, é muito importante que nós tenhamos esta abertura e por termos constatado, isso mesmo é que entendemos a dado momento, verter para o próprio relatório aquelas que foram as nossas constatações e aquelas que foram as nossas preocupações e é por isso que o relatório apresenta na sua parte final, quer nas conclusões quer nas recomendações, apresenta, digamos, em cada um deles dois momentos. Porquê? Porque nós tivemos consciência plena de que se não o fizéssemos assim, estaríamos a exorbitar as nossas próprias competências a sair fora delas a entrar nas competências de outras Comissões, que era coisa que, evidentemente, nunca quisemos nem queríamos fazer. Por isso, quer nas conclusões quer nas recomendações, existe um momento anterior, em que se refletem as conclusões que nós podemos tirar a partir do projeto do Hub Criativo do Beato e depois temos uma segunda parte, aliás, separada por um parágrafo cada uma delas, em que não apenas desafiamos as outras Comissões da Assembleia Municipal a pronunciarem-se se assim o entenderem sobre as outras coisas que ali sugerimos para a Freguesia do Beato, mas em que são, isso sim, meras constatações e meros desejos, se quisermos assim, relativamente à freguesia do Beato e é isso que nós queríamos deixar aqui claro.-----

----- Quer na parte das conclusões, quer na parte das recomendações, eu diria que as recomendações que são feitas, como aqui foi dito pelo Senhor Deputado Miguel Ferreira da Silva que, embora esteja a palavra recomendações na parte das recomendações relativas à última parte destas mesmas recomendações, não são recomendações do que ali está dito, o que se quer dizer, porque, do nosso ponto de vista, do ponto de vista da 2ª Comissão, não meu, da 2ª Comissão, aquelas recomendações são mais sugestões e muito menos exigências.-----

----- Nós não estamos a fazer exigências ali, nós nem sequer estamos a fazer recomendações no verdadeiro sentido da palavra. O que nós estamos a dizer, era aquilo que eu dizia há pouco, vale a pena pensarmos o Hub Criativo do Beato, dentro da freguesia onde está, no sentido de a contaminar positivamente para que possa beneficiar desse mesmo Hub Criativo. -----

----- Portanto, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu queria dizer que este tipo de iniciativas e este tipo de documentos e este tipo de debate é, de facto, uma das coisas que mais me agrada nesta Assembleia Municipal e mais me agrada na 2ª Comissão. Eu tento sempre que este trabalho se faça, que se faça com a participação de todos...” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado tem mesmo que terminar.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Martim Borges de Freitas (CDS-PP)**, no uso da palavra continuou a sua intervenção:-----

----- “Eu estou a falar por direito próprio, se for ao artigo 75º. do Regimento eu posso até falar mais tempo, mas eu não vou. -----

----- Vou terminar já apenas para dizer, apenas porque estou a falar enquanto Presidente da Comissão, mas apenas para dizer rapidamente e para concluir, que eu tenho gosto em trabalhar sobre este tipo de temas. Tenho gosto em trabalhar com esta com esta Comissão, esta Comissão tem ultrapassado divergências várias do ponto de vista político, mas isto é um trabalho político, aquele que também estamos aqui a fazer. Não é um estudo apenas e não é sobretudo um estudo, isto é um trabalho que pode e deve, do nosso ponto de vista, servir para o executivo poder ouvir e, mais do que ouvir, conhecer o pensamento da Assembleia Municipal sobre esta matéria. -----

----- E tenho dito. -----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado, creio que a Câmara terá alguma coisa a dizer sobre este o Senhor Vereador foi várias vezes citado, portanto, tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Vereador Diogo Moura**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente em Exercício.-----

----- Eu queria, em primeiro lugar e pegando aqui também nalgumas das palavras do Senhor Deputado e Presidente da 2ª Comissão, Martim Borges de Freitas, dizer que eu acho que este é um dos principais ativos desta Assembleia Municipal que é, para além de ter que analisar aquilo que são as propostas oriundas da Câmara Municipal de Lisboa, faz um trabalho próprio, tem iniciativa de estudar os problemas da cidade de Lisboa e apresentar soluções e sugerir essas soluções à cidade de Lisboa. -----

----- E eu acho que isto é o mais nobre que se pode ter, enquanto autarca, seja com poder, seja sem poder ao serviço da cidade e acho que este papel, nomeadamente, que a 2ª Comissão teve com este relatório, espelha exatamente isso e, portanto, queria dar os parabéns a todos os elementos da 2ª Comissão, em particular ao Senhor Presidente, mas aqui muito em particular aos Senhores Deputados Relatores, à Deputada Simonetta Luz Afonso e ao Senhor Deputado Pedro Roque Domingues, juntando aqui duas gerações com conhecimento, se calhar diferente da cidade e mesmo dentro do mesmo por força política se calhar tem entendimentos diferentes sobre a cidade.-----

----- Dizer que acho que foi um trabalho bastante meritório e que aponta aqui, por um lado para várias questões algumas delas já resolvidas ou estão em processo de resolução, mas outras aqui que são necessárias, nomeadamente, a questão do planeamento urbano. -----

----- Está aqui, a Senhora Vereadora, mas se permite, eu acho que se tem que ter uma visão conjunta, quando nós temos e neste caso, é uma iniciativa municipal, mas com temos estes novos centros, estas novas polaridades em determinadas zonas da cidade e que elas afetam, quer do ponto de vista positivo e também com alguns aspetos

negativos, toda uma envolvente, seja na questão da mobilidade, seja na questão da habitação, seja na questão também da componente cultural, também na questão do comércio local e eu acho que o Hub Criativo do Beato vai ter essa mais-valia de granjear mais comércio local para aquela zona, porque dentro do Hub não existe essa oferta, portanto ela terá que ser criada à volta, tendo em conta o número de pessoas que estamos a prever que ali venham a estar.-----

----- E, portanto, eu acho que esta leitura de enquadramento mais macro desta zona da cidade é extremamente importante, para podemos também pensar naquilo que é uma visão mais estruturada para esta zona da cidade e para tentar colmatar em tempo devido aquilo que podem vir a ser questões no futuro possam ser problema para esta mesma população e para esta comunidade. -----

----- Queria apenas comentar aqui alguma dos pontos das recomendações, quer sejam de diretamente de competência de outros senhores vereadores, mas também daquilo que é a gestão que está sob a minha competência do Hub Criativo do Beato. -----

----- Em primeiro lugar foi falado sobre a Vila Dias, todos nós conhecemos a Vila Dias, já foi falada muitas vezes nessa Assembleia Municipal, foi alvo de muitas recomendações nesta assembleia e de moções também a outro nível e dizer que na recomendação fala que que deve ser ponderada, pela Vereadora Filipa Roseta. -----

----- Dizer que ela não está a ser ponderado, já é uma efetivação. O projeto está em curso e as equipas também da Direção Municipal Manutenção e Conservação já estão a trabalhar na reabilitação, mas também na ampliação da Vila Dias. -----

----- Relativamente à questão do Plano de Pormenor do Casal do Pinto, acho que aqui estamos todos em sintonia sobre a necessidade de concretização deste mesmo Plano de Pormenor e, neste momento, o que a Senhora Vereadora Filipa Roseta está a fazer é uma metodologia de envolver a população, quer nas decisões principais que dizem respeito a este Plano de Pormenor, nomeadamente, por exemplo, naquilo que deverão ser os equipamentos coletivos, que terão lugar neste Plano de Pormenor. -----

----- Sobre as outras recomendações, dar apenas aqui algumas notas, nomeadamente sobre a recomendação, sobre a vida cultural nesta zona, dizer que o próprio Hub Criativo do Beato já tem uma programação cultural do evento escolhidos.-----

----- Nós ali já acolhemos a “Moda Lisboa”, a acolhemos o “MIL”, já acolhemos o “Sónar”, acolhemos Lisboa Crioula e, portanto, temos tentado levar para aquela zona da cidade, em particular dentro daquela área, que é gerida pela Câmara Municipal de Lisboa e pela *startup* de Lisboa, eventos culturais que também atraem pessoas para esta zona da cidade.-----

----- E esta própria zona da cidade também já atrai muitas pessoas, como sabemos que há uma componente cultural muito grande nesta zona da cidade, que tem vindo a crescer, nomeadamente, por exemplo, com a abertura de mais galerias, com a abertura de mais restaurantes, com a abertura de mais companhias de dança também, enfim, há aqui uma componente cultural bastante diversa e grande que tem sido trazida por esta zona da cidade e que têm todas um carácter também muito inovadores, sustentável e criativo.-----

----- Nomeadamente a praça, como nós sabemos, estava projetado ser a última abrir para dar apoio a nível de restauração a todos equipamentos, infelizmente foi ao contrário e, portanto, também tem tido e temos trabalhado com a praça para criar eventos culturais naquela zona. Por um lado levar para lá eventos como acabei de referir, mas também eventos próprios, nomeadamente, a praça está a fazer não só a eventos *corporate*, mas, por exemplo, temos agora um ciclo de cinema semanal que tem tido imensas pessoas, ainda na semana passada houve um ciclo de cinema ao ar livre, penso que na quarta-feira, sinceramente já não me lembro, mas teve cento e trinta pessoas e, portanto, as pessoas vão propositadamente ali para ver cinema ao ar livre e, portanto, acho que é extremamente importante também criámos ali esta zona. --

----- Como também se fez com a Casa do Capitão numa versão *pop-up*, que aliás, foi distinguido pela Time Out como melhor evento, já em 2020, no final de 2021 e, portanto, essa componente cultural, nós temos vindo a trabalhar nela neste mesmo espaço. -----

----- Depois sobre a Recomendação B) só para aqui dar alguns exemplos de algumas do que é que já está a fazer a questão. -----

----- A questão da expansão do Hub Criativo Beato ainda não está definida, tem havido conversas com os responsáveis do espaço, que é o exército, para se perceber o que é que pode fazer ali no futuro, mas essa questão ainda não está fechada de uma eventual aquisição da ala norte da Manutenção Militar. -----

----- Em relação aos modos suaves de mobilidade a alínea J), já estão instaladas duas docas da Gira, falta apenas a ligação em rede, que já estamos a tratar, e, entretanto, iremos colocar também *spots* virtuais para estacionamento dentro do Hub Criativo do Beato. -----

----- Depois sobre a alínea K) dizer que foi assegurar o reforço de três carreiras da Carris, que passam pelo Hub, até à data entendemos com mobilidade que não se justifica a criação de um *chattelle*, mas, obviamente, com o aumentar do número de pessoas a aceder ao Hub Criativo do Beato e não só àquela zona com a expansão, obviamente, será necessário e será avaliado a cada momento também ouvindo a Junta de Freguesia aquilo que é necessário aumentar em termos de oferta de transportes públicos. -----

----- Depois, só aqui um comentário sobre as conclusões logo na primeira folha das recomendações, quando se fala sobre a Fábrica de Unicórnios, que não alterando o projeto original, veio trazer desafios de adaptação que ainda não estão completamente resolvidos. Ele, pelo contrário, está a trazer e ainda mais desafios para esta zona da cidade e devo por exemplo, com a sua instalação provisória na Factory Lisboa, ela neste momento, tem cem por cento da sua capacidade lotada e, portanto, a Factory que estava a ter alguma dificuldade em granjear empresa certas para aquela zona, neste momento, ao dia de hoje está a cem por cento ocupada. -----

----- Abrimos também, e depois entre este balanço, faremos de aqui a seis meses dizer que já abriu a “*Claranet*”, a “*Claranet*”, fez a renovação do edifício que já foi um supermercado, mas também já foi um convento de freiras. Dizer-vos que, neste momento, tem quinhentos trabalhadores no Hub, sendo que, neste momento, à data

estão apenas duzentos e cinquenta por alguns estão em teletrabalho, mas dizer que vai ter uma capacidade daqui a muito poucos meses, de ter a totalidade dos funcionários e serão duplicará para quinhentos funcionários, e, portanto, já está a trazer outra vida para ali. -----

----- Dizer como foi referido também pelo Senhores Deputados Relatores que a *Browsers* já está num estado avançado de obras, portanto, a zona dedicada à *Super Bock* a *Coliving* vai entrar em obras. A Casa do Capitão, também já está a fazer o projeto para a obra, o que *CoRepair* também já está aprovado. Também já estamos praticamente a fechar aquilo que serão um dos silos para indústrias criativas e faltará aqueles silos principais que são os de mais difícil, como sabemos, é tem uma intervenção de recuperação muito grande e depois o terreno adjacente que ficará livre após ser criado a futura oferta de parque estacionamento.-----

----- E, portanto, dizer Senhores Deputados, agradecer mais uma vez, não só aquilo que é os contributos para aquilo que é o projeto Hub Criativo do Beato e agora com a com a Fábrica de Unicórnios, mas tudo aquilo...”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Vereador agradecia que terminasse.”-----

----- **O Senhor Vereador Diogo Moura**, no uso da palavra, continuou a sua intervenção:-----

----- “Vou já terminar, mas aquilo que foram as sugestões que nos trouxeram, mais uma vez salientar este papel que eu acho extremamente importante da Assembleia Municipal, nós irmos ao local. Muitas vezes discutimos aqui temas e depois acabamos por não ir ao local e não temos o real conhecimento das matérias, eu acho que é extremamente importante e nós na governação da cidade, também não podemos fazer sozinhos, queremos fazê-lo com a Assembleia Municipal e, portanto, mais uma vez destaco este exemplo muito positivo do trabalho da 2ª Comissão e obrigado a todos Senhores Deputados.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador.-----

----- Creio que estamos em condições de passar à votação. As recomendações, como podem verificar, vão de a) a z), portanto, só mesmo abrangentes, neste caso, pelo menos e não só. Há um pedido do Senhor Deputado Miguel Ferreira da Silva, da Iniciativa Liberal, para que votemos à parte a recomendação p) de Porto e u) de uva, pronto, portanto, creio que estarão de acordo que se junte, que se vote todo o pacote de recomendações, menos estas duas que votaríamos à parte, creio que poderemos votar Senhor Deputado Miguel Ferreira da Silva forneceu, o p) e o i).-----

----- Portanto, púnhamos a votação todas as recomendações menos a p) e a u).-----

----- **Recomendação 076/01 (2ªCP) deliberada por alíneas:**-----

----- Alíneas a), b), c), d), e), f), g), h), i), j), k), l), m), n), o), q), r), s), t), v), w), x), y) e z) foram aprovadas por unanimidade;-----

----- Alíneas p) e u) aprovadas por maioria com a seguinte votação: favor: PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, CHEGA, PEV, PAN, MPT, PPM, ALIANÇA, LIVRE, Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça, contra: IL;-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Iniciativa Liberal votou contra com declaração de voto escrita.”-----

----- (O Grupo Municipal da Iniciativa Liberal não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto sobre a Recomendação 076/01)-----

----- **10. APRECIACÃO DO VOTO 073/05 (PSD) - SAUDAÇÃO DIA NACIONAL DE SEGURANÇA E PREVENÇÃO NO TRABALHO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15º DO REGIMENTO; GRELHA A – 60 MINUTOS; VOTAÇÃO;**-----

----- (O Voto nº 073/05 (PSD) fica anexado à presente Ata, como Anexo XV e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Passamos ao ponto 10 apreciação do Voto 073/05 apresentado pelo PSD “Saudação Dia Nacional de Segurança e Prevenção no Trabalho”, vou dar a palavra o Senhor Deputado Ribeiro Rosas para apresentar este voto de saudação.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Ribeiro Rosa (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado.-----

----- Boa tarde a todos.-----

----- Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.-----

----- O meu partido o PSD, que é o Partido Social Democrata resolveu aderir a esta Comemoração do Dia Nacional de Segurança e Prevenção do Trabalho, que há cerca de 22 anos foi reconhecido institucionalmente cá no nosso país e que é o dia 28 de Abril.-----

----- É importante, nós podemos frisar isso, porque temos a felicidade de estarmos numa zona do mundo, em que é típico dos países civilizados tentarem regulamentar de forma correta este tipo de situações para evitar ao máximo acidentes de trabalho e doenças profissionais. Seja na parte pública, seja na parte privada e isto é muito típico de países governados por sociais-democratas, porque tem muito a ver com a força de trabalho e com a qualidade com que as pessoas podem trabalhar no dia-a-dia, que não acontece em grande parte de outras zonas do mundo realmente da Europa, somos os privilegiados, porque isso é tido em devida conta. Por isso mesmo, a Organização Internacional do Trabalho, que faz um trabalho excelente nesta matéria, escolheu como tema a inclusão de um ambiente de trabalho seguro e saudável, com um princípio fundamental e direito de trabalho.-----

----- Isto para nós é sociais-democratas, é fundamental para os nossos trabalhadores saberem que estão cobertos o mais possível, não há uma cobertura a cem por cento, mas temos trabalhar nesse sentido e isso é que define se um Estado está a dirigir

políticas corretas ou não nesta matéria, tentar prevenir ao máximo situações que possam causar grandes danos àqueles pessoas que estão a trabalhar e que ficam por algum motivo com vítimas de acidentes de trabalho ou com doenças profissionais depende das situações. -----

----- Por isso mesmo, gostámos, neste momento de apresentar este voto de saudação, para saudar de uma forma geral, todas as entidades, todos os colaboradores, trabalhadores, seja qual for o seu setor mas aqui na nossa zona do município, e também, como é evidente, estou a incluir quer o Município de Lisboa, quer as Juntas de Freguesia, que é muito importante que façamos todos este esforço, que tem estado a ser feito, mas que ainda façamos mais para que as pessoas se sintam seguras, nessa matéria e que possam trabalhar o melhor possível, sabendo que numa medida do possível são salvaguardados os seus direitos e, por isso mesmo, que estão a trabalhar com todas as medidas possíveis de segurança no trabalho, por isso mesmo, é com muito orgulho e prazer que nós apresentamos este voto de saudação. -----

----- Muito obrigado. “ -----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.” -----

----- Passo a palavra à Deputada Graciela Simões e prepara o Deputado Silvino Correia. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Graciela Simões (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Secretários, funcionários, deputados, vereadores, público e comunicação social, muito boa tarde. -----

----- Esta intervenção do PSD sobre o Dia Nacional da Segurança e Saúde no Trabalho, é um tema de extrema importância, mas, no entanto consideramos que os acidentes de trabalho não estão interligados ou pelo menos não referiam que os acidentes de trabalho estão interligados com os riscos profissionais que nunca mencionou e estas é que são decorrentes dos acidentes e não se podem, não se podem atribuir responsabilidade individual ao trabalhador, assim como não podem ser diluídos na responsabilidade de todos nós, porque então não é responsabilidade de ninguém. -----

----- Acidentes de trabalho e doenças profissionais dependem das condições de trabalho e estas são responsabilidade do empregador. -----

----- O trabalhador é sempre um elo mais fraco na relação de trabalho e as condições de trabalho. Muitos destes acidentes devem-se à desresponsabilização pelas entidades empregadoras públicas ou privadas pela desresponsabilização das mais elementares normas de segurança. -----

----- Não foi por acaso que este dia começo por ser uma saudação proposta pelo Congresso Canadano de homenagem às vítimas de acidentes de trabalho, vítimas que perderam a vida ou perderam a sua capacidade de trabalho por sequelas de doenças profissionais e só mais tarde é que foi considerado pela Organização Internacional de Trabalho, O Dia Internacional de Segurança e Saúde no Trabalho. -----

----- Por muito que tenha dito que Portugal está seguro, Portugal é em trinta países estudados o campeão dos acidentes de trabalho. É o primeiro que está em primeiro lugar a seguir à França, Espanha, Luxemburgo e Alemanha são os cinco primeiros de uma lista de trinta países estudados de acidentes de trabalho. -----

----- O facto de Portugal transcrever para o direito interno português, normas, diretivas, a verdade é que muitas delas não são cumpridas e porque o Estado também se tem desresponsabilizado de ter mecanismos de fiscalização eficazes e eficientes. ----

----- Os acidentes de trabalho ou as doenças profissionais previnem-se ao identificar riscos profissionais, ao informar os trabalhadores destes mesmos riscos, avaliar e corrigir condições de trabalho e ter uma fiscalização eficaz e políticas de um ambiente de trabalho seguro e saudável nos locais de trabalho. -----

----- Talvez perguntando, por exemplo, aos trabalhadores de um determinado departamento desta Câmara Municipal, o porquê que existem tantos acidentes de trabalho naquelas suas atividades. Talvez se lhes perguntar isto, ficará a saber um pouco mais sobre a relação entre aqueles mesmos acidentes e os riscos profissionais das condições de trabalho que tem. -----

----- Por isto e por muito do que sabe da realidade, infelizmente dos acidentes de trabalho no nosso país e das doenças profissionais, nós reafirmamos a nossa oposição à atribuição da responsabilidade aos trabalhadores destes mesmos acidentes, responsabilidade individual ou coletiva nos acidentes de trabalho, mas por tudo isto e por ser importante este tema, nós votamos a favor.-----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Chamo o Deputado Silvino Correia e não temos mais inscrições para este ponto.”

----- **O Senhor Deputado Municipal Silvino Correia (PS),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente em Exercício, restante Mesa. -----

----- Eu queria pedir alguma complacência para dirigir a esta casa umas palavras relativamente ao ponto anterior, até porque aquilo que aqui foi discutido relativamente ao relatório da 2ª Comissão foi muito importante para a nossa freguesia e, portanto, queria agradecer a todos sem exceção, o empenho que demonstraram em trazer ao conhecimento desta casa aquilo que se passa na freguesia do Beato, porque, de facto, os problemas que lá temos para resolver são complexos e vamos precisar da ajuda todos, por isso. Obrigado a todos pelas vossas participações. Senhora presidente em exercício, senhores vereadores, senhora vereadora, neste caso, senhores deputados, trabalhadores da Assembleia Municipal e público aqui presente. Boa tarde a todos. No dia 28/4/1969. Uma explosão numa mina no estado norte-americano da Virgínia, matou 78 mineiros em 2003, a organização internacional trabalho instituiu a data como o Dia Mundial da segurança e saúde no trabalho em memória das vítimas de acidentes e doenças relacionadas com o trabalho às quais importa prestar uma sentida homenagem, quando em 2003 a 8 e passou a celebrar o Dia Mundial de segurança e saúde no trabalho que tinha como objetivo aumentar a prevenção de acidentes e

doenças no trabalho, pelo que incluiu esta comemoração como parte integrante da sua estratégia global de segurança e saúde ocupacional. ----- Um dos grandes pilares desta estratégia global é a sensibilização das diversas partes e o Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho é uma ferramenta para aumentar a consciencialização sobre como tornar o ambiente laboral seguro e saudável, ao mesmo tempo que alerta para a necessidade de aumentar a consciência política em relação à segurança e saúde ocupacionais. -----

----- Para o ano de 2023, o tema escolhido pela OIT (Organização Internacional de Trabalho) incide sobre a inclusão de um ambiente de trabalho seguro e saudável, com um princípio fundamental do direito no trabalho. -----

----- A este propósito, o Secretário-Geral Adjunto da CES reiterou, todos os trabalhadores têm o direito a regressar a casa no final do seu dia de trabalho, ninguém deve morrer a tentar ganhar a vida. -----

----- Segundo uma recente investigação, as mortes no trabalho continuarão a afetar a Europa durante a próxima década mais do que o previsto anteriormente, nomeadamente após um aumento dos acidentes mortais em quase metade dos Estados-membros. -----

----- Prevê-se agora que os acidentes mortais no trabalho se prolonguem até 2062 com base na atual taxa de ocorrências, isto durante mais de sete anos do que se previa anteriormente. -----

----- Este atraso surge depois de um aumento de mortes no trabalho em 12 países entre 2019 e 2020, sobretudo em Itália com mais de 285, em Espanha com mais 45 e em Portugal com mais 27. -----

----- Se os acidentes mortais continuarem ao mesmo ritmo da década anterior, espera-se que a ocorrência de mais de 25.000 mortos no local de trabalho em toda a Europa entre 2021 e 2029, são números arrasadores. -----

----- Uma cultura nacional de segurança e saúde ocupacional é aquela em que o direito a um ambiente de trabalho seguro e saudável é respeitado em todos os níveis. Onde governos, empregadores e trabalhadores participam ativamente através de um sistema, direitos e responsabilidades definidos e onde a maior prioridade é a prevenção. -----

----- A OIT defende, por isso, incluir o desenvolvimento de políticas e programas nacionais eficazes, e de um sistema de inspeção para fazer cumprir a legislação e políticas de segurança e de saúde ocupacionais mais audazes. -----

----- Relativamente aos empregadores a OIT recomenda que sejam responsáveis por garantir que o ambiente do trabalho seja mais seguro e mais saudável. -----

----- Aos trabalhadores, orientação e cada trabalhador, tendo de trabalhar com segurança e se proteja, evitando colocar a si e aos outros em perigo, conhecendo os seus direitos e participando da implementação de medidas preventivas através das suas organizações. -----

----- Disse.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Passamos então à votação deste ponto.”-----

----- O Voto 073/05 foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O voto foi aprovado por unanimidade, com declaração de voto escrita do CHEGA.”-----

----- **O Grupo Municipal do CHEGA**, apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “Voto 073/05 (PSD) - Saudação Dia Nacional de Segurança e Prevenção no Trabalho.-----

----- O Grupo Municipal do Partido Chega entendeu votar favoravelmente neste voto do PSD porque entende que em primeiro lugar deve prevalecer o melhor interesse dos municípios de Lisboa.-----

----- Não podemos, no entanto, deixar de assinalar que pese embora o líder da bancada do PSD, Luís Newton, não ter sido constituído arguido nem condenado no âmbito da investigação que está a decorrer, que ficou conhecida como Tutti Frutti, está a merecer dos órgãos judiciais e de investigação criminal toda a atenção, com a atribuição dedicada a este caso de 5 procuradores do ministério público e 5 inspetores da polícia judiciária.-----

----- Lamentamos profundamente todas as notícias que surgiram a público na comunicação social sobre o presidente da Junta de Freguesia da Estrela e que condicionam, no nosso entender, a ação política e a credibilidade do mesmo para o pleno exercício das suas competências enquanto autarca e deputado municipal.-----

----- Assembleia Municipal de Lisboa, 30 junho 2023.-----

----- **11. APRECIACÃO DO VOTO 073/06 (BE/ LIVRE/ 2 DNI) - SAUDAÇÃO IDAHOT 17 DE MAIO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15º DO REGIMENTO; GRELHA A – 60 MINUTOS; VOTAÇÃO**;-----

----- (O Voto 073/06 fica anexado à presente ata como Anexo XVI e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Passamos ao ponto 11, apreciação do Voto 073/06, “Saudação da IDAHOT de Maio”, a Senhora Deputada Maria Escaja do Bloco, quem vai apresentar o voto tem a palavra,”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Escaja (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada, senhora Presidente.-----

----- Senhores e Senhoras Deputadas,-----

----- Senhores Vereadores, Senhora Vereadora.-----

----- Assinalou-se dia 17 de Maio, o Dia Internacional contra a homofobia, transfobia e bifobia que, além de marcar a data em que a homossexualidade foi retirada da classificação internacional de doenças da organização mundial de saúde e que,

coincidentalmente, foi a data em que Portugal promulgou a lei do casamento entre pessoas do mesmo sexo. -----

----- Serve também para alertar e lembrar da discriminação que as pessoas LGBTQUIA+ que a e a mis ainda sofrem. -----

----- Portugal tem vindo a dar passos bastante importantes para a inclusão e respeito para pessoas LGBTQUIA+, como uma proteção constitucional, contra a discriminação de género e orientação sexual. A permissão do casamento civil e adoção de pessoas entre o mesmo sexo. A proibição da discriminação de pessoas homossexuais ou bissexuais na dádiva de sangue. O direito à autodeterminação da identidade de género e a expressão de género e à proteção das características sexuais de cada pessoa. -----

----- Contudo, nos últimos tempos, chegaram-nos algumas notícias alarmantes, como a conclusão do relatório Pray de 2023, que diz que o discurso de ódio e mensagens anti LGBTQUIA+ nas redes sociais em Portugal, aumentou em 185%. É um dado preocupante e que merece a nossa atenção. -----

----- Lembrando também que 53% das pessoas LGBT e esconde a sua orientação sexual ou identidade de género e que 57% dos casais do mesmo género não dão a mão em público por medo. -----

----- Pedimos à Câmara Municipal de Lisboa que continue o trabalho progressista da cidade nestas matérias, com a criação do novo Plano Municipal LGBTQUIA+, mais para 2023, 2024 e que a Casa da Diversidade de Arroios que pretende albergar associações, equipamentos ligados à proteção destas pessoas, veja finalmente a sua execução completa. -----

----- Num dia tão importante para as pessoas LGBTQUI+ e suas aliadas, nós reiteramos o nosso compromisso para com a construção de uma sociedade cada vez mais inclusiva, justa e respeitosa. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Chamo a Deputada Isabel Mendes Lopes prepara a Deputada Margarida Penedo.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Mendes Lopes (LIVRE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Portugal surge como um dos países onde existe maior tolerância relativamente às pessoas LGBTQUIA+, mas, apesar disso, continuamos a ser uma sociedade estruturalmente intolerante e discriminatória face às diferentes orientações sexuais e identidades de género. Continuamos a ter desigualdade no dia a dia seja no trabalho, na escola, nos serviços, na família, continua a desigualdade no espaço público ou no espaço virtual. Ainda hoje foi notícia os comentários abjetos que uma marca de vestidos de noiva, recebeu para publicar fotografias de um casal de duas mulheres noivas. -----

----- Infelizmente, nos últimos anos retrocedemos com o preconceito e a discriminação a serem mais vocais e mais consequentes. -----

----- A vandalização violenta da exposição em Évora foi um sinal desta normalização da violência, assim como uma série de episódios que foram acontecendo muitas vezes diretamente fomentados por publicações de representantes eleitos. -----

----- Aliás, não será indiferente o aumento do discurso de ódio online e as notícias do aumento de 185% das mensagens anti LGBTI nos últimos quatro anos, face à alteração da configuração política em Portugal e ao estabelecimento das forças de extrema-direita. Englobadas, soubemos hoje em listas de grupos de ódio. -----

----- É obrigação das instituições combater este preconceito e, por isso, são tão lamentáveis as recusas em hastear a bandeira LGBT a que assistimos no país ou falta de apoio e acolhimento que é a marcha no Porto, está a ter por parte da cada Câmara Municipal. -----

----- Em Lisboa, a marcha e uma semana depois, o arraial reuniram milhares de pessoas no que foram dois dias de festa. Já daqui a dois anos, Lisboa vai receber o *EuroPride* num evento que vai receber um milhão de pessoas de todo o mundo e onde a cidade fará jus à sua fama de cidade acolhedora, inclusiva. Mas também para isso e para o nosso dia a dia, precisamos de conhecer e implementar o novo Plano Municipal LGBTQUIA+ que foi anunciado há mais de um ano e também a nível nacional o papel institucional é excepcional, e, por isso, o LIVRE se tem batido na Assembleia da República, pela criminalização das práticas de conversão ou pelo reforço da formação de forças de segurança, de saúde e de serviços públicos em questões LGBT, entre outras. -----

----- Terminamos saudando o Bloco de Esquerda e os Cidadãos por Lisboa com quem o LIVRE, apresentou este voto e sobretudo saudando todas as pessoas e associações e ativistas e todas as pessoas que lutam pela igualdade e que levam para a rua, o direito a amar e a ser quem é muito obrigada. -----

----- **A Senhora Primeira Secretária em Exercício, Mafalda Cambeta**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Chamo a Deputada Margarida Penedo prepara o Deputado Miguel Graça.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente, em Exercício, eu tenho pena que, neste momento não esteja aqui o senhor deputado municipal tem sido quem está a presidir a esta assembleia a esta sessão de hoje, que gostava de elogiar de maneira superior como esta reunião tem vindo a ser presidida, mas, de qualquer maneira, ficam as minhas palavras. -----

----- Quanto a este documento que nos apresenta o LIVRE, o Bloco de Esquerda e os senhores deputados independentes, não inscritos, peço desculpa, parece que o nome,

eu peço desculpa, mudam muitas vezes o nome com que são designados, não tenho qualquer intenção de confundir com algum objetivo pejorativo. -----

----- Eu confesso que este nome, a saudação IDAHOT, pronto deve ser o nome em inglês internacional, Dia Internacional contra a Homofobia, Bifobia e Transfobia, não é.-----

----- É um objetivo respeitável. Eu tenho pena que debaixo deste objetivo, este objetivo tenha servido tantas vezes como pretexto para ações contraproducentes, contraproducentes na medida do daquilo que eu vou explicar. -----

----- As ações que se têm vindo que se têm visto, serem levados a cabo desde os desfiles, das marchas, do orgulho PRIDE, e ainda muito antes das marchas serem apoiadas pela Câmara já se faziam até aqui em Portugal algumas marchas destas, mas depois começaram a ser...-----

----- Eu, ao contrário do que diz a Senhora Deputada do LIVRE falou antes de mim a senhora deputada Isabel Mendes Lopes, não nos últimos anos não retrocedemos, pelo contrário, felizmente, a sociedade tem vindo a encarar estas questões cada vez com mais naturalidade. Só que há uma série de associações para quem este discurso de que a sociedade continua cada vez a encarar estas coisas com mais preconceito, é altamente benéfico para a prossecução dos seus objetivos e é uma pena é uma pena, porque o faz à custa dos homossexuais, sejam lésbicas, sejam gays, sejam o que for, isto depois é outra salada que aqui está, porque a homofobia, bifobia. Como se homossexuais e transexuais tivessem algum problema em comum, não têm, não é um problema comum num caso, é uma questão de orientação sexual, não levanta qualquer problema de género nas questões trans, levantam problemas de género e levanta, e eu peço desculpa, foram os senhores que abriram esta porta, quando falaram da parte médica. -----

----- A parte médica disto, quando os senhores dizem que e bem, e bem, dizem e bem lembram e bem, que a Organização Mundial de Saúde desclassificou a homossexualidade como uma doença mental, em 1990 e bem, é bem, lembrado quando isso aconteceu.-----

----- Mas as pessoas que têm um problema de disforia de género, isto é uma questão completamente diferente, é uma questão médica, efetivamente, porque o problema estará, terá estado, no nosso entender, muito mais no passado do que está hoje em dia na maneira como a sociedade reage a estas pessoas. -----

----- Mas está muito mais da maneira como o organismo reage às transformações médicas que estas pessoas se sujeitam e que fazem delas doentes para toda a vida. Isto é muito complicado e às vezes dá-me a sensação de que as associações LGBT, as associações que têm vindo a promover esta agenda, fazem isto de uma maneira muito leviana, porque dão a entender que o problema está na sociedade.-----

----- O problema não está na sociedade, tanto quanto está no organismo, na parte, é preciso que a medicina ajude estas pessoas a contrariar para a vida inteira uma aparência sexual que o próprio organismo deles vai estar a contrariar durante a vida inteira, isto é feita à conta de medicação, à custa de medicação fortíssima, com interações complicadíssimas, mais à frente quando as pessoas começam a envelhecer

e começam a ter problemas de rins, e problemas de coração, e problemas como toda a gente tem quando começa a envelhecer.-----

----- Este é um dos lados da questão, estamos aqui a misturar assuntos que não são misturáveis e depois há outro ponto, que é as associações que os senhores querem aqui elogiar, tem vindo a promover o estereótipo, apresentam estas pessoas como estereótipos, porque meus senhores, aqui nesta assembleia, haverá uma determinada percentagem de homossexuais, mas eu não vejo aqui ninguém vestido de uma *sex shop*, nem com uma maquilhagem exageradíssima, e os senhores levam estas pessoas assim vestidas para ensinar às crianças nas escolas, como é que são os homossexuais! -

----- Desculpem, os homossexuais, têm todo o direito a vestir-se assim quando lhes apetece, mas os homossexuais não são isto. Isto não define um homossexual! -----

----- Isto é uma maneira que até desculpem-me a fraqueza, isto é uma maneira de apalhaar uma coisa que devia ser respeitada! -----

----- Eu peço-vos desculpa, mas eu acho que isto devia ser respeitado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Senhora Deputada muito obrigada, mas terminou o seu tempo!-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS-PP)**, no uso da palavra continuou a sua intervenção: -----

----- “Eu peço desculpa, Senhor Secretária, tenho tempo cedido.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Mas a Mesa, não foi informada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS-PP)**, no uso da palavra continuou a sua intervenção: -----

----- “Não foi informada, mas culpa minha, mas estou mesmo a terminar. -----

----- Bom, esta ideia de que o problema está na sociedade, é um problema posto nuns termos perfeitamente anacrónicos, nós não o subscrevemos, não consideramos que as coisas sejam assim, não consideramos benéficas nem para a própria causa, nem de homossexuais, nem de trans, que as coisas continuem a ser encaradas e instrumentalizadas e prejudicadas pelas vossas intervenções. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Chamo o Deputado Miguel Graça.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (DNI)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em Exercício, -----

----- Senhores Vereadores, Caros Colegas, Deputados e Deputadas, eu vou-me escusar a comentar esta intervenção anterior pela sua bizzarria e pela falta de noção que ela tem relativamente a esta questão, até porque é uma questão séria e foi por isso que os deputados municipais Cidadãos por Lisboa subscreveram com o LIVRE este voto também do Bloco de Esquerda, saudando o Dia Internacional contra a Homofobia,

Bifobia e Transfobia e, por isso, queremos também saudar todas as pessoas e organizações que contribuem para o reforço dos direitos humanos nesta matéria. -----

----- Dizer também que há umas semanas foi aprovada nesta casa por maioria, a propósito deste dia, é uma recomendação nossa, também subscrita pelo LIVRE e Bloco de Esquerda que pedia atualização, a recuperação do plano LGBTQUIA+ e o mesmo em relação à atualização do Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, que terminaram em 2021. -----

----- Lisboa continua, infelizmente, sem estratégias definidas e atualizadas também nestas áreas, o que nos preocupa bastante, apesar de ter sido reconhecido por este executivo a importância da continuidade destes planos, destes compromissos com a cidade, até agora, não vemos a consequência desse reconhecimento. -----

----- Estamos a chegar a meio do mandato, nada menos esperamos desta Câmara Municipal de que honre os seus compromissos e o que aqui já disse e de que estes planos e outros ligados aos direitos humanos sejam trabalhados e construídos com toda a cidade, ainda neste mandato. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos deixar falar o Senhor Deputado António Valente, que já estava inscrito, Senhora Deputada se não se importa fala logo a seguir pode ser?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Valente (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito rapidamente. -----

----- Eu queria dizer que não retrocedemos no tempo e dirigir-me aqui, se calhar à Senhora Deputada Margarida Penedo, mas ainda temos discriminação efetivamente, há discriminação, há discriminação no trabalho, há discriminação na sociedade e, portanto, quando as pessoas se manifestam é sobre esta questão é sobre a discriminação e aquilo que é a sexualidade de cada pessoa é muito variável e, portanto, pergunto à Margarida Penedo, à Senhora Deputada, se teve na marcha ou se esteve no PRIDE e, portanto, se esteve verificou certamente, que há uma série de pessoas diferentes e outras iguais e é na diferença que devemos acreditar e defender aquelas que são diferentes. E, portanto, haver associações que estão a lutar pelos direitos destas pessoas, que são diferentes e que se querem manifestar de uma forma livre, porque estamos a falar de liberdade e, portanto, se querem vestir de forma diferente e se querem pintar, portanto não há aqui qualquer discriminação, e não há qualquer rótulo sobre estas pessoas e, portanto, eu gostaria só dar essa nota e de subscrever o voto que foi apresentado. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Deputada Margarida Penedo:” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente.-----
----- Em vez de um diagnóstico de bizzarria eu gostava de ter ouvido os argumentos, porque os Senhores Deputados dizem sempre, nem sequer se comenta, aquilo que aquela Senhora Deputada diz, porque não têm a noção, argumentos é que nem um! Coisas de substância, isso não se vê! -----
----- Ponto dois, aqui para o Senhor Deputado Morgado Valente. Eu não contesto, que essas pessoas desfilem, de resto, eu pensei que tinha sido clara, culpa minha, não fui suficientemente clara. Fazem muito bem em desfilar. O que isso cria é na sociedade em vez de criar um sentimento de que aquelas pessoas, entre mim e um homossexual há muito mais em comum do que aquilo que há de diferente, o que essas pessoas, o que esses grupos de pressão o que fazem é salientar as diferenças e as incompatibilidades e criar os estereótipos. Eu não estou a dizer que não tenham noção, eu estou a dizer é que eles são contraproducentes para os próprios direitos dos homossexuais. -----
----- Muito obrigada, termino, obrigada.” -----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Senhores Deputados para não haver este tipo de equívocos e confusões, façam o favor de ligarem à Mesa, informem das cedências de tempo para não haver depois, estas situações que são sempre desagradáveis de parte a parte. -----
----- Senhor deputado Miguel Graça, interpelação à Mesa, força.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (DNI)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----
----- “Muito obrigado. -----
----- Senhor Presidente, eu queria só fazer uma interpelação à Mesa, porque não tenho outra forma de poder interpelar esta assembleia, explicar à Senhora Deputada Margarida Penedo, que eu apenas tinha quarenta e cinco segundos para falar e utilizei-os bem e, portanto, a Senhora Deputada Maria Penedo, provavelmente, não tinha noção do tempo que eu tinha, porque gastou obviamente muito mais para dizer tudo aquilo que disse, eu teria muito gosto em responder, mas não tenho nenhuma figura regimental, para o efeito. -----
----- Muito obrigado.” -----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----
----- Senhor Deputado Manuel Lage.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----
----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----
----- Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores. -----
----- Senhor Presidente, peço que gostava de interpelar a Mesa no sentido, não da discussão que está a ser tida entre uns e outros, mas apenas porque no entendimento PS a última intervenção da Senhora Deputada Margarida Penedo, poderia ser tida se

fosse utilizado uma figura regimental como a defesa da honra ou uma interpelação à Mesa ou fosse aquela que fosse por uma razão, Senhor Presidente, porque nos termos do Regimento, aliás, há pouco bem citado pelo Senhor líder da bancada do CDS, o Regimento prevê a cedência de tempo, uma única vez, durante a intervenção do grupo municipal, o que sucedeu na primeira intervenção da Senhora Deputada Margarida Penedo. -----

----- Quando a Senhora Deputada Margarida Penedo terminou a sua intervenção, a cedência de tempo terminou com ela, o que significa que a Senhora Deputada Margarida Penedo não pode voltar atrás, voltar a usar a palavra com o resto de tempo que sobrou da primeira cedência de tempo de igual forma o Senhor Deputado Miguel Graça não pode agora utilizar o outro minuto e quarenta e cinco segundos que o PS lhe cedeu numa intervenção a fazer e foi por isso que o PS solicitou à Mesa, questionou a Mesa a que título é que a Senhora Deputada Margarida Penedo estava a utilizar da palavra. Porque nos termos do Regimento, é muito claro que o deputado pode utilizar da palavra com uma cedência de tempo, no máximo de dois minutos, havendo uma cedência de tempo, uma vez uma cedência de tempo e aquilo que a Senhora Deputada Margarida Penedo, fez, foi utilizou da palavra, uma vez com uma cedência de tempo e terminou a sua intervenção. Da segunda vez que lá foi, não tinha cedência de tempo, porque já tinha beneficiado dela a primeira vez e foi por aí, que nós fizemos esta intervenção, no entanto, a intervenção foi feita e ficou esclarecida. ---

----- Senhor Deputado Miguel Graça também já fez a dele e, por isso Senhor Presidente, este esclarecimento ou esta interpelação à Mesa para que ficasse também claro para todos, o que é claro também para os deputados do PS. -----

----- Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado, *mea culpa*, Mesa, eu creio que teríamos de ultrapassar esta situação e prosseguir com a ordem de trabalhos, apelava, para fazer um esforço nesse sentido para tentarmos, de facto, chegar a bom porto com esta ordem de trabalhos que que ainda é extensa e, portanto, agradecia a máxima contenção. -----

----- Não sei qual é agora o estatuto que a Senhora Deputada, invoca? Interpelação à Mesa.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Nós fizemos uma interpretação do Regimento que é a seguinte. Nós temos uma cedência de tempo, esse tempo, acresce ao nosso tempo de intervenção num determinado ponto, não quer dizer que ele seja gasto todo numa única intervenção, foi assim que nós interpretamos, não sabendo qual é a última palavra da Mesa, o grupo municipal do CDS pede à Mesa que faça favor de esclarecer a assembleia sobre qual é a interpretação correta, que nós devemos fazer daqui para frente, quanto a este ponto. -

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Nós faremos chegar essa informação por escrito.-----

----- Podemos passar à votação Senhores Deputados? Votação do voto 73/06 do Bloco de Esquerda, LIVRE, mais os dois Deputados independentes.” -----

----- O **Voto 073/06** foi **aprovado por maioria** com a seguinte votação: favor: PS, PSD, PCP, BE, IL, PEV, PAN, ALIANÇA, LIVRE, Deputados não inscrito Miguel Graça, voto contra: CHEGA, PPM, abstenção: CDS-PP, MPT. -----

----- **(Ausência da Deputada não inscrita Daniela Serralha nesta votação)** -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O voto foi aprovado, o PAN subscreve e declaração de voto escrita do MPT.”-----

----- **O Grupo Municipal do MPT,** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “*Declaração de Voto ao Voto 073/06 (BE/LIVRE/2 DNI) – “Saudação IDAHOT 17 de maio” – (Ponto 11 OT).* -----

----- *Na 76.ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa de 27 de Junho de 2023 (48.ª Sessão Extraordinária) abstive-me na votação do Voto073/06 apresentado pelos Grupos Municipais do BE, do LIVRE e pelos 2 Deputados não inscritos (“Saudação IDAHOT 17 de maio”) porque, apesar de considerar essencial saudar e desclassificação da homossexualidade como doença mental e urgente combater quaisquer formas de violência e discriminação contra as pessoas LGBTQUIA+, entendo que, em nome das especificidades de violência que tantas vezes atinge estas pessoas, não se pode contribuir na prática para aumentar quer o estigma, quer a discriminação em função da orientação sexual e identidade de género.*-----

----- *O Representante do Grupo Municipal do Partido da Terra – MPT na Assembleia Municipal de Lisboa.*-----

----- *José Inácio Faria.”* -----

----- **12. APRECIACÃO DO VOTO 073/07 (PEV) - SAUDAÇÃO PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15º DO REGIMENTO; GRELHA A – 60 MINUTOS; VOTAÇÃO;**-----

----- (O **Voto 073/07 (PEV)** fica anexado à presente ata como **Anexo XVII** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar ao ponto 12 apreciação do Voto 73/07 do PEV, “Saudação Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, a Senhora Deputada Cláudia Madeira, para apresentação do voto.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhor Presidente em Exercício, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- Os Verdes apresentam uma saudação à Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, uma vez que passou a pertencer, como federada, ao Conselho Internacional das Mulheres. Este Conselho Internacional foi a primeira organização de mulheres a atuar no cenário internacional. Era profundamente caracterizado pela causa sufragista e visava a criação de Conselhos Nacionais em cada País, de forma a fortalecer a luta pela igualdade entre mulheres e homens e contra as injustiças sociais, políticas e económicas.-----

----- A primeira vez que Portugal aí esteve representado foi em 1914, através do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e a última participação num congresso internacional foi em 1938, o que se explica pela instabilidade política mundial. O próprio Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas foi dissolvido em 1947, pelas mãos da ditadura. -----

----- Ou seja, após 76 anos, Portugal regressa, pela segunda vez na história do movimento feminista português, ao Conselho Internacional de Mulheres, através da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres.-----

----- Nos dias de hoje, continuam a ser fundamentais as lutas por uma maior igualdade entre mulheres e homens, pelo fim da violência contra as mulheres e raparigas, pelos direitos sexuais e reprodutivos, pela resolução de conflitos e pela solidariedade durante os conflitos e guerras, contra o apartheid sexual e por uma Europa livre de prostituição.-----

----- A Plataforma Portuguesa pelos Direitos das Mulheres é uma associação que luta pelo Modelo da Igualdade na Europa e que combate os retrocessos nesta área com uma forte mensagem feminista.-----

----- E é nesse sentido que Os Verdes propõem que a Assembleia Municipal de Lisboa saúde esta associação pelo ingresso, como federada, no Conselho Internacional das Mulheres, assim como os movimentos que lutam pela igualdade de género, contrariando as injustiças sociais, políticas e económicas cometidas contra mulheres e crianças. -----

----- Obrigada”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Chamo a Deputada Sofia Vala Rocha.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Vala Rocha (PSD),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos.-----

----- Relativamente a esta saudação, o PSD vai votar a favor, porque em concreto, há aqui uma questão de, para além da questão geral, como é evidente, é sempre a florada da igualdade entre homens e mulheres, essa de uma forma geral, não levanta grande

celeuma ou grande dúvida é até pacífica, até porque, muitas vezes não é suficientemente densificada para que as pessoas frontalmente discordem dela.-----

----- Pese embora a análise que nós fazamos deste tema de que não tem trazido grandes efeitos práticos, as proclamações, porque o problema do atentado permanente aos direitos das mulheres e até de retrocesso que, nalguns casos se verifica, apesar destas proclamações, tarda a ver se efeitos práticos dessas mesmas proclamações. -----

----- Em concreto, há aqui uma posição de princípio em que o PCP e Os Verdes têm sido ao longo dos tempos, muitíssimo coerentes, que louvamos aqui e que a doutrina existente no PSD é igualmente coerente e os acompanha a saber. -----

----- Relativamente a uma questão muito específica que é aqui mencionada e que divide, nomeadamente, a esquerda, divide, esta questão em específico, divide bastante a esquerda. Eu creio que não divide a direita e aqui a doutrina do PSD é esta a saber. --

----- É uma violação grosseira dos direitos humanos, o sistema de prostituição, ou seja, o PSD acompanha completamente esta posição de princípio. Somos contra a prostituição, como qualquer forma de autodeterminação, de liberdade ou de trabalho, achamos, isso sim, que a prostituição é uma forma de escravatura humana que atinge essencialmente as mulheres, que é uma violação grosseira dos direitos humanos e, por conseguinte, de cada vez que esta questão for afluída, seja onde for, o PSD dirá presente e dirá isso mesmo. -----

----- A prostituição, é uma forma de atentar contra a dignidade das pessoas humanas, das pessoas, da dignidade humana e é uma afronta aos direitos humanos que nós não subscrevemos. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não há mais inscrições, vamos votar.” -----

----- O **Voto 073/07 (PEV)** foi **aprovado por maioria** com a seguinte votação: Favor: PS, PSD, CDS-PP, PCP, IL, CHEGA, PEV, PAN, MPT, ALIANÇA, LIVRE, contra: PPM, abstenção: BE, Deputado não inscrito Miguel Graça. -----

----- (Ausência da Deputada não inscrita Daniela Serralha nesta votação) -----

----- **13. APRECIACÃO DO VOTO 073/08 (PS) - SAUDAÇÃO PELAS FESTAS DA CIDADE, PELO MOVIMENTO ASSOCIATIVO E PELAS MARCHAS, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15º DO REGIMENTO; GRELHA A – 60 MINUTOS; VOTAÇÃO;**-----

----- (O **Voto 073/08 (PS)** fica anexado à presente ata como **Anexo XVIII** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar ao ponto 13, Voto 073/08, “Saudação Pelas Festas da Cidade, pelo Movimento Associativo e pelas Marchas”, apresenta o Senhor Deputado Miguel Coelho.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Senhor Presidente, -----
----- Senhoras e Senhores Deputados. -----
----- É um bocado uma certa frustração pessoal, não se estar a fazer esta saudação no início dos festejos, no início deste mês, as festas são a terminar, felizmente, correram bem e ainda bem correu. -----
----- Quero naturalmente, felicitar a Marcha da Bica, por ter sido declarada vencedora na noite do desfile na Avenida da Liberdade. Era uma marcha bonita e quero, naturalmente, felicitar todas as associações, todas as coletividades, todos os marchantes todos os envolvidos nas organizações das marchas populares, desde as costureiras, os figurinistas, os ensaiadores, os músicos, os bateristas, enfim, e os marchantes, os marchantes, rapazes e raparigas dos bairros, infelizmente, já é uma raridade fruto desta gentrificação acelerado e que estão a ocorrer nalguns bairros e considero os mesmos a par das coletividades, quem organiza as marchas populares, os guardiões de um certo tipo de cultura popular, que importa preservar na nossa cidade, na perspetiva de que eles também são um bocado, garante da nossa autenticidade. -----
----- Felizmente para mim, presido a uma freguesia, que tanto tem a ópera e o São Carlos de um lado e a música erudita e a cultura erudita e do outro lado tem as marchas populares e os festejos das sardinhas assadas. Á bocado o Senhor Deputado Sobreda Antunes, dizia-me que nunca mais o convido, vá, à Mouraria, comem-se lá das melhores sardinhas assadas da nossa cidade, mas, portanto, queria dizer, cumprimentar também a EGEAC, pela forma como organizou muitos destes festejos e dizer que esperemos que para o ano que vem as coisas corram também como correram este ano e uma forte saudação ao movimento associativo, às coletividades, porque são eles, de facto, o garante desta pujança popular, que nós tão bem demonstrámos este ano e que certamente, continuaremos a demonstrar para o ano que vem. -----
----- Muito obrigado.” -----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----
----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----
----- “Chamo o Deputado Bruno Mascarenhas prepara a Deputada Sofia Vala Rocha. --
----- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Mascarenhas (CHEGA)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Mas uma vez, muito obrigado, Senhor Presidente em Exercício. -----
----- Quanto a este voto de saudação apresentado pelo PS a favor das festas da cidade, pelo movimento associativo e pelas marchas muito semelhante, aliás, ao apresentado no ano passado, que refere as festas das ruas, dos bairros da cidade de Lisboa. -----
----- O Grupo Municipal do CHEGA considera fundamental toda a dinâmica criada em torno da apresentação destas festas e das marchas populares apresentadas pelas diferentes coletividades e bairros da cidade, pelo que iremos naturalmente votar a favor. -----

----- Os primeiros concursos de marchas populares remontam a 1932 em que o chamado pai das marchas populares, José Leitão de Barros, desenvolveu com o objetivo de chamar a atenção dos lisboetas e reanimar também o Parque Mayer. -----

----- Salientamos a preocupação do PS, numa atividade tão importante para a cidade de Lisboa, apesar desta ter sido popularizada no antigo regime foi adotada pela democracia representativa. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Chamo a Deputada Sofia Vala Rocha.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Vala Rocha (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Relativamente a esta saudação, o PSD acompanha com grande entusiasmo e alegria este voto de saudação, tendo, acrescentar duas ou três coisas a este respeito. ----

----- Em primeiro lugar, a aposta deste executivo relativamente às marchas, uma aposta que é do executivo inteiro, mas uma aposta muito pessoal do Presidente de Câmara, porque eu à entrega dos prémios das marchas, o ano passado no Salão Nobre, o tema do ano passado era a Amália das marchas este ano foi o Parque Mayer e quando estávamos presentes quem lá estava sabe que é assim, quando estávamos presentes na entrega dos prémios, o Presidente Carlos Moedas anunciou ali em primeira mão, um reforço muito grande da verba para as coletividades e associações, justamente para fazer face à inflação e aos custos acrescidos. E esse investimento tremendo que foi feito, foi recebido com grande entusiasmo pelas associações e coletividades, porque, obviamente, esse dinheiro era fundamental.-----

----- Portanto, há aqui uma aposta muito grande, há uma aposta muito grande nas marchas e nas festas no mês inteiro, mas nas marchas em particular. -----

----- Uma outra nota que eu acho que merece aqui destaque. Nós apresentamos isto como uma tradição de Lisboa é, mas é fortíssima no país inteiro. Eu não sei se tem exatamente consciência disso, mas a RTP que transmite as marchas e a RTP não costuma ter, não costuma ganhar as audiências em nenhum dia do ano, salvo em acontecimentos muito específicos, como, por exemplo, o futebol, quando recentemente o final da Taça, por exemplo. -----

----- Há um evento que concorre em termos de audiências com este, que são as marchas e no dia 12 de junho de cada ano, a RTP faz a transmissão e naquelas quatro ou cinco horas, a RTP é líder incontestado da audiência, e este ano voltou a acontecer a mesma coisa e por volta das 10 da noite do dia 12 de junho, a RTP estava com um milhão e trezentos mil espectadores. E aquilo que eu quero dizer é que o país inteiro, há pessoas que estão aí na bancada a torcesse, mas eu fico feliz que o país inteiro, a par de olhar para a *reality shows* e coisas do género e se ponha a ver o que são as tradições do nosso país e o que são as tradições do povo e populares e muito

autênticas e muito, muito vívidas e muito sentidas, ou seja, o país inteiro interessa-se por isto, gosta das tradições, aplaude e fica entusiasmado.-----

----- Portanto, acho que é uma honra que nós em Lisboa, façamos isto com esta qualidade, que tenha tudo corrido bem e uma nota, se me permitem, no dia a seguir quando acordámos Lisboa estava absolutamente impecável, fruto da ação de todas as juntas de freguesia e do executivo municipal que puseram as pessoas na rua, a festa é linda, a marcha é linda e Lisboa é linda.-----

----- Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada.-----

----- Não temos mais inscrições, vamos pôr à votação o Voto 073/08 do PS.”-----

----- **O Voto 073/08 (PS) foi aprovado por unanimidade e aclamação.**-----

----- **Ausência da Deputada não inscrita Daniela Serralha nesta votação)**-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O voto foi aprovado por unanimidade.-----

----- A Iniciativa Liberal fará uma declaração de voto, faça favor, Senhora Deputada.”-----

----- **O Grupo Municipal da Iniciativa Liberal** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente.-----

----- O Partido Socialista aproveita um voto de saudação pelas Festas da Cidade, para meter a colher e acenar com a bandeira da gentrificação e com a ameaça da pressão da das casas. Não se percebe é como é que em catorze anos em que estiveram à frente dos destinos da cidade, não tenham implementado políticas públicas de habitação que funcionassem. Perante coletividades que dizem ser tão importantes, não exerceram o direito de preferência, que é um direito que assiste à Câmara.-----

----- O Programa Renda Segura foi um flop, as seis mil casas para arrendamento acessível, não existem. Deixaram dois mil casas municipais devolutas, deixaram oitocentas casas municipais ocupadas ilegalmente, mas são exímios a sinalizar virtudes que não tem.-----

----- Quero aproveitar para felicitar as Festa da Cidade e as nossas marchas, em particular à Bica que foi a vencedora deste ano.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **14. APRECIACÃO DA RECOMENDAÇÃO 073/02 (IL) - PELA APLICAÇÃO DO DESCONTO NA TARIFA DE ESTACIONAMENTO NA VIA PÚBLICA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15º DO REGIMENTO; GRELHA A – 60 MINUTOS; VOTAÇÃO;**-----

----- (A **Recomendação 073/02 (IL)** fica anexada à presente ata como **Anexo XIX** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar ao 14, Recomendação 073/02 da Iniciativa Liberal, “Pela aplicação do desconto da tarifa de estacionamento na via pública”, Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves apresenta a recomendação. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (IL)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente em Exercício, -----

----- Senhoras Secretárias, -----

----- Senhores Vereadores,-----

----- Senhores Deputados Municipais. -----

----- A Iniciativa Liberal traz hoje a este plenário uma recomendação no sentido de a Câmara aplicar a redução tarifária, que está prevista para o estacionamento quando este ocorra por meio de pagamento eletrónicos. -----

----- O Regulamento Geral de Estacionamento atualmente em vigor, prevê essa redução e prevê, desde dezembro de 2020, quando ele foi votado e aprovado aqui nesta Assembleia Municipal.-----

----- Referia a proposta de altura como fundamentação, o incentivo ao recurso, ao pagamento por meios eletrónicos, pois tal reduziria os impactos gerados pelas atividades de apoio exigidas pelo recurso a parquímetros, como, por exemplo, a manutenção e coleta, a redução da despesa de investimento com novas máquinas, a redução de consumíveis, como, por exemplo, o papel para a emissão dos tickets de estacionamento, também era feita uma referência, a uma maior eficiência no processo de fiscalização do estacionamento, todos estes pressupostos mantêm-se válidos, hoje em dia. -----

----- Esta redução está aliás, consagrada no Anexo 6 do Regulamento Geral de Estacionamento e Paragem na Via Pública.-----

----- Segundo dados da EMEL relativos a 2022, 59% dos pagamentos de estacionamento foram feitos por recursos a meios eletrónicos, e a empresa tem uma equipa de cerca de quarenta pessoas, exclusivamente afetas à atividade dos parquímetros, atividade como coleta, contagem e depósito de moedas, calibragem e manutenção das máquinas. -----

----- A implementação e o crescimento do recurso a pagamento por meios eletrónicos permitirá, inclusive libertar parte desta equipa e, por exemplo, reafectá-la a outras atividades da EMEL, evitando assim também novas contratações e novos aumentos de despesa que estão previstos, aliás, no respetivo Plano de Atividades. -----

----- Senhor Presidente e Senhores Deputados, tudo o que foram alterações que levaram a que o estacionamento ficasse mais caro em Lisboa foram concretizadas, quer a criação das zonas pretas e castanhas, quer a passagem de zonas verdes a amarelas ou de amarelas a vermelhas. -----

----- Esta medida que prevê uma pequena redução na tarifa de estacionamento tem ficado na gaveta, o que hoje a Iniciativa Liberal aqui propõe é que se avance com esta redução dos 5% na tarifa para pagamentos, que ocorram por meios eletrónicos, dando cumprimento, aliás, àquilo que é o Regulamento de Estacionamento atualmente em vigor.-----

----- Obrigado” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Dou a palavra ao Deputado Luís Coelho do PS.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Coelho (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal, -----
----- Senhoras e Senhores Vereadores, -----
----- Caras e Caros Deputados Municipais. -----

----- Sobe hoje a plenário, uma recomendação para que a Câmara Municipal comece a aplicar o desconto na tarifa de estacionamento na via pública, sempre que o respetivo pagamento seja efetuado por meios eletrónicos. -----

----- Esta medida consta no Regulamento Geral de Estacionamento e Paragem na Via Pública, aprovado por esta Assembleia Municipal em 17 de dezembro de 2020, mas só entrou em vigor em março de 2021, nas vésperas da campanha eleitoral para as eleições autárquicas. -----

----- Surpreende por isso que a atual vereação da Câmara Municipal, já com quase dois anos de Governo da cidade, não tenha instruído os conselhos de administração de empresa que tutela tanto o anterior como o atual, para pôr em prática esta medida. -----

----- Importa referir que o pagamento por meios eletrónicos é uma prática que já se está a tornar um hábito para a maioria dos utilizadores da EMEL pela comodidade que proporciona, mesmo sem a EMEL ter colocado em prática o desconto de 5%, o que permitia aos utilizadores uma poupança de alguns cêntimos, que variam entre os 4 e os 15 cêntimos por hora, consoante a tarifa de estacionamento. E apesar de a EMEL ter em funcionamento o seu próprio sistema ePARK para pagamento do estacionamento por via eletrónica, verifica-se na prática que o mesmo não teve nem tem grande recetividade. A preferência dos utilizadores foi para outras aplicações mais abrangentes, que certamente oneram a EMEL com uma comissão de serviço. -----

----- Contudo, é importante que fique definido que implementação desta medida que usa as novas tecnologias, não poderá ser feita à custa da redução dos trabalhadores alocados à fiscalização do estacionamento, seja ele de que tipo for. -----

----- No entanto, esta recomendação visa somente deste desconto que está plasmado no regulamento, uma medida que é a todos os títulos de saudar, embora seja meramente estrutural e economicistas. Estranha-se, por isso, que a Iniciativa Liberal não tenha ido mais além, com recomendações adicionais para que se cumpram outras medidas que também estão neste mesmo regulamento, medidas que se verificam no dia a dia e que não são cumpridas nem tão pouco fiscalizadas eficazmente com, por exemplo, todo o capítulo referente às cargas e descargas que se continua a verificar que estão um caos por toda a cidade. -----

----- Este mesmo regulamento vem contribuir para criar as condições necessárias para a sua normalização, contudo, não estão a ser aplicadas as regras para as cargas e descargas para cidade.-----

----- Também a intenção do Senhor Presidente Carlos Moedas de querer acabar com o bloqueio de automóveis indevidamente estacionados, tal como imprensa fez eco recentemente merece aqui uma referência.-----

----- Apesar de todos termos consciência de ser gravemente penalizadora para o utente esta medida serve acima de tudo como desincentivo à prevaricação e aos incumprimentos de outros cidadãos, e porque essa medida consta do atual regulamento nunca poderá ser revogada desta maneira tão simples, apesar da simpatia que lhe esteja associada. -----

----- Senhor Presidente em Exercício, Senhoras e Senhores Deputados, porque estamos a falar do mais importante regulamento, relacionado com a mobilidade na cidade tenho de aproveitar este momento para fazer algumas perguntas. -----

----- Como está a situação de outro regulamento que iria fomentar a rede de carregadores elétricos na cidade?-----

----- Será que continua na gaveta depois de já se ter efetuado a consulta pública há dois anos? -----

----- Os lisboetas que não têm garagem, vão continuar desprovido de opções para carregar os seus veículos elétricos? -----

----- E no que diz respeito ao estacionamento na cidade, convém referir aqui que a EMEL não está a investir os seus resultados económicos no parque projetado para Campo de Ourique, nem dos parques dissuasores, na Pontinha ou no Alto de São João.-----

----- Tão pouco se ouve falar da situação dos oito parques de estacionamento, cujas concessões ficaram prontas para se iniciar a construção em zonas residenciais críticas, como a Penha de França, Alvalade, Beato, Avenidas Novas, mas estes temas ficarão para debater numa melhor oportunidade nesta assembleia.-----

----- No caso concreto, desta recomendação, para que a Câmara Municipal comece a aplicar o desconto na tarifa de estacionamento da via pública, sempre que o respetivo pagamento seja efetuado por meios eletrónicos, o Grupo Municipal do Partido Socialista dará o seu voto favorável. -----

----- Disse! -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não há mais inscrições, não sei se o Senhor Deputado Rodrigo Mello, quer encerrar? Não! Vamos passar à votação.”-----

----- A **Recomendação 073/02 (IL)** foi **aprovada por maioria** com a seguinte votação: Favor: PS, PSD, CDS-PP, IL, CHEGA, PEV, MPT, ALIANÇA, contra: PCP, PAN, PPM, abstenção: BE, LIVRE. -----

----- **(Ausência dos(as) Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça nesta votação)**-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Recomendação 073/02 da Iniciativa Liberal foi aprovada, com declaração de voto do LIVRE e do PCP.”-----

----- **O Grupo Municipal do PCP,** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “*Declaração de Voto* -----

----- *O Grupo Municipal do PCP votou contra a Recomendação 073/02 da IL porque, trata tão só de recomendar a aplicação simples do regulamento da EMEL, o qual, por sua vez, não mereceu a aprovação do PCP, que considera que a taxaçoão massiva do espaço público não resolve os problemas relacionados com o estacionamento na cidade de Lisboa.* -----

----- *Foi nesse sentido que o Grupo Municipal do PCP submeteu a debate e votação a Recomendação 080/02 intitulada: “Massificar a Tarifaçoão do Estacionamento em Lisboa não Cria Lugares de Parqueamento, Apenas os Torna Pagos”, durante o anterior mandato e no mandato em curso apresentou a Recomendação 061/03 intitulada: “Enfrentar os Problemas do Estacionamento em Benfca Encontrando Soluçoões Justas”, onde retoma algumas das propostas anteriormente colocadas.*-----

----- *É ainda de referir que os cidadãos da Freguesia de Benfca participaram de forma expressiva num recente referendo rejeitando de forma clara a taxaçoão massiva do estacionamento na sua freguesia.* -----

----- *Ainda, acresce que o PCP tem uma posição de princípio em relação à EMEL, a sua função e desígnio, que muito embora não estivesse em debate a propósito da recomendação sobre a qual recai a presente declaração de voto, é reflectida no sentido de voto do PCP.* -----

----- *Por último, sublinha-se que a proposta em apreço não se destina a resolver os problemas reais nem a modificar toda uma política de estacionamento e mobilidade na cidade, mas, tão só, mistificar o problema e camuflar as reais opções políticas dos proponentes quanto ao pagamento massivo do estacionamento no território de Lisboa e ainda, no seu texto, induz a ideia da possibilidade de redução de 40 postos de trabalho na EMEL.* -----

----- *Assembleia Municipal de Lisboa, 28 de Junho de 2023.”*-----

----- (O Grupo Municipal do LIVRE não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto referente à Recomendação 073/02 (IL). -----

----- **15. APRECIACÃO DO VOTO 073/09 (PEV) - SAUDAÇÃO 55 ANOS DA GREVE DA MALA DA CARRIS EM 1968, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15º DO REGIMENTO; GRELHA A – 60 MINUTOS; VOTAÇÃO;**-----

----- (O Voto 073/09 (PEV) fica anexada à presente ata como **Anexo XX** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar ao ponto 15, o Voto 73/09 do PEV, “Saudação 55 anos da Greve da Mala da Carris em 1968”. -----

----- Apresenta o Senhor Deputado Sobreda Antunes, prescinde. Não há inscrições. ----

----- Podemos passar à votação.-----

----- O **Voto 073/09 (PEV)** foi **aprovado por maioria** com a seguinte votação: Favor: PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, IL, PEV, PAN, MPT, PPM, ALIANÇA, LIVRE, Abstenção: CHEGA -----

----- (**Ausência dos(as) Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça nesta votação**)-----

----- **16. APRECIACÃO CONJUNTA DOS SEGUINTE VOTOS DE SAUDAÇÃO À CASA DO ALENTEJO; GRELHA A – 60 MINUTOS:**-----

----- **16.1. VOTO 073/11 (PCP) - SAUDAÇÃO CASA DO ALENTEJO - 100.º ANIVERSÁRIO DA SUA FUNDAÇÃO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15º DO REGIMENTO; VOTACÃO:**-----

----- (O **Voto 073/11 (PCP)** fica anexada à presente ata como **Anexo XXI** e dela faz parte integrante)-----

----- **16.2. VOTO 073/21 (MPT) – SAUDAÇÃO CENTENÁRIO DA CASA DO ALENTEJO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15º DO REGIMENTO; VOTACÃO:**-----

----- (O **Voto 073/21 (MPT)** fica anexada à presente ata como **Anexo XXII** e dela faz parte integrante)-----

----- **VOTO 076/02 (PEV) – APRESENTADO NO ÂMBITO DA APRECIACÃO DOS VOTOS DE SAUDAÇÃO À CASA DO ALENTEJO – SAUDAÇÃO AO CENTENÁRIO DA CASA DO ALENTEJO:**-----

----- (O **Voto 076/02 (PEV)** fica anexada à presente ata como **Anexo XXIII** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar ao ponto 16, “Apreciação conjunta dos seguintes votos de Saudação à Casa do Alentejo”, o Voto 73/11 do PCP e o Voto 73/21 do MPT e o Voto 76/02 do PEV. -----

----- Para apresentar o voto do PCP se for esse o entendimento da Senhora Deputada tenho aqui a inscrição da Senhora Deputada Natacha Amaro, tem a palavra.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todos, mais uma vez.-----

----- O voto de saudação que apresentamos hoje, pretende celebrar e homenagear o centenário de uma associação regionalista e cultural, a Casa do Alentejo, fundada há cem anos e a mais de noventa no extraordinário Palácio Alverca, nas Portas de Santo Antão.-----

----- A Casa do Alentejo tem sido um marco na cidade de Lisboa, do ponto de vista cultural, histórico, turístico, gastronómico e etnográfico. Uma associação regionalista

que foi impulsionada pelo movimento migratório do interior em direção às cidades, no início do século passado, propiciada pelas saudades sentidas pela diáspora alentejana. -----

----- Durante o fascismo, mesmo com condicionamentos pelo regime, a Casa do Alentejo manteve a sua atividade em áreas tão fundamentais para a época como uma escola primária feminina, lições de piano e canto, um gabinete médico, outras formações e cursos pedagógicos. -----

----- Com a Revolução de Abril, a Casa do Alentejo reforçou a sua atividade alargou o seu âmbito, cresceu em sócios, em prestígio e em reconhecimento. -----

----- Além da representação e promoção da região alentejana, tornou-se um espaço de divulgação de cultura e património de reforço do associativismo e a intervenção cívica e popular, uma sede para debate e participação democrática. -----

----- Das muitas realizações desta importante associação, temos que destacar o seu papel fundamental na candidatura do cante a Património Imaterial da Humanidade, que a todos nos orgulha. -----

----- Por essas razões, pelo papel que teve e que tem, não podíamos deixar de enaltecer o papel da Casa do Alentejo em Lisboa, mas também no país e assim homenageá-lo com este voto de saudação pelos seus cem anos.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.” -----

----- Chamava agora o Senhor Deputado José Inácio Faria para apresentação do voto, também sobre a Casa do Alentejo.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Senhor Presidente, Mesa, Senhores Vereadores, Colegas e Público presente. -----

----- O MPT apresenta nesta sessão plenária um voto de saudação pelo centenário da Casa do Alentejo. -----

----- A Casa do Alentejo, criada como Grémio Alentejano no dia 10 de Junho de 1923, é uma das mais antigas e relevantes associações regionalistas do País, tendo, ao longo de cem anos, sido um importante polo de apoio social à comunidade de origem alentejana que chegava a Lisboa à procura de melhores condições de vida, e é hoje não só um ponto de convívio dos alentejanos que procuram manter vivas as tradições culturais da sua região de origem e um local de partilha da cultura e identidade alentejanas com todos aqueles que a visitam, mas também um bom exemplo no que respeita à recuperação e preservação do belíssimo Palácio Alverca, classificado como Monumento de Interesse Público, onde está instalada desde 1932. -----

----- Ostentando o lema “Um Povo, uma Cultura, uma Região”, nesta embaixada do Alentejo na capital portuguesa são promovidos debates e exposições, dança-se, escutam-se os cantares típicos e, claro, usufrui-se dos prazeres da rica gastronomia alentejana no restaurante ou na taberna de petiscos.-----

----- Razões estas pelas quais, o MPT submeteu este voto com o qual pretende saudar a Casa do Alentejo, os seus dirigentes e associados por um século de vida ao serviço da dinamização, promoção e preservação da cultura das gentes de Além Tejo na cidade de Lisboa bem como congratular a Câmara Municipal de Lisboa, caso delibere vir a decidir atribuir a Medalha Municipal de Mérito da Cidade de Lisboa à Casa do Alentejo, pelos serviços prestados por esta associação na dinamização cultural da cidade.-----

----- Muito Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado, chamo o deputado do PEV não apresentam prescindem, muito obrigada”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Chamo a Deputada Simonetta Luz Afonso, para intervir neste ponto, prepara a Deputada Madalena Natividade.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente,-----

----- Excelentíssima Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Funcionários, Público presente.-----

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista saúda a Casa do Alentejo pelo seu centenário e pela sua resiliência, que lhe permitiu com a nossa colaboração e da 7ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal e dos Senhores Deputados, encontrar novas formas de apoio da Câmara e do Estado para ultrapassar os problemas financeiros gerados pela pandemia no momento em que, após um importante investimento no património classificado, onde se localiza a sua sede, deixou de ter receitas da sua atividade turística e cultural.-----

----- Refiro este facto, nesta hora de festa para sublinhar a capacidade da Casa do Alentejo de saber ultrapassar as dificuldades supervenientes, como as que inesperadamente foram provocadas pela pandemia e assim conseguiu chegar aos cem anos de atividades.-----

----- A Casa do Alentejo é a verdadeira embaixadora do Alentejo na capital, tendo ao longo destes cem anos desempenhado um papel social, cultural e turístico, promovendo a região do Alentejo na capital e valorizando as suas gentes e os seus usos, costumes e gastronomia, e também devido à disponibilização das suas belíssimas instalações no Palácio Alverca tem desempenhado um importante papel como espaço de eventos culturais e de visita aberto à cidade.-----

----- Termino como comecei, saúdo o centenário e longos anos à Casa do Alentejo, à sua importante atividade enriquecedora da vida cultural da cidade de Lisboa.-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Chamo a Deputada Madalena Natividade do CDS.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Madalena Natividade (CDS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente em Exercício,-----

----- Senhores Vereadores,-----

----- Senhores Deputados, Meus Senhores, Minhas Senhoras.-----

----- Sobre o voto de saudação à Casa do Alentejo, tem o CDS a dizer que, num tempo em que se cancelam artistas, em que são apagados perfis de redes sociais e livros só reescritos para a caberem nos conceitos das minorias, corremos o sério risco de ver a opinião e o comportamento das comunidades condicionados e normalizados.-----

----- Por isso, é precisamente este o tempo de falar de cultura e de culturas, para que a voz da maioria seja respeitada. Dito de outra maneira, é importante que o espaço, a liberdade e a consideração, que devemos reconhecer aos grupos mais pequenos, não impeçam um espaço a liberdades e a consideração que devemos aos grupos maiores. --

----- Hoje é altura de discriminar um grupo específico dentro destas organizações, no passado muitas vezes menosprezado, falo das casas regionais, tão bem representadas pela Casa do Alentejo, cujo centenário comemoramos este ano.-----

----- As casas regionais, tal como a Casa do Alentejo, são o espelho da multiplicidade de experiências de vida, que compuseram e continuam a compor Lisboa.-----

----- Foram os principais lugares de encontro, de convívio e de suporte para quem procurava em Lisboa melhores condições de vida. Estas pessoas e estes espaços formaram uma cidade mais diversa e multicultural, mas também mais portuguesa.-----

----- As casas regionais tinham inicialmente também outra função quebrar o isolamento e o subdesenvolvimento das regiões, ajudar os estudantes das partes remotas do país a estudar nas universidades da capital, promovendo depois o seu regresso à terra para desenvolverem trabalho qualificado.-----

----- Hoje, estas quarenta associações registadas funcionam como embaixadas culturais de todos os pontos do país promovem, a história, arte e costumes de cada região, mas não só. Ocupam-se tanto com a divulgação de cada cidade ou região, como da satisfação das comunidades locais.-----

----- Por detrás da classificação do cante a Património Imaterial da Humanidade, está um longo trabalho, que foi devido ao grande empenho da Casa do Alentejo, entre outras organizações que funcionavam como um espaço de salvaguarda da história coletiva.-----

----- A Casa do Alentejo é um exemplo de património pela sua relação com o local da sua sede. Um Palácio do século XVII que nas suas paredes incrivelmente mantidas por esta instituição é também contada a história de Lisboa.-----

----- Seria natural, considerando o exemplo da Casa do Alentejo, se se apostasse mais nas casas regionais, que a Câmara Municipal apoiasse logística e financeiramente, estas organizações tão multifacetadas. Sim, é óbvio, mas nem sempre foi assim.-----

----- A esquerda urbana e os seus preconceitos com a cultura popular condicionaram a aposta municipal nas casas regionais, mantendo-a a uma mera manifestação de saudosismo.-----

----- Preferiram ignorar o trabalho destas casas regionais em prol de Lisboa e o seu papel na construção da cidade, preferiram continuar a promover antagonismos, em que a esquerda tanto se alimenta, intelectuais desse versus retrógrados, rural versus urbano e cultura internacional versus folclore. Ignoraram precisamente aquilo que nos torna lisboetas, cosmopolitas e únicos. A consequência foram eventos espaçados no tempo mal divulgados na agenda cultural e relegados para espaços fechados e isolados.-----

----- Querem uma prova de que este paradigma mudou?-----

----- Não foi só o investimento monetário, estava escrito na GOP, o objetivo de alargar o conceito das Festas de Lisboa, à participação das Casas Regionais, estava inscrito e foi cumprido pelo executivo Novos Tempos.-----

----- Tivemos um Encontro de Associativismo e Regionalismo da Cidade de Lisboa, em plena Alameda, durante três dias de programação, que inclui concertos, folclore, feiras de artesanato e mostra gastronómica.-----

----- A Casa do Alentejo esteve lá. Lisboetas de todas as idades puderam conhecer e interagir com o que de melhor se faz no nosso país, promovido pelas Casas Regionais.-----

----- Por detrás dos valores do investimento claro deste executivo, há uma intenção política clara, considerar a cultura popular como cultura e não como uma expressão inferior, seja uma biblioteca, seja um rancho folclórico. Se os lisboetas se identificam, ambas as ofertas devem ser exploradas pela via municipal ou através das coletividades do concelho.-----

----- Foi esta intenção está a ser concretizada pelos Novos Tempos.-----

----- Se uma coletividade enfrenta problemas no edifício em que se encontra, a Câmara tenta encontrar solução dentro dos imóveis municipais. Aconteceu com a Casa da Comarca da Sertã, que mudou da Rua da Madalena para as Olivais, por exemplo.-----

----- Se a instituição enfrenta dificuldades em relançar-se depois da pandemia, poderá candidatar-se ao Programa Recuperar Mais para o apoio a entidades sem fins lucrativos.-----

----- A Câmara Municipal, especialmente, a equipa de cultura, liderada pelo Vereador Diogo Moura tem procurado resolver os problemas que surgem, mas dando sempre autonomia às Casas Regionais, não comprometendo a sua independência ou promovendo a subsidiodependência.-----

----- Permitam-me citar um dos pontos grandes, das GOP, apoiar e acompanhar o trabalho desenvolvido pelas Casas Regionais e valorização no seu papel na ligação das tradições regionais, à identidade de Lisboa, está escrito, está a ser cumprido pelos Novos Tempos.-----

----- Tenho a certeza que não ficaremos por aqui, em relação ao trabalho com as Casas Regionais, tomando como exemplo a Casa do Alentejo, e também não ficaremos por aqui nas celebrações do centenário da Casa do Alentejo, porque o CDS-PP está certo

que muitos outros centenários se seguiram, sobretudo numa altura em que o ensino artístico é tão valorizado nos rankings das melhores escolas, continuar a apostar no ensino da música descentralizado através destas organizações é o futuro, numa altura em que se fala de perda de identidade, de massificação do turismo e de sustentabilidade social, divulgar autenticidade e a identidade das regiões em Lisboa é o futuro. -----

----- Numa altura em que os extremismos, a autocensura e intolerância ameaçam florescer, o futuro é o trabalho na cultura dos Novos Tempos. -----

----- Termino com uma reflexão pessoal, o anterior Presidente da Câmara de Lisboa nasceu no Porto, o atual nasceu em Beja, nem de propósito, um alentejano, mas esta cidade é mesmo cosmopolita, aqui ninguém questiona de onde vimos apenas o que fazemos. -----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Gonçalo da Câmara Pereira do PPM.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo da Câmara Pereira (PPM)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, é só saudar a Casa do Alentejo e lembrar os nossos colegas e os senhores vereadores que aqui estão, que a Casa do Alentejo é a única que ainda tem no seu conselho chamado Conselho de Olivença, e defende a sua verdade e como Olivença, como terra portuguesa.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados vamos passar à votação dos documentos. -----

----- A Câmara quer intervir, tem a palavra o Senhor Vereador Diogo Moura.”-----

----- **O Senhor Vereador Diogo Moura**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente em Exercício.-----

----- É muito rápido, devido ao adiantado da hora, dizer apenas também que subscrevo aquilo que foram as várias intervenções a salutar a Casa do Alentejo, os seus cem anos e dizer aos Senhores Deputados, que propôs aqui a atribuição da medalha de mérito cultural que a Câmara Municipal de Lisboa, por proposta minha e do Senhor Presidente, já entregou à Casa do Alentejo no dia 10 de Junho, não a medalha de Mérito Cultural, mas a medalha de Honra da Cidade de Lisboa. -----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Vereador, agora sim, vamos passar à votação dos documentos.” -----

----- O Voto 073/11 (PCP) foi aprovado por unanimidade. -----

----- (Ausência dos(as) Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça nesta votação)-----

----- O Voto 073/21 (MPT) foi aprovado por unanimidade. -----

----- (Ausência dos(as) Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça nesta votação)-----

----- O Voto 076/02 (PEV) foi aprovado por unanimidade. -----

----- (Ausência dos(as) Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça nesta votação)-----

----- **17. APRECIACÃO DO VOTO 073/12 (PEV) - SAUDAÇÃO DIA MUNDIAL DA BICICLETA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15º DO REGIMENTO; GRELHA A – 60 MINUTOS; VOTACÃO;**-----

----- (O Voto 073/12 (PEV) fica anexada à presente ata como Anexo XXIV e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar ao ponto 17, Voto 73/12 do PEV, “Saudação Dia Mundial da Bicicleta”, tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira, para apresentar o voto.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhor Presidente, em Exercício,-----

----- Senhora Secretária, Senhora Vereadora e Senhores Deputados. -----

----- Os Verdes propõem saudar o Dia Mundial da Bicicleta, que se assinalou já no passado dia 3 de Junho, pretendendo celebrar o uso da bicicleta, do ciclismo e, por conseguinte, de um futuro mais sustentável. Aliás, o tema deste ano foi: “Celebre a bicicleta na criação de sociedades mais sustentáveis, saudáveis e inclusivas”.-----

----- Os Verdes têm insistentemente defendido que a opção pela bicicleta e outras modalidades de deslocação alternativas ao automóvel particular, em complementaridade e associadas ao incremento do transporte público coletivo, designadamente em meio urbano, apresentam vantagens inegáveis que justificam plenamente o incentivo e a promoção pública das mesmas.-----

----- Com efeito, são evidentes os benefícios para a saúde, decorrentes não apenas do exercício físico, mas da melhoria em geral do ambiente urbano pela diminuição de emissões poluentes para a atmosfera, apresenta ainda vantagens assinaláveis em termos de humanização do espaço público, descongestionamento do trânsito e da via pública e, finalmente, na poupança da fatura energética. -----

----- Por todas essas razões, Os Verdes sempre defenderam o uso mais generalizado da bicicleta na cidade e a criação de condições para tal, e temos apresentado aqui na Assembleia diversas propostas nesse sentido. Relembramos também que na Assembleia da República Os Verdes foram o primeiro partido a apresentar propostas

com vista a promover a mobilidade suave em geral e o uso da bicicleta em particular, nomeadamente através da criação de uma Rede Nacional de Ciclovias e da adoção de um Plano Nacional de Promoção da Bicicleta e outros Modos de Transportes Suaves. -

----- Neste ponto, não podemos deixar de salientar que a mobilidade é um factor fundamental para o desenvolvimento e a qualidade de vida da cidade, sendo da maior importância a medida finalmente implementada pela Câmara, e reivindicada pelo PEV, da gratuitidade das bicicletas Gira para residentes em Lisboa titulares do passe Navegante, sendo ainda importante alargá-la ao Passe Navegante da Área Metropolitana de Lisboa e a todos os utilizadores que vivem e trabalham em Lisboa. --

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Isabel Mendes Lopes do LIVRE.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Mendes Lopes (LIVRE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “É hoje indiscutível o papel que a bicicleta tem na transição das cidades para serem cidades melhores para viver e com melhor qualidade ambiental.-----

----- Todas as pessoas ganham quando mais gente anda de bicicletas, mesmo aquelas que não andam.-----

----- Com o aparecimento das bicicletas elétricas, das bicicletas dobráveis, das bicicletas de carga, vamos conseguindo dar resposta a tantos condicionantes que antes eram apontados para a bicicleta não ser usada em Portugal. -----

----- O investimento em infraestruturas cicláveis e na rede Gira nos últimos anos, foi essencial para Lisboa ser uma das cidades onde a quota modal da bicicleta, mais aumentou, mas desde a tomada de posse deste executivo, este investimento de infraestrutura parou. Aguarda-se quase há dois anos, por um estudo sobre a rede atual, são dois anos desperdiçados quando se deveria ter acelerado. -----

----- Felizmente, algumas iniciativas mantêm-se e têm sucesso. É o caso do comboio de bicicletas, que todas as semanas assegura a ida de centenas de crianças em bicicletas para a escola, e é fácil ver o entusiasmo de quem participa nestes comboios e que mostra a importância de garantir mais condições para que mais crianças e mais pessoas adultas consigam ir para escola ir trabalhar, deslocar-se em Lisboa de bicicleta e, para isso é preciso reduzir a velocidade de circulação rodoviária, alterar o desenho das ruas, criar mais ciclovias, criar mais segurança. -----

----- Também criar mais “*BiciParques*”, que permitam que as pessoas consigam guardar a bicicleta em segurança e que não precisam de a levar escadas acima para a guardar em casa. -----

----- Se Lisboa quer ser neutra em carbono, em 2030, tem de garantir iniciativas que aumentem o número de pessoas a andar de bicicleta e a pé e de transportes públicos e

garantir as condições para que as pessoas não precisem de usarem o automóvel. Faltam menos de sete anos para 2030 e o tempo corre. -----

----- No dia 3 de junho do ano passado, Dia Mundial da Bicicleta, um conjunto de seis países europeus apresentou a Declaração pela Mobilidade Ciclável e defendeu que 2024, seja o ano da bicicleta e que haja uma estratégia europeia para a mobilidade ciclável com alocação de financiamento.-----

----- Entretanto, mais países se juntaram e Parlamento Europeu emitiu uma moção já este ano, dizendo mesmo.-----

----- A Assembleia da República...”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Deputada, queira concluir.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Mendes Lopes (LIVRE)**, no uso da palavra continuou a sua intervenção:-----

----- “Estou mesmo a concluir.-----

----- A Assembleia da República por proposta do LIVRE, já recomendou ao Governo que se juntasse também e que alocasse recursos à Estratégia Nacional para a Mobilidade Ciclável para conseguir efetivar.-----

----- Neste dia 3 de junho deste ano, assinalamos, de facto, a falta de investimento em bicicletas em Lisboa.-----

----- Obrigado”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada, Senhor Deputado.-----

----- Vamos pôr à votação, o CHEGA pede que se vote por pontos, portanto, o Voto 73/12 do PEV tem três pontos, creio que, neste caso, é só os dois primeiros, vamos à votação.-----

----- **O Voto 073/12 (PEV) foi deliberado por pontos:**-----

----- **O Ponto 1 foi aprovado por unanimidade.**-----

----- **O Ponto 2 foi aprovado por maioria** com a seguinte votação: Favor: PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, IL, PEV, PAN, MPT, PPM, ALIANÇA, LIVRE, abstenção: CHEGA-----

----- (Ausência dos(as) Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça nesta votação)-----

----- **18. APRECIACÃO DA MOÇÃO 073/01 (CDS-PP) – PELA REABERTURA DO INTERNAMENTO NA UNIDADE DE ALCOOLOGIA DE LISBOA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15º DO REGIMENTO; GRELHA A – 60 MINUTOS; VOTAÇÃO;**-----

----- (A Moção 073/01 (CDS-PP) fica anexada à presente ata como **Anexo XXV** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar ao ponto dezoito, Moção 073/01 do CDS-PP, “Pela reabertura do Internamento da Unidade de Alcoologia de Lisboa”, apresenta a Senhora Deputada Margarida Neto.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Neto (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente em Exercício, -----
----- Senhora Vereadora, -----
----- Senhores Deputados. -----

----- O CDS apresenta uma Moção, que consideramos importante Pela Reabertura do serviço de Internamento na Unidade de Alcoologia de Lisboa.” -----

----- Passo a explicar por motivos relacionados com a pandemia COVID-19 e a necessidade de fazer obras de adaptação no espaço, a parte de internamento da Unidade de Alcoologia encerrou em março de 2020. -----

----- O serviço de internamento não tornou a reabrir, apesar de ter estado prevista a sua reabertura para setembro do mesmo ano.-----

----- Em abril de 2022, em sessão de perguntas ao Governo na Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do PCP e parece-nos muito bem, questionou a Senhora Ministra da Saúde sobre a reabertura do serviço de internamento, tendo sido respondido na altura que as obras de beneficiação ficariam concluídas no mês de maio, o que permitiria a reabertura da unidade em junho desse mesmo ano, há um ano atrás. O mesmo foi reafirmado em audição na 6ª Comissão da Assembleia Municipal de Lisboa pelo Presidente da ARSLVT, Doutor Luís Pisco, a propósito do funcionamento das Comissões de Proteção de Criança e Jovens em Risco. Nessa altura, questionado sobre a gravidade da unidade de serviço de internamento estar encerrado, o Doutor Luís Pisco comprometeu-se com a reabertura do serviço de internamento em junho de 2022.-----

----- Um ano depois, o serviço de internamento continua encerrado e não se compreendem as razões que são explicadas, quer por problemas relacionados com obras já efetuadas e terminadas, quer pela escassez de recursos humanos. -----

----- Sendo certo que se mantém a decorrer as atividades de consulta externa, o encerramento do serviço de internamento impede que doentes mais graves ou mais vulneráveis sejam tratados em regime de internamento, quando há essa indicação clínica complementar à de consulta de ambulatório. -----

----- A Unidade de Alcoologia de Lisboa, internava uma média de trezentos e cinquenta doentes por ano, por um período médio de vinte e oito dias, pelo que o seu encerramento representa uma carência muito grave para doentes e suas famílias e penalizando-se o tratamento agrava-se a doença e permitisse o aumento dos problemas ligados ao álcool, muitos deles, e penso naquilo que dissemos há poucas semanas em relação às pessoas sem-abrigo ou sem teto de Lisboa.-----

----- Recordamos que Portugal se mantém nos lugares cimeiros de consumo de álcool per capita na Europa e calcula-se, aliás, que existam quinhentos mil portugueses com perturbação por uso de álcool, sendo o diagnóstico e o reconhecimento da doença,

algo difícil de fazer ou de aceitar, pelo que se estima que menos de 10% dos doentes estejam em internamento.-----

----- Sabemos bem o impacto que as perturbações relacionadas com o álcool, tem sobre as famílias e sobre as crianças, tal como nos é relatado ano após ano pelas CPCJ, que, ainda assim sob diagnosticam o problema. -----

----- Conhecemos a influência do álcool na violência doméstica, nas pessoas em situação de sem-abrigo, na criminalidade, nas doenças físicas e mentais, no absentismo laboral, entre outros problemas. -----

----- A ausência de tratamento atempado e integral agrava todos os problemas descritos. A verdade é que a Unidade de Alcoologia localizada em Lisboa, serve a cidade e serve os seus residentes. A cidade e a Assembleia Municipal têm, por isso, responsabilidade na denúncia desta situação e no apelo para que o serviço de internamento da unidade de Alcoologia da sua cidade, reabra rapidamente. -----

----- É urgente que a Unidade de Alcoologia possa desempenhar o seu trabalho de que os cidadãos de Lisboa tanto carecem. Trata-se de justiça, de equidade, de direito ao acesso a cuidados de saúde, que estão neste momento comprometidos e põe sobretudo em causa os residentes na cidade de Lisboa.-----

----- Assim, o CDS apela ao Governo por via do Ministério da Saúde, para que a Unidade de Alcoologia de Lisboa seja reaberta, e pede também, que a Câmara Municipal, o seu executivo exerça aos seus bons ofícios junto do Governo, para que tal seja possível.-----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado António Morgado Valente do PAN.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Valente (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos novamente. -----

----- O grupo municipal do CDS-PP aborda hoje um tema muito importante.-----

----- Num país onde o alcoolismo ainda é uma doença grave e que afeta muitas pessoas, a não existência em Lisboa de uma unidade de saúde que permita o tratamento do alcoolismo em regime de internamento, é de uma enorme gravidade. ----

----- Todos os anos recebemos os relatórios das 4 CPCJ que existem em Lisboa assim como também podemos ver nas estatísticas anuais da APAV, indicam que o alcoolismo persiste nas doenças associadas aos processos de violência doméstica. -----

----- Bem sabemos que o alcoolismo não é a causa da violência, mas sim um potenciador ou agravante em termos da gravidade da violência exercida. -----

----- Mas não é só nas questões da violência doméstica que o álcool aparece associado a contextos de violência, também na noite de Lisboa é rara a semana em que não temos notícia de descatos nos quais os intervenientes se encontram alcoolizados.-----

----- Por fim, recordemos também as elevadas taxas de sinistralidade rodoviária nas quais mais uma vez o consumo excessivo de álcool parece persistir como um problema.-----

---- Por todos estes motivos e por sabermos que em algumas pessoas com o alcoolismo severo, em situação de vulnerabilidade não conseguem concluir o seu tratamento com sucesso, se não existir um período de internamento, o grupo municipal do PAN votará favoravelmente esta moção e faz votos para que as obras que se arrastam desde 2020, terminem muito em breve.-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.-----

----- A informação que a Mesa tem é que o PSD também subscreve esta moção do CDS, o MPT também subscreve o Aliança e o PAN.-----

----- Não temos mais inscrições, passaríamos a votação.”-----

----- A **Moção 073/01 (CDS-PP) foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **(Ausência dos(as) Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça nesta votação)**-----

----- **19. APRECIACÃO DO VOTO 074/01 (PEV) - SAUDAÇÃO DIA INTERNACIONAL DOS ARQUIVOS, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15º DO REGIMENTO; GRELHA A – 60 MINUTOS; VOTAÇÃO:**-----

----- (A **Voto 074/01 (PEV)** fica anexado à presente ata como **Anexo XXVI** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Passamos ao ponto dezanove, apreciação do Voto 74/01 do PEV, “Saudação Dia Internacional dos Arquivos”, apresenta o Senhor Deputado Sobreira Antunes.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreira Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Ora muito boa tarde, de novo.-----

----- Os Verdes apresentam hoje uma saudação pelo Dia Internacional dos Arquivos e pelo 75º aniversário do Conselho Internacional de Arquivos, incluindo uma referência especial a todos os trabalhadores do Arquivo Municipal de Lisboa.-----

----- A importância histórica dos fundos arquivísticos e das instituições que as conservam encontra-se relevada em declarações da Conferência Geral da UNESCO, pela missão que os Arquivos perseguem ao registarem decisões, ações e memórias que constituem um património único e insubstituível. Com efeito, os Arquivos desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuírem para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva, secularmente transmitida, bem como pela preservação do conhecimento.-----

----- Recorde-se que o Dia Internacional dos Arquivos foi instituído pela Assembleia Geral do Conselho Internacional de Arquivos em 2007, data escolhida por ter sido precisamente a 9 de Junho de 1948 que a UNESCO criou este Conselho.-----

----- Em Portugal, este dia é também comemorado com exposições, mostras, apresentações, e outras divulgações, em alguns dos arquivos pertencentes à Rede Portuguesa de Arquivos que compreende os arquivos nacionais e regionais, viabilizando-se visitas guiadas a estas unidades de informação de forma gratuita. -----

----- Neste âmbito, no passado dia 7 de Junho teve lugar em Lisboa um encontro sobre “Os desafios da ‘década digital’ para a Gestão da Informação e Conhecimento”, onde foram debatidos o valor dos arquivos para a garantia dos direitos dos cidadãos e experiências inovadoras para uma moderna gestão arquivística. -----

----- Ainda este ano, o recente Congresso Nacional da BAD relembrou a urgência da salvaguarda patrimonial de acordo com os princípios técnicos internacionais e a defesa dos valores que estas representam numa sociedade aberta e democrática, face à memória, à livre expressão, à educação, e ao acesso à informação, enquanto garantes da liberdade cidadã.-----

----- É ainda neste contexto que Os Verdes salientam a pertinência de uma urgente deliberação por parte do executivo municipal para a aplicação das recomendações da 7ª Comissão aprovadas por unanimidade neste plenário há 3 anos e meio, para que a Câmara, e vou citar, “Procure uma solução digna, adequada, integrada e de utilização única para o Arquivo Municipal de Lisboa, num edifício que concentre a totalidade dos serviços que o constituem, seguindo as opiniões/recomendações dos técnicos habilitados para o efeito”, fim de citação. -----

----- Com efeito, o Arquivo Municipal de Lisboa possui mais de 37 km de documentação relativa à memória da cidade, em diversos suportes e tipologias documentais, encontrando-se disseminado por três espaços localizados em diferentes zonas da cidade. -----

----- Tratando-se de uma resposta que o executivo tarda em debater com os profissionais da área e a apresentar aos órgãos municipais, o PEV aproveita para recuperar esta deliberação da Assembleia Municipal, incluindo uma justa saudação a todos os trabalhadores do Arquivo Municipal de Lisboa, para que se mantenham disponíveis para persistirem na defesa do valioso património histórico e cultural que os fundos arquivísticos proporcionam. -----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente em Exercício. -----

----- Boa noite.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Não temos mais inscrições, vamos passar à votação do Voto 74/01 do PEV.” -----

----- O **Voto 074/01 (PEV) foi aprovado por unanimidade.** -----

----- (Ausência dos(as) Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça nesta votação)-----

----- **20- APRECIACÃO DA RECOMENDACÃO 074/01 (PAN) – CRIAÇÃO DE RESPOSTAS PARA PROTEÇÃO DOS EQUÍDEOS NA CIDADE DE LISBOA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15º DO REGIMENTO; GRELHA A – 60 MINUTOS; VOTACÃO;**-----

----- (A **Recomendação 074/01 (PAN)** fica anexado à presente ata como **Anexo XXVII** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Ponto 20 apreciação da Recomendação 74/01 do PAN, “Criação de respostas para a proteção dos equídeos na cidade de Lisboa”, o Deputado António Valente apresenta em princípio, será o último ponto da ordem do dia que vamos discutir hoje, por razões óbvias, faltam digamos, dez minutos para atingirmos o tempo limite e, portanto, apelamos, de facto, que consigamos sair daqui na hora correto, obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Valente (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa noite.-----

----- Maus-tratos, negligência, ausência de alimento e de água, exposição ao sol ou à chuva, animais atrelados todo o dia sem períodos de descanso e com limitações de movimentos através de cordas.-----

----- São estas algumas das denúncias que o Grupo Municipal do PAN tem recebido sobre equídeos ao longo destes dois mandatos.-----

----- Ainda há menos de dois meses, as redes sociais foram inundadas por imagens de uma égua em Sevilha deitada no chão inanimada, enquanto lhe tentavam dar água, que acabou por morrer na sequência de puxar uma carruagem com turistas numa semana em que se enfrentava uma intensa onda de calor.-----

----- Mesmo que a legislação obrigue os detentores destes animais a “*tomar todas as medidas necessárias para assegurar o seu bem-estar e garantir que não lhe sejam causadas dores, lesões ou sofrimentos desnecessários*”, a verdade é que se mostra insuficiente para resolver os problemas identificados.-----

----- Já na nossa Recomendação 020/14 (PAN) apelávamos a 3 medidas importantes:--

----- Ações de fiscalização e sensibilização aos detentores de equídeos;-----

----- Apreensão e identificação daqueles que se encontram a deambular na via pública;

----- Adaptação dos equipamentos municipais existentes através da instalação de boxes ou estábulos exteriores que permitam a recolha de equídeos abandonados.-----

----- Mas nada mudou! Pelo menos que seja do nosso conhecimento, nenhuma destas medidas foi posta em prática.-----

----- A relação entre humanos e cavalos é milenar e o respeito por estes animais não pode ser esquecido nem menosprezado.-----

----- É do conhecimento de todos que as alterações climáticas têm provocado um aumento das temperaturas médias e ondas de calor cada vez mais frequentes, sendo da maior pertinência, neste momento, apresentar esta recomendação para prevenir que em Lisboa não se repita a tragédia que assistimos em Espanha.-----

----- Assim, vem o Grupo Municipal do PAN propor que a Assembleia Municipal de Lisboa, delibere recomendar à Câmara dois pontos essenciais:-----

----- Intensificar as ações de fiscalização aos detentores de equídeos com vista à apreensão daqueles em que esteja em causa a violação das condições de bem-estar animal;-----

----- Criar um centro equestre municipal específico para recolha de equídeos apreendidos, com instalação de boxes ou estábulos exteriores em local adequado e com condições condignas ou então uma eventual adaptação dos existentes. -----
----- Muito obrigado a todos” -----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----
----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----
----- “Senhor Deputado José Inácio Faria do MPT.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Senhor Presidente, -----
----- Mesa, -----
----- Senhora Vereadora, -----
----- Caros Colegas, Público Presente. -----
----- Relativamente a esta Recomendação do PAN, que iremos votar a favor, gostaria que o Senhor Deputado me dissesse quantos são ou foram os equídeos na cidade de Lisboa objeto de queixas? Seguramente um número que não justificará um centro equestre municipal específico! -----
----- Já no ponto 1 dos considerandos é ali referido que o PAN recebeu inúmeras denúncias de maus-tratos e negligência praticadas contra equídeos na cidade de Lisboa, mas nos pontos seguintes apenas dá exemplos de situações ocorridas no estrangeiro, a saber em Espanha e nos Estados Unidos. -----
----- E a outra pergunta que gostaria de fazer ao Senhor Deputado é se não seria importante dar exemplos dessas situações ocorridas na cidade de Lisboa, que justifiquem esta Recomendação? -----
----- Termino lembrando que na sessão desta Assembleia de 24/04/2018, o Senhor Deputado referiu aqui e bem, o MPT votou favoravelmente a Recomendação n.º 20/14 referida nos considerandos, sobre “ações de fiscalização e de sensibilização para a proteção dos equídeos na cidade de Lisboa”. -----
----- Gostaria, ainda, de lembrar que na votação desta Recomendação de 2018, o no Ponto 1, que eu acabei de referir, que foi aprovado com os votos favoráveis de todos os partidos, com a abstenção do BE, tendo o ponto 2 referente à “adaptação dos equipamentos municipais existentes para acolher os equídeos abandonados” sido rejeitado com os votos contra do PS e de 8 Deputados Independentes e os votos favoráveis das restantes forças políticas. -----
----- Como disse no início, o MPT irá votar a favor desta Recomendação. -----
----- Espero que esta sensibilidade venha agora a ser alterada e o Partido da Terra, obviamente, como eu disse no início, vai votar a favor. -----
----- Muito obrigado.” -----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----
----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da
palavra anunciou o seguinte:-----
----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Pardal do CHEGA”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Pardal (CHEGA)**, no uso da palavra fez
a seguinte intervenção:-----
----- “Senhor Presidente em Exercício,-----
----- Senhora Vereadora,-----
----- Senhores e Senhoras Deputadas, a tarde já vai longa.-----
----- Ao ler esta recomendação do PAN onde denuncia os equídeos a deambular com
fraca condição física na cidade de Lisboa, confesso que desconhecia, até pensei que
estávamos a falar dos onze unicórnios do Presidente Moedas, mas na realidade, o
PAN refere-se mesmo a maus-tratos e abandono de equídeos na nossa cidade.-----
----- Contudo, os exemplos ocorridos noutros países que até poderiam acontecer em
Lisboa, exemplos esses que deveriam ser melhor interpretados. Uma coisa são os
maus-tratos ou negligência, outras são episódios ou acidentes que podem ocorrer
como acontece a um humano no seu trabalho ou no na prática de desporto. Somos
contra qualquer maus-tratos a animais e condenamos quem os infringe infeliz.-----
----- Na proposta do PAN, existe uma falta de coragem política para identificar os
indivíduos responsáveis por estes atos, porque sabem quem são, temos que denunciar,
que a comunidade cigana é na maior parte das vezes responsável por este tipo de
maus-tratos e abusos de animais.-----
----- E não podemos ter medo de punir esses crimes, doa a quem doer. Somos, por isso,
favoráveis a uma intensificação de ações de fiscalização usando os meios à
disposição, nomeadamente, o Provedor Municipal dos Animais no garante da defesa e
do bem-estar e na proteção dos animais na cidade de Lisboa, assim como também a
DGAV- Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, e o Ministério do Ambiente.-----
----- Já não somos favoráveis à criação de centros equestres ou abrigos para os
equídeos, para além de ter um custo elevado de execução o espaço necessário para tal,
teria que ser grande, não estamos a falar de cães são animais de grande porte.-----
----- Propõem fazer quantas box?-----
----- Uma, dez, trinta, mas afinal, quantos animais estamos nós a falar, achamos esta
proposta pouco realista.-----
----- No limite, deveriam procurar um protocolo com a GNR ou picadeiros da região
para acolherem temporariamente os equídeos, que necessitam de cuidados ou então
transferirem para campos disponíveis no interior do país.-----
----- Iremos votar a favor do ponto 1, porque se deve acabar uma vez por todas com a
impunidade contra a violência animal e votaremos contra o ponto 2 por achar utópico
esta proposta.-----
----- Disse.”-----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a
seguinte intervenção:-----
----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado António Prôa do PSD” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Prôa (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, -----

----- Senhoras e Senhores Deputados, -----

----- Senhora Vereadora. -----

----- Mesmo quase a fechar esta longa tarde, falar sobre animais parece-me sempre muito adequado. Eu queria, por um lado, saudar o Senhor Deputado António Valente, do PAN, por ter trazido o tema da preocupação com o bem-estar animal, que é um tema que somos todos sensíveis e todos os defensores dessa preocupação e dessa concretização e refere também os problemas da fiscalização relativamente a esse bem-estar tema que é preciso também intensificar. Há uma cultura face ao tratamento dos animais que é importante aprofundar e todos os agentes que estão envolvidos em assegurar esse bem-estar animal, têm de ser sensibilizados para o efeito, é parece-me a mim, em primeiro lugar, uma questão de trabalho, de sensibilização que é preciso fazer. -----

----- Também é importante esclarecer o seguinte, nesta matéria em particular o exclusivo da responsabilidade, não é da Câmara Municipal, aliás, como saberá também como eu, a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, cumpre aqui também um papel importante no garante do bem-estar animal, mas também nas soluções que o senhor deputado apresenta-a aqui como responsabilidade da Câmara concretizar. E, portanto, queria deixar por um lado, uma nota de que esta responsabilidade tem que ser partilhada, não é adequado focar na Câmara o exclusivo da responsabilidade das soluções para estes problemas que apresenta e que são muito deles reais, mas já agora, quanto à realidade dos problemas, Senhor Deputado não cuidou de os concretizar, de os quantificar. -----

----- Nós não temos condição de acordo com o documento que apresenta de saber qual é a dimensão do problema, e isso parece-me essencial querermos aqui comprometer a Câmara Municipal relativamente a investimentos quanto a essa matéria, ou seja, se por um lado, de um modo geral, todos estamos de acordo quanto à necessidade de sensibilizar para o bem-estar animal. Todos estamos de acordo quanto à necessidade de intensificar as ações de fiscalização para assegurar esse bem-estar animal, não podemos, de forma responsável, sem os dados que não apresenta, quantificar para saber qual é a dimensão do investimento que a Câmara deve fazer de acordo com a sua proposta. -----

----- Mas que já agora também importa dizer que a Câmara Municipal dispõe de recursos e de instalações que não sabemos se são suficientes ou não, mas que tem algumas. -----

----- Tem, nomeadamente com a Polícia Municipal que tem cavalos, como bem sabe e, portanto, tem espaço para poder ter esses animais reservados. Temos, aliás, também e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda, deverá saber que há o Centro

Equestre, que é creio que, tanto quanto sei explorada ou pelo menos há uma relação entre este Centro Equestre e a Freguesia, mas é um equipamento que é municipal, que está cedido à Junta de Freguesia e que, eventualmente, poderá também ter condições para resolver o problema, que aqui refere. -----

----- E temos ainda, como é conhecido de todos a GNR que tem instalações com alguma dimensão, que podem em articulação, quer com a administração central quer com a Câmara Municipal também dar resposta a este problema, ou seja, resumindo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de acordo em relação ao centro de sensibilização e de acordo em relação à necessidade de incrementar a fiscalização, mas parece-me um bocadinho precipitado para ser simpático nas palavras que o Senhor Deputado queira comprometer a Câmara Municipal de Lisboa, com um investimento que não quantifica nem quanto à dimensão do próprio investimento, nem quanto à dimensão da necessidade de dar resposta aos problemas que aponta. -----

----- E, portanto, nesse particular, o PSD não vai poder acompanhar a sua proposta, porque nos parece que as propostas têm que ser bem fundamentadas e, sobretudo a responsabilidade neste particular deve ser partilhada com a administração central e teríamos de ver e deveremos ver e a Câmara deverá, com certeza, avaliar qual é a realidade das suas instalações para dar resposta ao problema que o Senhor Deputado, não dimensionou. -----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Natacha Amaro do PCP” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Mais uma vez, boa tarde, e mesmo a terminar.-----

----- Queríamos dizer que não iremos obstaculizar a proposta do PAN por considerar que faz sentido haver fiscalização e compreendemos as preocupações, com a necessidade de se pensar em espaços municipais para acolher animais, apesar de haver outras respostas na cidade, mesmo que não específicas para equídeos e talvez até algumas específicas, como aliás, a intervenção que me antecedeu aqui deixou. -----

----- No entanto, e esta é a razão da nossa intervenção, é dizer que não nos revemos de forma nenhuma no algum exagero e dramatismo dos considerandos e que pensamos até que esse exagero diminui a bondade que poderá existir nesta proposta. -----

----- Já foi aqui referido no primeiro considerando a questão das inúmeras denúncias, como se este fosse um flagelo regular e de uma enorme visibilidade pública em Lisboa, o que claramente não acontece e todos sabemos e, por outro lado, as referências internacionais como um acidente em Nova Iorque há doze anos com charretes em Central Park ou mesmo outra em Sevilha, na Feira de Abril, que é só uma das maiores feiras equestres do mundo, mesmo se estivéssemos na Assembleia

Municipal da Golegã, provavelmente seria uma comparação manifestamente exagerada e, portanto, aqui para Lisboa, pensamos, que mais o será e, portanto, por essa razão resolvemos fazer esta intervenção. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Carla Madeira,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Manuel Lage, do PS.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, -----

----- Senhores Deputados, -----

----- Senhora Vereadora, -----

----- Senhor Deputado do PAN, não tem o apoio de todas as forças políticas para a aprovação da recomendação que aqui nos traz, mas tem o apoio do Partido Socialista para a aprovação desta recomendação. -----

----- Mas têm-no tem também algumas propostas de acrescento isto porque já aqui foi dito e Vossa Excelência também o diz, esta competência não é exclusiva da Câmara, mas e também da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária. É verdade, mas também é verdade e Vossa Excelência também, olvidou de colocar essa questão que em 2015 foi criado o Programa de Defesa Animal em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa e foi implementado em Lisboa com todo o dispositivo da Polícia de Segurança Pública, aliás, a Provedoria Municipal dos Animais, o Provedor Municipal dos Animais de Lisboa, com quem o PAN tem, aliás, uma excelente relação criado, aliás, nos últimos catorze anos da governação socialista, tão veemente, criticada aqui, tem por missão garantir a defesa, o bem-estar e a proteção dos animais, promover, zelar e monitorizar a prossecução dos seus direitos e interesses mediante queixa, reclamação devidamente identificada ou por iniciativa própria relativamente a factos que justifiquem a sua intervenção. -----

----- Por isso, Senhor Deputado, parece-nos esta recomendação que o PS gostava de lhe propor que fosse introduzido um ponto em que deveríamos dar conhecimento desta recomendação e, obviamente, envolver a Provedoria dos Animais da Cidade de Lisboa, nesta recomendação e em todo o trabalho que é feito na defesa dos animais, obviamente também dos equídeos que são vítimas de maus-tratos na cidade de Lisboa e que Vossa Excelência se esqueceu aqui de colocar. -----

----- Gostaríamos ainda, Senhor Deputado, Senhores Deputados, de dar nota de que obviamente, que todos sabemos e, portanto, só por lapso é que assim o dissemos, que a Câmara Municipal de Lisboa, não dispõe de boxes de quarentena para equídeos, aquilo acontece é que normalmente eles são encaminhados para a GNR já aqui falada também pelo Senhor Deputado do PSD ou para alguma das associações que tem este

tipo de equipamento e, por isso, virmos dizer que há uma não indevida ou uma fraca apresentação desta recomendação. -----

----- Nós contamos que o executivo municipal que hoje teve tantas vidas do trabalho que vem desenvolvendo tantas honras daquilo que está a ser feito, pela cidade, certamente que, perante uma recomendação destas, fará o trabalho de casa completará a recomendação que o PAN aqui apresenta e que certamente merecerá o voto favorável da maioria da Assembleia Municipal, porque certamente este executivo não vai virar a cara aos maus-tratos animais e vai obviamente considerar a importância para a cidade que tem todos os maus tratos que se verificam e completará o trabalho que o PAN não conseguiu fazer ao invés daquilo que nos disse aqui, o PSD em que não acompanhará a defesa das animais na cidade de Lisboa. -----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Não sei se a Câmara quer dizer alguma coisa. creio que não, Senhor Deputado António Valente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Valente (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Novamente, boa tarde. -----

----- Senhor Deputado José Inácio Faria, denúncias que recebemos foram da Rotunda das Olaias, na Ajuda, no Bairro 2 de Maio em Belém, em Monsanto, temos várias. -----

----- Aliás, podemos acrescentar que no anterior mandato, houve uma denúncia de maus-tratos de mais de duas dezenas de equídeos de cavalos neste caso e que o tribunal decretou a sua retirada do tutor. -----

----- A DGAV não tem estábulos nem boxes para receber esses animais, não é outra instalação de quarentena em Lisboa e a Câmara ficou com este problema na mão e, portanto, o que é teve de fazer? -----

----- Teve que contactar associações fora de Lisboa para transportar estes animais para dar resposta de imediato com um custo muito elevado para a Câmara, durante vários anos, foram três anos que os animais tiveram com estas associações. -----

----- Nós não temos números exatos, temos informações daquilo que nos vão ligando, das denúncias que está um animal abandonado ou sofrer maus-tratos. Eu pergunto a todas as Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Se aparecer um animal abandonado, sem chip que não se identifica de quem é na rotunda que pode até provocar algum problema para as pessoas, porque está num sítio de trânsito, o que é que vamos fazer? -----

----- Chamámos a PSP. A PSP não tem espaço para receber aqueles animais. Transmite para a DGAV, a PSP faz...” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado vai ter que abreviar, nós já ultrapassámos a hora, tem mesmo que abreviar.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Valente (PAN)**, no uso da palavra fez a continuou a sua intervenção: -----

----- “Eu peço imensa desculpa.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem mesmo que abreviar.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Valente (PAN)**, no uso da palavra fez a continuou a sua intervenção: -----

----- “Eu vou ser mesmo muito rápido. -----

----- Portanto, que é que acontece é que a PSP, liga, para a DGAV e a DGAV também não tem um espaço para colocar aqueles animais, portanto, não há uma resposta efetiva em Lisboa e os animais ficam abandonados. Muitas vezes o que a DGAV consegue fazer é retirar o animal que não têm chip, que não está identificado, para uma zona que corre menos riscos para o animal e para as pessoas e, portanto, é esta a resposta que não temos. -----

----- Naturalmente, concordamos que não é uma responsabilidade unicamente da Câmara, mas a Câmara pode aqui dar o seu contributo e ajudar muito, aliás, acaba por ter o custo de não responder, porque não tem uma resposta imediata, acaba por ter um custo superior, aqui respondendo um pouco ao Senhor Deputado António Prôa. -----

----- Portanto, a resposta da Câmara está a ser dada, mas com custos avultados, portanto, é preciso e pode haver e concordemos que pode haver, sim, com base e agradecemos também a intervenção do Senhor Deputado Laje, que é preciso complementar alguma informação, mas naturalmente que a resposta da Câmara pode ser no protocolo com outra associação, que já tenha um espaço e que já tenha a experiência e, portanto, é preciso dar resposta, e neste momento, não há resposta. -----

----- Em relação aos exemplos que demos e falando aqui com a Senhora Deputada Natacha Amaro, foi só porque nós há uns anos atrás em 2018, apresentamos uma recomendação semelhante e na altura, falamos todos exemplos, que conhecemos em Lisboa, é que tentamos dizer que só não acontece em Lisboa, acontece noutros sítios, foi só por este motivo que apresentamos exemplos de outros países que estão a caminhar noutro sentido e a tentar respostas mais imediatas. -----

----- E é este, temos para dizer, e gostaria muito que pudessem apoiar a nossa recomendação, porque era certamente uma melhoria para as condições e para o bem-estar dos animais na nossa sociedade. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Há vários pedidos para a votação ser por pontos, são dois pontos, creio que toda a gente tem o documento da Recomendação 74/01 do PAN.” -----

----- **A Recomendação 74/01(PAN) foi deliberada por pontos:** -----

----- **O Ponto 1 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- O **Ponto 2** foi **aprovado por maioria** com a seguinte votação: Favor: PS, BE, PAN, MPT, PPM, ALIANÇA, LIVRE, contra: CDS-PP, IL, CHEGA, abstenção: PSD, PCP, PEV. -----

----- **(Ausência dos(as) Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça nesta votação)**-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores deputado, chegámos ao fim dos nossos trabalhos. -----

----- Obrigado pela vossa presença, agradecer aos funcionários, às técnicas de língua gestual, a comunicação social e a todos os que assistem aqui ou em casa até à próxima semana. -----

----- Boa noite a todos.”-----

----- A sessão terminou, eram vinte horas e quarenta e nove minutos.-----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 388/AML/2021 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 23 de Novembro de 2021. -----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da então Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 16 de Dezembro de 2021 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/Secretários/2021. -----

-----O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO -----